

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEX FERREIRA GARCIA

**A DINÂMICA AGRÍCOLA DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ
COMPREENDIDA A PARTIR DOS CULTIVARES CAFEIEIRO E CANAVIEIRO**

CURITIBA

2011

ALEX FERREIRA GARCIA

**A DINÂMICA AGRÍCOLA DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ
COMPREENDIDA A PARTIR DOS CULTIVARES CAFEIEIRO E CANAVIEIRO**

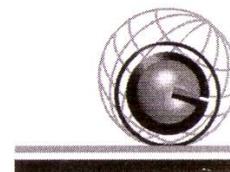
Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho

CURITIBA

2011

**MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO**



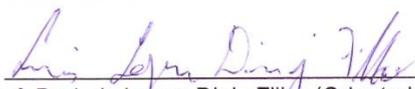
PARECER

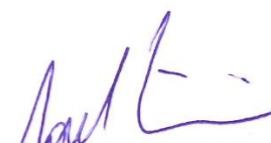
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo candidato **ALEX FERREIRA GARCIA**, intitulada: **A DINÂMICA AGRÍCOLA DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ COMPREENDIDA A PARTIR DOS CULTIVARES CAFEEIRO E CANAVIEIRO**”, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

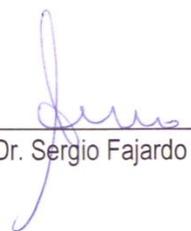
Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 09 de novembro de 2011

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Luis Lopes Diniz Filho (Orientador)


Prof. Dr. Adilar Antonio Cigolini - UFPR


Prof. Dr. Sergio Fajardo - UNICENTRO/PR

*Dedico esta dissertação a minha família,
principalmente meu pai, Manoel, e minha mãe, Maria.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que foram fundamentais em minha formação, sendo estes meus professores, em especial ao professor orientador Luís Lopes Diniz Filho por toda paciência e ajuda, e aos meus amigos, que por não querer esquecer ninguém, não colocarei o nome de alguns aqui.

Agradeço também:

- À banca, formada pelo Professor Doutor Adilar Antonio Cigolini e pelo Professor Doutor Sergio Fajardo por terem realizado contribuições pertinentes ao trabalho e ajudado a progredir na pesquisa.

- Ao governo federal por disponibilizar um programa de pós graduação de ótima qualidade a seus cidadãos; agradeço e também cobro aqui mais investimento em pesquisa, ensino e extensão, para melhor atender o cidadão brasileiro em todas suas necessidades.

- À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) pelo financiamento de bolsas, das quais obtive uma, que ajudou no desenvolvimento de pesquisa, e por conceder a nota cinco a nosso departamento de pós graduação em Geografia; agradeço e também cobro aqui mais investimentos nos laboratórios e nas saídas a campo, para melhor suprir a pesquisa como um todo, assim como ampliar o tempo das bolsas para todo o tempo de pesquisa, leve este o tempo que levar, havendo parcimônia por parte dos departamentos para gerar qualidade e não quantidade.

- Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) por apoiar a pesquisa de vários amigos; agradeço e cobro também que não seja o produtivismo a meta, e sim a qualidade, para não criarmos um “homo lattes” que produz incessantemente artigos, de qualidade questionável, para pontuar no sistema.

- Ao secretário da pós graduação de Geografia da UFPR, Luiz Carlos Zem, que se tornou um grande amigo e sempre ajudou, de forma eficiente, quando foi solicitado e até quando não foi, pois este é uma pessoa fundamental na excelência do programa como um todo, já que sempre está disposto a ajudar.

Há de se ressaltar que essa formação não foi somente acadêmica e sim de vida, tenho assim que agradecer a todos os integrantes do DCE (Diretório Central Estudantil da Universidade Federal do Paraná) gestão 2009 e 2010, em especial aos que fizeram parte dos conselhos superiores comigo em 2010, no Conselho Universitário (COUN) e no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP), participando da formação política e administrativa de nossa universidade e de nós mesmos, formando pessoas atuantes na sociedade que não somente contribuíram para “nosso belo quadro social”, como também ajudando a melhorar o mundo em que vivemos, primeiramente entendendo e, posteriormente, transformando-o.

Especial agradecimento a Patricia Baliski, por todo apoio e respeito que foi dado por ela a minha pessoa, pois ficou ao meu lado todo este tempo de estudo e aprofundamento intelectual em uma pequena parte da grande ciência da Geografia. Ajudou muito ao ficar ao meu lado e compreender o quando é complexo e difícil esta etapa de formação, muito obrigado mesmo por ser essa pessoa especial, inteligente, atenciosa, companheira, dedicada, enfim, uma das melhores pessoas que fazem parte da minha vida.

RESUMO

O café foi um dos principais cultivares utilizados na colonização do Norte do Paraná e serviu inclusive de base para estabelecer o que é esta região. Entretanto, na análise da formação histórica dessa região, devem ser levados em consideração também os fatos ligados à ocupação inicial realizada pelos indígenas, passando pela política governamental de colonização e adentrando até o final da primeira década do século XXI, não podendo tais fatos ser descartados. Em relação à formação de divisas econômicas, a cultura cafeeira se destacou na formação econômica e territorial do norte do Paraná, definindo até seus limites. Conjuntamente ao café, estudou-se o cultivar canavieiro que deteve grande importância na balança comercial do país, nos séculos XVII e XVIII, apresentando posteriormente momentos de crise e retomada de seu plantio. Em uma das retomadas do cultivo da cana-de-açúcar, esta cultura foi inserida na região norte do Paraná, na década de 1970, como matéria prima para a produção de combustível, fato que favoreceu a expansão de sua área de plantio e produção, e que substituiu, em parte, cultivares menos lucrativos ou mesmo em crise naquele momento, tais como o café. Juntamente a essas duas culturas também foi utilizada na pesquisa a soja como representante da agricultura moderna, que adentrou nas décadas de 1960 e 1970, no Paraná, se fazendo presente do mesmo modo no Norte paranaense, sendo uma das alternativas de cultivares existentes, entre outras. Portanto, tendo como principais cultivares o café e a cana-de-açúcar, e em paralelo a soja, foram analisadas as áreas de plantio, produtividades e mercado, para entender a dinâmica agrícola do Norte do Paraná, e assim, subsidiar a tomada de decisões quanto a políticas voltadas para a região. A análise dos cultivares cafeeiro e canavieiro no Norte do Paraná foi realizada com base em informações históricas e dados quantitativos de área e produção, agregando políticas e mercado, compreendendo assim o cenário atual, servindo de base para políticas mais amplas.

Palavras-chave: Norte do Paraná. Café. Cana. Agricultura. Dinâmica Agrícola.

ABSTRACT

The coffee was one of the main cultivars used in the colonization of Northern Paraná and served as the basis for establishing what is this region. However, the analysis of the historical formation of this region must be taken into consideration also the facts related to initial occupation held by the Indians, through government policy of colonization and stepping up to the end of the first decade of this century, such facts can not be discarded . Regarding the formation of economic exchange, the coffee culture is highlighted in the economic formation of territorial and northern Paraná, setting up their limits. Along the cafe, we studied the sugarcane farming which held great importance in the country's trade balance, in the seventeenth and eighteenth centuries, with later times of crisis and resumed his planting. In one resumed the cultivation of sugar cane, this culture was inserted in northern Paraná, in the 1970s, as a feedstock for fuel production, a fact that encouraged the expansion of its plantation area and production, and replaced, in part, cultivars less profitable or even in crisis at the time, such as coffee. Together these two cultures was also used in the research soy as representative of modern agriculture, who entered in the 1960s and 1970s, in Paraná, if doing this the same way in Northern Paraná, one of the alternatives to existing cultivars, among other . Therefore, the main cultivars coffee and sugar cane, soybeans and in parallel, we analyzed the planting areas, yields and market, to understand the dynamics of agriculture in northern Paraná, and thus support the decision making as policies for the region. Analysis of coffee and sugarcane cultivars in northern Paraná was based on historical information and quantitative data of area and production, adding market policies and, thus comprising the current scenario, providing the basis for wider policies.

Keywords: Northern Paraná. Café. Cana. Agriculture. Agricultural Dynamics.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS DO PARANÁ NA OBRA DE RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ (2010)	45
MAPA 2 - FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS DO PARANÁ DE POR BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN (1969).....	50
MAPA 3 – REGIÃO NORTE DO PARANÁ SEGUNDO PADIS (1981).....	54
MAPA 4 – MESORREGIÕES DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ.....	56
MAPA 5 – SOBREPOSIÇÃO DA CONCEPÇÃO DE NORTE DE PADIS (1981) E DAS MESORREGIÕES DO IBGE.....	57
MAPA 6 - MAPA DOS CLIMAS DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE <i>KÖPPEN</i>	66
MAPA 7 – MAPA DA IMPLANTAÇÃO DAS USINAS NO ESTADO DO PARANÁ POR DÉCADAS.	68
MAPA 8 – MAPA RODOVIÁRIO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.....	79
MAPA 9 – MAPA FERROVIÁRIO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ.....	81
MAPA 10 – MAPA DOS RIOS QUE PODEM SER NAVEGADOS, TENDO POTENCIAL PARA HIDROVIAS.....	82
MAPA 11 – MAPA DE AEROPORTOS NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ	83
MAPA 12 – TRECHOS PRECORRIDOS EM SAÍDAS DE CAMPO.....	112

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ÁREA PLANTADA, EM HECTARES, DE CAFÉ, CANA E SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, DE 1920 A 2006.	78
GRÁFICO 2 – ÁREA DE PLANTIO DA CULTURA CAFEIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ	86
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ.....	87
GRÁFICO 4 – ÁREA COLHIDA DA CULTURA CANAVIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ.	92
GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO CANAVIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ.....	95
GRÁFICO 6 – ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ.....	97
GRÁFICO 7 - ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE NOVO DO PARANÁ.....	98
GRÁFICO 8- ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.....	99
GRÁFICO 9 – QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ	101
GRÁFICO 10 - QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE NOVO DO PARANÁ.....	102
GRÁFICO 11 - QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.....	103
GRÁFICO 12 – QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ, CANA E SOJA NO NORTE DO PARANÁ, EM TONELADAS	106

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 – ÁREA EM QUE HAVIA CAFEZAL EM JACAREZINHO.....	114
FOTOGRAFIA 2 - CANAVIAL ENTRE JACAREZINHO E CAMBARÁ (PR 431).....	115
FOTOGRAFIA 3 – PLANTIO DE SOJA PRÓXIMO A USINA DACALDA EM JACAREZINHO.....	116
FOTOGRAFIA 4 – PLANTAÇÃO DE CAFÉ NAS PROXIMIDADES DE IBAITI – PARANÁ.....	117
FOTOGRAFIA 5 – CAFEZAL PRÓXIMO À CIDADE DE IBAITI - PARANÁ	118

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REFLEXÕES SOBRE O PENSAR GEOGRÁFICO.....	15
3. FORMAÇÃO ECONÔMICA E AGRÍCOLA BRASILEIRA.....	28
4. FORMAÇÃO ECONÔMICA E AGRÍCOLA DE REGIÃO SUL DO BRASIL.....	40
4.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E SUAS REGIÕES	43
4.1.1. Norte do Paraná	52
5. TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO NORTE DO PARANÁ.....	62
5.1. OS CULTIVOS CAFEIEIRO E CANAVIEIRO NO ESTADO DO PARANÁ ANTES DA MODERNIZAÇÃO.....	64
5.2. O CULTIVAR CANAVIEIRO E SUA PRODUÇÃO ANTES E NO INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO.....	67
5.3. O CULTIVAR CAFEIEIRO E SUA PRODUÇÃO NO PARANÁ, ANTES E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA (1960-1970).....	73
5.4. A REGIÃO NORTE DO PARANÁ NA ATUALIDADE E AS INFRAESTRUTURAS.....	79
6. ANÁLISE DOS CULTIVARES DE 1980 A 2009.....	85
6.1. CULTIVO DO CAFÉ	85
6.2. CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR	90
6.3. CULTIVO DE CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR E SOJA.....	96
6.4. SAÍDAS DE CAMPO.....	110
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
8. REFERÊNCIAS.....	123
9. ANEXOS	134

1. INTRODUÇÃO

Ao percorrer parte da região norte do estado do Paraná, na década de 1990, mais precisamente a Mesorregião do Norte Pioneiro, notava-se que havia cultivo de café e cana em grandes extensões na paisagem, juntamente com outros cultivares, entretanto, com predomínio ora de café, ora de cana-de-açúcar.

Pesquisou-se sobre estes cultivares e sua importância no cenário econômico brasileiro, por sua vez, paranaense, fazendo assim uma abordagem histórica para compreender a dinâmica atual na região de cultivo do café e da cana no estado do Paraná. Baseou-se em censos agrícolas e agropecuários, assim como dados do IPARDES sobre os cultivares para o período de 1980 a 2009. Além disso, foram utilizadas informações relativas às políticas voltadas para estes cultivares, assim como saídas de campo e análise de mercado.

Os reflexos na produção e expansão ou retração de áreas de plantio devido às condições de mercado, problemas climáticos e políticas governamentais, foram analisados a partir da confecção de gráficos que expressam e contêm muita informação que, em parte, foram transcritas e explanadas.

A área de estudo foi construída no decorrer da pesquisa, utilizando-se da formação do que é o Norte do estado do Paraná e suas três mesorregiões (Norte Pioneiro Paranaense, Norte Novo Paranaense e Norte Novíssimo Paranaense). Para tal, usou-se o conceito de região, o qual foi debatido, em parte, para suprir as necessidades conceituais do aporte científico que são indispensáveis ao se realizar uma pesquisa.

O intuito do estudo é compreender a dinâmica agrícola de uma porção específica do estado do Paraná, sendo esta a área produtora de café, melhor dizendo, a antiga área produtora de café e atual de expansão do cultivar canavieiro. Para isso, explanou-se sobre a infraestrutura da região e estruturas voltadas para os cultivares, tais como as usinas de processamento da produção da canavicultura, estradas, hidrovias e ferrovias.

O prisma principal para a compreensão foi a geografia, com contribuições da história e da economia, já que a região é múltipla e não possui somente um viés. Nesse sentido, é necessário sobrepor prismas para compreender o que se passa diante dos olhos, para evitar uma visão unilateral e parcial de um todo, que mesmo a

partir da análise utilizando-se de vários prismas é mais complexo e se mostra somente em parte ao pesquisador. Essa parte é o que se pretende ter alcançado nesta pesquisa, a qual teve a finalidade de dissertar a respeito da agricultura de um espaço limitado, denominado região, que está inserida em uma dinâmica mais ampla, nacional e internacional.

Em síntese, o estudo tem como âmbito o cultivar cafeeiro e canavieiro, contribuindo para entender a região destes cultivares no Paraná, sendo que estes definiram historicamente, principalmente no caso da cultura cafeeira, o que é o Norte do Paraná. Porém, as áreas aptas ao cultivo cafeeiro, na atualidade encontram-se com estruturas, mas especificamente usinas de processamento, que beneficiam outro cultivar, a cana-de-açúcar, ressaltando frente aos cultivares, as políticas governamentais para estes, assim como o mercado.

2. REFLEXÕES SOBRE O PENSAR GEOGRÁFICO.

A reflexão desta pesquisa começa com a própria Geografia. Nesse sentido, Alexandre Humboldt foi o primeiro a apresentar as correlações geográficas, principalmente evidenciando o conhecimento das relações de causa e efeito, que tinham por fim "guiar os homens na sua adaptação às condições do meio e na sua intervenção sobre este meio". Na mesma época, metade do século XIX, Karl Ritter "constrói uma imagem lógica do mundo e se propõe determinar as relações entre a Geografia e História, entre o meio e as características originais das sociedades e das civilizações". "O mesmo esforço enciclopédico de representação e de explicação da Terra inspirou a obra de Eliséé Reclus" (GEORGE, 1980 p. 10). Assim, os primeiros geógrafos tentavam entender o mundo a sua volta.

Pierre George (1980) contribui na reflexão ao demonstrar que a Geografia é a ciência do Espaço, e "em função do que ele [espaço] oferece ou fornece aos homens e como uma ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas" (p. 16). A Geografia é posta também como o "resultado e prolongamento da História" (p. 17), porém, o geógrafo é e deve ser o "historiador do atual, o geógrafo deve prosseguir os estudos do historiador, aplicando métodos que lhes são próprios" (p.18), tendo em mente que "o objetivo da aplicação dos métodos geográficos é o conhecimento de situações" (p. 20). Além disso, indica também que "o estudo de uma situação pode proceder de uma concepção contemplativa ou de uma concepção ativa" (p. 23).

Prosseguindo na análise de George (1980), e em uma tentativa de aproximação com a presente pesquisa, salienta-se que o autor expõe que "o estudo das relações orgânicas entre diversos elementos de produção e de consumo e sua projeção no espaço permite definir os mecanismos e processos de sua regulação" (p. 28). No entanto, o exposto pelo autor aplica-se a países em um contexto de Guerra Fria (décadas de 1970 e 1980), mas pode-se empregá-lo com algumas ressalvas ao contexto atual, tendo como foco do estudo geográfico direcionado à organização regional. Define-se que a geografia regional pode e deve vir a ser perspectiva, em face de cada situação.

"Um dos primeiros objetivos da geografia regional é definir e delimitar a região" (GEORGE, 1980 p. 33). Dessa forma, para compreender os cultivos em solos paranaenses, fez-se uma delimitação regional posteriormente ao levantamento

histórico, para com este embasar o recorte feito, colocada previamente aqui como Região Norte do Paraná, construída por Padis (1981).

Aprofundando um pouco nas teorias e conceitos, para com estes buscar entender as relações entre os cultivares cafeeiro e canavieiro no estado do Paraná, discutir-se-á previamente alguns conceitos úteis e o porquê da não utilização de outros. Entende-se que a compreensão de determinados conceitos não é algo simples, pois, alguns possuem diferentes explicações, podendo ser mal interpretados e dar outro sentido a pesquisa exposta. Assim, pesquisou-se sobre os conceitos de espaço, lugar, território e região.

Começando pelo conceito de espaço, para Santos (1988, p. 10), este “não é uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. Demonstra também que a definição de espaço “não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho”. O espaço do mesmo modo não é somente o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, como nas definições clássicas da Geografia, tendo que ser considerado um conjunto indissociável de que participa certo arranjo de objetos (objetos geográficos, naturais, sociais) e a vida, que os anima e preenche. Em síntese, seria o espaço “um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (p 10).

Em outra obra de Santos (2008), o espaço é um testemunho, pois “ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”, concluindo que é “uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas” (p 173). Define também o espaço como “condição eficaz e ativa da realização concreta dos modos de produção e de seus momentos” (p 174).

Concernente ao conceito de lugar, Moreira (2007) afirma que este pode ser empregado de duas formas. A primeira, a de Milton Santos, considera o lugar como ponto da rede formada pela conjugação da horizontalidade e da verticalidade. Nesse sentido, para melhor entender, buscou-se a própria obra de Santos (2006) para tentar compreender esta afirmação. Santos (2006) utiliza-se de três pensadores para conceituar horizontalidades e verticalidades, o geógrafo holandês G. de Jong, o sociólogo russo P. A. Sorokin e o filósofo francês H. Lefebvre, indicando assim que

Para de Jong (1962, p. 27) há dois tipos de diferenciação corológica: 1) "a integração das coisas e dos respectivos fenômenos, em um ponto qualquer da superfície da Terra", à qual ele chama de *inter-relação vertical*; e 2) "as relações entre coisas e seus fenômenos, em pontos ou lugares diversos no mundo, fundadas em sua localização relativa", às quais chama de *integração horizontal* (SANTOS, 2006, p 281).

Já o sociólogo P. Sorokin

[...] se refere a formas horizontais e verticais de comunicação entre os homens, ao estudar a circulação dos objetos, fenômenos e valores culturais. Para ele "os caminhos seguidos pelo homem, e utilizados como meios de comunicação, são também os caminhos dos valores e dos objetos culturais" (SANTOS, 2006, p 282).

E H. Lefebvre

[...] propõe que, na análise do mundo rural, sejam consideradas duas formas de complexidade, formas superpostas e interativas. A *complexidade horizontal* é dada pela vida atual do grupo humano em suas relações com o lugar, por intermédio das técnicas e da estrutura social. A *complexidade vertical* também pode ser chamada de *complexidade histórica*, isto é, a influência dos fatos passados na existência atual. (SANTOS, 2006, p 282-283).

Porém, nota-se que o conceito mais utilizado por Santos (2006) é o espaço, pois este demonstra que

As segmentações e partições presentes no **espaço** sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no **espaço** que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O **espaço** se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. (p 192) [grifos nossos]

Santos (2006) explica que

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (284).

A outra forma, segundo Moreira (2007), de se compreender o conceito de lugar é empregado por Yi-Fu Tuan, para quem o lugar é o espaço vivido e clarificado pela relação de pertencimento. Novamente, para melhor entender, buscou-se a própria obra de Tuan (1983), e este considera que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (p. 6). Portanto, seria o lugar para Tuan o espaço dotado de valor, referente à perspectiva cultural.

Portanto, o conceito de lugar não é empregado na pesquisa, devido à complexidade da relação de pertencimento dos seus habitantes com o mesmo. Para tal, necessitar-se-ia de uma pesquisa de viés mais humanista e cultural, mas, no entanto, não se pode dizer que exista o lugar do café e/ou da cana-de-açúcar, pois são opções de cultivos. Pode-se dizer que há mais uma decisão de se adotar uma cultura ou outra, e em muitos casos, até existir o peso da tradição na escolha do que plantar, na medida em que dota-se de valor sentimental estes cultivares. Em tais casos, haja vista a tradição em se plantar determinada cultura, permeia a ideia de pertencimento dos cultivares a um “lugar”. Entretanto, ressalta-se que existe uma dinâmica agrícola, e por ser dotada de valor econômico em primeiro plano, julga-se mais adequado não utilizar o conceito lugar, pois uma crise econômica, como ocorreu com o café e com a cana-de-açúcar em determinados momentos históricos, pode simplesmente transformar todo este “lugar”, ou seja, mudar o valor que as pessoas que vivem neste tinham sobre os cultivares empregados.

Quanto ao território, a gênese do conceito é entendida partindo-se de uma constatação aparentemente banal, como a de que o homem nasce com o território, e o território com o homem; nascendo também com o território, a civilização. Pois, para Rogério Haesbaert e Ester Limonad (2007, p. 42)

[...] os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se inserem (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território.

Referente também a gênese do conceito território, Haesbaert (2005, p 6774) afirma:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium*

quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Há de se deixar claro que o “território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007. p. 42).

Assim, pelo colocado, território indica poder, estatal ou não. Entretanto, quando se considera o território, tradicionalmente se remete ao poder estatal, em suas três esferas (municipal, estadual ou federal). É nessa concepção que o conceito de território será empregado nesta pesquisa. Já que para Haesbaert (2009) há uma distinção entre territorialização e regionalização,

Enquanto o primeiro acaba tendendo a se dirigir sempre mais à esfera das “práticas” sociais, o segundo tem muito mais trânsito em um sentido epistemológico, enquanto princípio de “recorte analítico” do espaço de determinados critérios propostos pelo pesquisador (p. 628).

Para melhor entender, pontua-se que, para Haesbaert (2009), a região responde “a uma questão de ordem mais teórica, a análise da organização e diferenciação do espaço geográfico (mas que inclui, obviamente, a própria natureza “prática” dessa diferenciação)”; quanto ao território está “a questão das relações entre espaço e poder, em suas diversas dimensões (desde o poder em seus efeitos mais concretos até sua natureza mais simbólica)” (p. 633). Além disso,

[...] o que permite conceber a distinção entre dois conceitos como território e região é a perspectiva teórica em que eles se inserem, dentro de uma “constelação” filosoficamente coerente. Assim, cabe a cada um, diante da problemática que se pretende dar conta em uma pesquisa, optar pelo melhor sistema conceitual, consciente das implicações deste na imbricação (ou dissociação, dependendo da corrente de pensamento) entre conceitos como território e região (Haesbaert, 2009. p. 633).

Frente ao conceito de região, um dos primeiros geógrafos a se destacar na sua utilização foi Paul Vidal de La Blache, no século XIX, com estudos sobre as

regiões da França. Porém, não se deve utilizar somente essa concepção, pois segundo Roberto Lobato Corrêa (2003), o conceito de região de La Blache, denominado Região Geográfica, é somente um dos vários existentes. Nesse sentido, há diferentes compreensões, que dependem da corrente de pensamento que se adota, sendo este conceito muito complexo, pois pode ser, em linhas gerais, abordado como região natural, região geográfica, região como classe de área, além da região segundo o enfoque do materialismo histórico, que a aborda como instrumento de controle e ação dentro da sociedade de classes. Esta última conceituação não está solidamente estabelecida, para Corrêa (2003). Este autor deixa explicitado que os geógrafos utilizam-se dos conceitos de região, em suas diferentes correntes, como meios de conhecer a realidade, de forma espacial específica ou em dimensão totalizante, porém, há de se deixar explícito o que se quer é um quadro territorial adequado aos propósitos do pesquisador.

A região natural é entendida, de acordo com Corrêa (2003), como parte da superfície da Terra, sendo dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas, caracterizada pela uniformidade resultante da combinação ou integração em área dos elementos da natureza. Sucintamente seria um ecossistema em que os elementos acham-se integrados e interagem. Roberto Lobato Corrêa apóia-se em Charles Dryer, geógrafo americano do início do século XX, entre outros pensadores, para demonstrar que as regiões naturais devem ser um meio de compreender as relações Homem/Natureza, perceptíveis diretamente através da vida econômica, em cada estágio de cultura. Um problema do uso das regiões naturais é a sua utilização pelo paradigma do determinismo ambiental, segundo o qual, nas regiões naturais, a natureza tem um papel determinante sobre o homem. Destaca-se que esta questão caiu por solo ao se constatar que não existem áreas na superfície da Terra que não tenham sofrido, em algum grau, ação humana e modificado o meio natural, denominado primeira natureza.

Mesmo com este fato, não diminui a importância do conceito de região natural, pois é de interesse no estudo sistemático dos diferentes ecossistemas ou regiões que sofreram modificações pelo homem no decorrer da história. (CORRÊA, 2003).

No que concerne à corrente do possibilismo, no final do século XIX e início do XX, o conceito de região é dominado pelo temário da região humana como objeto, considerada como Região Geográfica, distinguindo assim do conceito de

região natural, pois considera a evolução das relações Homem/Natureza. O homem, com sua cultura, cria paisagens e gêneros de vida¹, sendo estes peculiares a cada porção da superfície terrestre. Esta teoria foi utilizada no final do século XIX, na França, por Paul Vidal de La Blache, e no início do século XX, na Alemanha, por Otto Shlüter e nos Estados Unidos, por Carl Sauer (CORRÊA, 2003).

A abrangência de uma região geográfica é uma paisagem e sua extensão territorial, que se entrelaçam com harmonia aos componentes humanos e à natureza. Corrêa (2003) indica ainda que Região e Paisagem são conceitos equivalentes ou associados, podendo até mesmo ser igualados, quando se considera a geografia possibilista.

Santos (2008, p. 81) escreve que “a geografia regional se interessa pelo estudo das diferenciações espaciais por intermédio das inter-relações entre os dados da natureza e as sociedades humanas”, assim, nada mais coerente que a região estar na concepção colocada, em relação à referida corrente.

Destaca-se que a região geográfica poderia até mesmo desaparecer dentro do raciocínio possibilista, pois é uma entidade concreta, sendo o papel do geógrafo reconhecer, descrevê-las e explicá-las, tornando claros os limites, os elementos que constituem combinados e os processos de formação e evolução desta ou destas regiões. Nestes aspectos, a região natural e a região geográfica não se diferenciam, pois no processo de reconhecer, descrever e explicar, o geógrafo deve, para estas categorias de análise, evidenciar a individualidade da região, a personalidade desta, a singularidade, frente à combinação de fenômenos naturais e humanos que não se repetissem, sendo portanto, singular (CORRÊA, 2003).

Há críticas sobre a região conceituada por Vidal de La Blache, realizadas por Yves Lacoste e Paul Claval, segundo Corrêa (2003). Lacoste aponta que a Região Geográfica coloca a região como entidade acabada, não leva em consideração os elementos de origem recente, somente os antigos, de longa duração. Impõe também um único modo de pensar a divisão da superfície da Terra, além do fato de a ideia de harmonia não ser adequada para análise das sociedades estruturadas em classes sociais. E Claval lembra que não há critérios sistemáticos para identificar regiões, pois os resultados obtidos indicam diversidades, constituindo uma realidade

¹ Conceito criado por Vidal La Blache para analisar as formas de organização societária dos espaços anteriores à revolução industrial. Segundo Max Sorre, o gênero de vida é um conjunto de técnicas e costumes, que são passados e construídos socialmente (MOREIRA, 2005).

natural algumas vezes, e na maioria das vezes, condicionada historicamente e economicamente, dando uma importância maior aos elementos humanos do que aos elementos naturais no processo de delimitar as regiões geográficas.

No pensamento da corrente da Nova Geografia, de base positivista, a região é definida como um conjunto de lugares em que as diferenças internas são menores que as existentes entre estes e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. Esse paradigma utiliza para mensurar diferentes técnicas estatísticas descritivas, como, por exemplo, o coeficiente de variação e o desvio-padrão. São os propósitos de cada pesquisador que norteiam os critérios a serem selecionados. A região da Nova Geografia difere da região geográfica e da região natural por ser uma criação intelectual balizada por propósitos específicos, não sendo uma entidade concreta (CORRÊA, 2003).

Para a Nova Geografia existe ampla possibilidade de aparecer propósitos de divisões regionais, apresentando dois enfoques que não se excluem: o de considerar as regiões simples, a partir de um único critério ou variável para delimitar as regiões (tipos de solos, por exemplo); ou então, as regiões complexas, obtidas através de muitos critérios ou variáveis (como renda, produção agropecuária e industrial, entre outros, conjuntamente). Essa divisão regional insere na análise a visão dicotomizada, perdendo a caracterização de integralidade da região natural e da região geográfica. Muda também a organização, que possui um sistema classificatório, concebido através de divisão lógica ou dedutiva (do todo para as partes) ou do agrupamento ou classificação indutiva, que parte do indivíduo, ou seja, das partes, indo por agregação e perdendo detalhes, frente à generalização crescente, até chegar ao todo. Os processos diferem em muito, pois a divisão lógica procura diferenciações entre os lugares; já o agrupamento procura regularidades (CORRÊA, 2003).

Para Roberto Lobato Corrêa (2003), um aspecto a ser considerado na região da Nova Geografia é que não existe um método regional, e sim estudos em que as regiões formam classificações, ou seja, identificam-se padrões espaciais dos fenômenos observados estaticamente ou em movimento, adquirindo na inexistência concreta, o sentido de padrão espacial. Esse autor afirma ainda que:

Os estudos de geografia regional ou de área são realizados dentro de propósitos preestabelecidos. A partir de uma referência teórica, como a das localidades centrais ou a do uso agrícola da terra, ou de um suposto

problema, como o do desenvolvimento regional, estuda-se um segmento da superfície da Terra (p 40).

Na corrente de pensamento denominada Geografia Crítica, que surgiu nos anos de 1970, foi repensado o conceito de região, sob o prisma do materialismo histórico e da dialética marxista. Assim, o conceito de região é analisado sob a articulação dos modos de produção, através das conexões entre classes sociais e acumulação capitalista, por meio das relações entre sociedade local e o Estado, introduzindo a dimensão política. Vale-se de diversos pensadores para realizar tais considerações sobre região. Dentre eles, Corrêa (2003) cita Yves Lacoste, Aluizio Duarte, Alain Lipietz, R. Dulong e Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira. Na Geografia Crítica, as regiões tenderiam a desaparecer, devido a homogeneização da sociedade e do espaço, realizado pelo capital monopolista e hegemônico.

A região para a Geografia Crítica pode

[...] ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas (CORRÊA, 2003 p 45).

A região, em relação à Geografia Crítica, seria um lugar de conflitos, e estes seriam oriundos dos embates entre interesses internos ou entre interesses internos e externos, os quais poderiam gerar uma desintegração da região, fato que se exprimirá na paisagem da região (CORRÊA, 2003).

Define-se a região como sendo uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, melhor dizendo,

[...] da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, herança culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. (CORRÊA, 2003 p. 45-46)

Assemelha-se muito à região geográfica, porém, não é igual, pois não há harmonia e nem é única, na medida em que faz parte de uma totalidade perante uma articulação funcional e espacial, simultaneamente. Sendo assim, é um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral e o particular.

Referente à lógica capitalista, a região ganha um critério de planejamento, denominada região de planejamento, que vem a ser um território de ação e controle, sendo empregada em estudos nas décadas de 1960 e 1970. Numerosos estudos almejavam a definição de regiões de planejamento na esfera federal, macrorregional e estadual. Porém, a pouca eficiência das regiões de planejamento, frente às condições de vida da população em geral, juntamente com a aplicação destas por um Estado autoritário (época do regime militar no Brasil) e o retorno da democratização gerou um esvaziamento da sua aplicação (CORRÊA, 2003).

O planejamento regional seria uma forma de organização espacial, que para Corrêa (2003, p. 55), consistiria em um “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da Terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)”, sendo “expressão da produção material do homem, resultado de seu trabalho social”, refletindo, portanto, as características do grupo social que a criou.

Abordando um pouco mais o conceito de região, que supre as necessidades teórico-conceituais e espaciais desta pesquisa, há o enfoque para este conceito presente em Kayser (1980 p. 282), segundo o qual

Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes [econômicos e/ou culturais], sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global.

Kayser (1980 p. 280) explica melhor cada parte dessa afirmação dizendo que “o caráter concreto e [a] relatividade histórica da região devem ser logo de início nitidamente afirmados”. Dessa forma, deve-se construir os contornos físicos da região, para posteriormente definir a situação, ou seja, “como resultado de um equilíbrio das forças em que o peso do passado desempenha um papel considerável. Os próprios limites da região decorrem desse equilíbrio”.

A expressão ‘os laços existentes entre os habitantes’ “deve ser entendida em seu mais amplo sentido, isto é, englobando não somente as relações, mas também os caracteres comuns [como o plantio em comum, por exemplo]. Estes constituem frequentemente a base de importantes coesões espaciais” (KAYSER, 1980, p. 280).

A organização no entorno de um centro é um dos fatores de existência de uma região, pois “não há verdadeira região sem centro, sem núcleo, isto é, sem cidade”, e “a cidade comanda o espaço que a envolve, encerrando-o em uma rede de relações comerciais, administrativas, sociais, demográficas, políticas, da qual ela ocupa o centro” (KAYSER, 1980, p. 281).

Concernente à integração, Kayser (1980, p. 281 e p.282) afirma que “uma região só existe como parte integrante de um conjunto”, na medida em que participa de um espaço mais amplo que a domina, pois “o poder, financeiro e político, isto é, a capacidade superior de decisão, escapa sempre à região”, sendo assim “um nível intermediário indispensável entre o poder central e os organismos locais”.

Nesse sentido, visando explicitar as escalas nas quais a região de estudo está inserida e faz parte, realizou-se uma abordagem temporal dos contextos nacional e estadual, os quais serão discutidos no próximo capítulo.

Foram realizadas saídas a campo, e para embasar estas há a necessidade de parâmetros conceituais e métodos, por tanto, utilizou-se de Suertegaray (2002) que considera a pesquisa de campo como um dos temas mais importantes da Geografia, sendo que esta pesquisadora baseia-se em grandes pensadores para abordar este assunto, tais como Yves Lacoste, Bernard Kayser, Jean Tricart, Arioaldo Umbelino de Oliveira. Como existem outros geógrafos que também discutem o tema, assim, utilizar-se-á a visão da referida pesquisadora sobre o tema, juntamente com a abordagem de Fajardo (2008 b), que a partir das análises do rural paranaense (área de estudo desta dissertação), considera que a paisagem rural é o resultado de territorialidades econômicas.

Há diferentes termos que podem ser empregados para explanar sobre a pesquisa de campo, na medida em que a palavra “Campear” é muito expressiva, já que é utilizada pelo homem do campo e pela população da Campanha no Rio Grande do Sul com o significado de procurar. Seria assim, para Suertegaray (2002), uma forma de fazer campo, ou seja, campeando, procurando, pesquisando. Perante os diferentes momentos históricos há distintos métodos para realização de pesquisa de campo, sendo:

No método positivista, tão conhecido nosso, o campo (realidade concreta) é externo ao sujeito. O conhecimento/a verdade está no objeto, portanto no campo, no que vemos.

No método neo-positivista o campo como realidade empírica é externo ao sujeito. Agora, nesta perspectiva, o campo como realidade externa é uma construção do sujeito.

No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto.

No método fenomenológico, o campo é a expressão das diferentes leituras do mundo. É o lugar (da observação e da sistematização) do olhar do outro – daí o método fenomenológico dizer da necessidade de se colocar no lugar de. Negando o positivismo, este método não separa sujeito e objeto. (SUERTEGARAY, 2002, s/p)

Fato resultante da compreensão dialética é a Práxis, juntamente com a “concepção de que estamos no mundo para pensá-lo e transformá-lo. Pesquisar pressupõe reconhecer para intervir”, assim “a pesquisa de campo é o conhecimento feito através da vivência em transformação” (SUERTEGARAY, 2002, s/p).

Além dos métodos há também a compreensão da hermenêutica, na qual

o campo é a interação do sujeito no seu caminhar e pensar com objeto. O sujeito como ponto de partida do conhecimento promove, a partir de sua vivência, ação que desencadeia o processo de conhecimento e (re)construção do mundo. O campo é o texto, este precisa ser desvendado aberto e compreendido em seus múltiplos significados para, a partir dessa compreensão promover a reconstrução do sujeito/objeto/sujeito. (SUERTEGARAY, 2002, s/p).

Suertegaray (2002) denomina a Hermenêutica Instauradora o citado anteriormente, complementado que “Da nossa prática advém nossas indagações e das respostas que damos a elas advém nossa prática e as transformações simultâneas de nós e do mundo” (s/p).

Agregando a ida a campo à concepção de paisagem, Fajardo (2008 b) ressalta a paisagem como materialização do espaço geográfico e que os processos de ordem econômica afetam diretamente os aspectos observáveis, melhor dizendo, visíveis da paisagem. E

“Como a própria produção econômica conforma uma organização espacial específica, a paisagem possui uma organização em que elementos naturais (como clima, solo, vegetação, e hidrologia) e fatores humanos, se encontram em permanente contato e interação.” (FAJARDO, 2008a p.49)

Com alguns pressupostos conceituais e muitas dúvidas, partiu-se para análise dos cultivares cafeeiro e canavieiro no estado do Paraná no decorrer do

tempo, entendendo o contexto nacional e internacional ao qual estava inserida a dinâmica dos mesmos.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA E AGRÍCOLA BRASILEIRA

O Brasil, país da América do Sul, por si só não realiza ações, sendo estas realizadas pelos homens que neste estão ou habitam. Partindo assim dos primórdios deste território há de se mencionar que a ocupação do mesmo é de mais de dez mil anos atrás (SALZANO, 1997). Porém, focar-se-á uma economia mais ampla, mas o que vem a ser economia?

Entre as várias definições de Economia, pode-se entendê-la como a arte da escassez, ou seja, o estudo sobre a escassez e os problemas que esta gera, havendo assim a necessidade de repartir o que é produzido entre os homens (STONIER e HAGUE, 1959). Para não ficar em uma definição somente, pode-se utilizar também a de Samuelson e Nordhaus (2006), para os quais a Economia é “el estudio de cómo las sociedades utilizan recursos escasos para producir bienes valiosos y distribuirlos entre diferentes personas”. Além disso, esses autores indicam ainda que por trás desta definição estão as ideias chave da economia, sendo estas: “Los bienes son escasos y la sociedad debe utilizar sus recursos con eficiencia.” (p. 4). Portanto, estudou-se a formação econômica, para com esta saber o que é produzido e porque em um determinado território ao longo do tempo, frente a sua viabilidade.

A formação econômica do território brasileiro não é algo simples a ser explanado, portanto, utilizou-se de pensadores que o fizeram, tais como Furtado (2006) e Prado Junior (2008).

Furtado (2006) demonstra que a ocupação econômica foi constituída inicialmente como uma expansão comercial europeia, em especial, o “empreendimento” dos portugueses que, no começo do século XVI, era “uma empresa completamente inviável”, principalmente porque deveria encontrar “uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras” (p. 29).

Contextualizando historicamente, a exploração das terras que formaram o território brasileiro teve seu início com a partida de uma frota composta por treze navios em 9 de março de 1500 do porto, no rio Tejo em Lisboa/Portugal, e a chegada em 21 de abril do mesmo ano em futuras terras do Brasil. Porém,

inicialmente, não houve a tomada de posse por ocupação, ocorrendo simplesmente expedições guarda-costas e trocas com os nativos, as quais tiveram como pauta inicial o pau-brasil como principal produto (FAUSTO, 2008).

Para Caio Prado Junior (2008) o primeiro passo na formação econômica brasileira foi dado pela Europa, que deixou “de viver recolhida sobre si mesma para enfrentar o Oceano” (p. 13). No entanto, para os europeus a América era inicialmente “um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado” (p. 15). Havia um desprezo inicial “por esses territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis” (p.15 e p.16), não ocorrendo, a princípio, a nenhum dos povos europeus a ideia de povoar as terras americanas. Porém, o tráfico de pau-brasil era muito ativo, praticado por portugueses e franceses, os quais obtinham auxílio dos indígenas, que trabalhavam por “miçangas, tecidos e peças de vestuários, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos [que] os enchiam de satisfação”, ou seja, “em troca de quinquilharia, de valor ínfimo para os traficantes, empregavam-se arduamente em servi-los” (p. 25). Os portugueses, trinta anos após a tomada de posse das novas terras, começaram a ocupá-las, para evitar perdê-las para outros europeus, principalmente os franceses, já que “mesmo com direitos sobre as terras brasileiras, fundado embora na soberania do Papa, nem o sistema, até então seguido, de simples guardas-costas volantes, era suficiente para afugentar os franceses” (p. 31) que também tinham interesses em explorar as terras.

Portugal não dispunha de meios para povoamento, sendo este uma tarefa difícil, pois todas as atenções estavam voltadas para o Oriente, cujo comércio chegara ao apogeu. Além disso, não contava com “população suficiente para sofrer novas sangrias; os seus parques habitantes, que não chegavam a seis milhões, já suportavam com grande sacrifício as expedições orientais” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 31). Havia assim, o plano de realizar concessões, porém, poucos se interessaram e menos ainda obtiveram sucesso em estabelecer núcleos fixos de povoamento, “a maior parte deles fracassará na empresa e perderá nela todas as suas posses (alguns até a vida)” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 31)

Fato a ser mencionado é a extensão das terras, que são justificadas, segundo Prado Junior (2008 p. 33), porque

[...] sobravam as terras, e ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam ao novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários. Além disso, e sobretudo por isso, há um fator material que determina este tipo de propriedade. A cultura da cana somente se prestava, economicamente, a grandes plantações.

Porém, não estavam vazias as terras para simples ocupação por cultivares elencados. Houve guerras entre colonos e indígenas, fomentadas pelo ganho que a venda de prisioneiros capturados na luta propiciava e “de toda agitação eram os índios naturalmente que levavam a pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito”. São vários casos que ocorreram com “destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca chegaram a se organizar normalmente” (PRADO JÚNIOR, 2008 p. 35).

O foco do estudo não é a mão de obra, porém, há a necessidade de se citar os escravos, que foram apropriados e transformados em mercadoria, por sua vez, comercializados, constituindo assim uma economia. Conforme Novais (1995), o comércio dos escravos, ou seja, o tráfico, explica a própria escravidão, que inicialmente era indígena, sendo substituída por escravos oriundos do continente africano, por ser mais rentáveis que os indígenas. Para Furtado (2006), foi constituída uma “economia escravista” em determinado período para “expansão da empresa, que já estava instalada” (p. 77), referindo-se à economia açucareira, tanto para o trabalho na lavoura quanto nos engenhos, e em outro período, os escravos foram encaminhados à economia mineradora. Não que o escravo não fosse utilizado em outros trabalhos, porém, pelo seu grande valor agregado, normalmente era empregado na atividade mais lucrativa do momento.

Ressalta-se que o valor agregado não era tanto pelo preço pago na África, mas pela “grande mortandade a bordo dos navios que faziam o transporte”, com péssimas condições de higiene e superlotação. Calcula-se que “50% chegavam com vida ao Brasil”, portanto o “valor dos escravos foi assim sempre muito elevado, e somente as regiões mais ricas e florescentes podiam suportá-lo” (PRADO JUNIOR, 2008, p. 37).

Voltando ao empreendimento português no período denominado de Brasil Colônia², que é o início da formação econômica para os autores citados, considera-se que após o tráfico de pau-brasil iniciam-se os empreendimentos agrícolas. Sabe-se que independente de “escravos africanos, escravos ou semi-escravos indígenas, a organização das grandes propriedades açucareiras da colônia foi sempre, desde o início, mais ou menos a mesma” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 37), ou seja, grande número de trabalhadores, sob a direção do proprietário das terras, juntamente com áreas extensas para exploração em larga escala.

Não se pode esquecer que as atividades principais eram seguidas de atividades acessórias. Segundo Prado Junior (2008), havia assim os grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco, e atividades com a finalidade de manter essas economias funcionando, as quais receberam a denominação de “economia de subsistência”, afinal destinava-se a suprir as necessidades básicas de existência, não era voltada à exportação, ficando em segundo plano, pois

[...] a população rural da colônia ocupada nas grandes lavouras e que constitui a quase totalidade dela, provê suficientemente a sua subsistência com culturas alimentares a que se dedica subsidiariamente, e sem necessidade de recorrer para fora (p. 42).

Furtado (2006) explica que a especialização foi tão grande que quando o cenário era favorável ao mercado de açúcar, “a própria produção de alimentos para os escravos, nas terras do engenho, tornava-se antieconômica nessas épocas.” (p. 93).

É de consenso entre Furtado (2006) e Prado Junior (2008) que a criação de gado fez parte da economia de subsistência e que inicialmente foi feita nas áreas não ocupadas pela cana-de-açúcar na região Nordeste. Posteriormente, o Rio Grande do Sul adentra como grande criador, e por causa de técnicas de conservação da carne, seca e salgada, denominada charque, esta é transportada para o mercado consumidor do Nordeste.

Entretanto, a “colônia [era] destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais de grande expressão econômica” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 41), sendo o açúcar o principal, porém não o único no período colonial. Como exemplo

² Fausto (2008) e Novais (1995), assim como vários outros historiadores denominam o período entre 1500 a 1822 como “Brasil Colônia”, pois o território brasileiro pertencia a Portugal, mediante alguns tratados internacionais.

de outros cultivos, havia o tabaco, que não atingia a escala de produção canavieira, mas estava presente desde o século XVII. O tabaco não era destinado somente para o mercado europeu, mas também era utilizado como escambo no tráfico de escravos das costa da África. O algodão do mesmo modo se fez presente na pauta de exportação, principalmente no estado do Maranhão, mas como os Estado Unidos o produziam com preços mais acessíveis, este produto reduziu em muito seu preço no mercado, tendo um período de alta com a guerra da Secessão. No Brasil Colônia também se produzia couro, arroz e cacau, no entanto, estes “não admitiam grandes possibilidades de expansão” e “eram produtos menores” (FURTADO, 2006 p. 168), ou seja, não possuíam grande produção ou extensas áreas de plantio, em comparação à cana-de-açúcar.

Pela extensão da colônia portuguesa na América, existiam também outros produtos de exportação de menor porte, porém significativos regionalmente, como é o caso do cravo, da canela, da castanha e da salsaparrilha, juntamente com a madeira e “os produtos abundantes do reino animal: peixes, caça (s), tartaruga(s). Na extração desses produtos encontrará a colonização amazônica sua base econômica.” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 69).

Já no final do século XVII, houve a primeira significativa descoberta de ouro, no Rio das Velhas, em Minas Gerais, e posteriormente de diamantes, no norte de Minas Gerais, tendo grande efeito, pois iniciou-se uma “corrida do ouro” que “provocou a primeira grande corrente migratória para o Brasil” (FAUSTO, 2008 p. 98).

A mineração, melhor dizendo, a economia mineradora gerou a articulação entre as regiões do Brasil Colônia, pois

Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do sul, vieram não apenas o gado mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, com sua famosa feira, transformou-se, no interior de São Paulo, na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas (FAUSTO, 2008 p. 99).

Por que somente no final do século XVII e, principalmente no século XVIII, a mineração se tornou uma grande economia? Os metais preciosos sempre foram foco dos portugueses desde o início da colonização e devido ao fato dos espanhóis

encontrarem estes no México e Peru, alimentava-se a imaginação que haveria mais metais preciosos em toda a América e

[...] com esperança de encontrá-los, não foram poucos os aventureiros que desde o primeiro momento da ocupação do litoral brasileiro se tinham internado pelo território desconhecido. Deles ficaram notícias vagas, pois quase todos se perderam: quando escapavam dos obstáculos de uma natureza agreste, iam acabar nas mãos dos indígenas (PRADO JUNIOR, 2008 p. 56).

No início do século XVIII, registra-se a introdução do café, sendo cultivado “por toda parte para fins de consumo local” (FURTADO, 2006 p. 168). Posteriormente, assumiu grande papel na economia no final do mesmo século e visando analisá-lo utilizou-se um especialista na economia cafeeira, Antônio Delfim Netto (2009). Entretanto, antes de adentrar na economia cafeeira, pontua-se o que ocorreu com as duas outras grandes economias que eram expressivas até então, a canavieira e a mineradora.

A economia canavieira teve seu auge em meados do século XVII, entretanto, na segunda metade do mesmo século entra em crise por causa da guerra entre holandeses e espanhóis, principalmente porque Portugal foi absorvido na união com a Espanha. Assim, os holandeses, no início do século XVII, “controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses era impraticável” e um dos episódios dessa guerra foi a ocupação pelos holandeses, “durante um quarto de século, de grande parte da região produtora de açúcar no Brasil”. Durante essa ocupação, os holandeses aprenderam todos os “conhecimentos técnicos e organizacionais da indústria açucareira. Esses conhecimentos vão constituir a base para implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente, de grande escala, na região do Caribe” (FURTADO, 2006 p. 43 e p 44), acabando assim com o monopólio português, fazendo o preço declinar e sua produção não ser mais tão rentável.

A mineração contribuiu para a desarticulação ainda maior da economia açucareira, já que demandava por alimentos, fazendo dessa forma, com que a agricultura e a pecuária nordestina fluíssem para o mercado minerador, juntamente com a mão de obra (escrava), ocasionando em altas nos preços, agravando ainda

mais as crises da concorrência do açúcar, aumentando seus custos de produção (FURTADO, 2006).

Entretanto, a mineração declinou conforme exauria as jazidas superficiais, fato que pode ser constatado ao comparar a produção de 1754, em torno de 118 arrobas (1770 Quilos), para 35 arrobas (525 Quilos), em 1804. Essa situação foi tratada pela coroa portuguesa como fraude e desvio de produção, e “não se deu um passo para introduzir na mineração quaisquer melhoramentos; em vez de técnicos para dirigi-la, mandavam-se para cá cobradores fiscais” (PRADO JUNIOR, 2008 p.61). Assim, há o fim prematuro da economia mineradora no Brasil no século XIX, tendo a exploração de diamante o mesmo fim que a do ouro, porém, mais precocemente, sem expressão desde o fim do século XVIII, pelo exaurimento das jazidas.

“A mineração teve na vida da colônia um grande papel. Durante três quartos de século ocupou a maior parte das atenções do país, e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades”, a partir do declínio da economia canavieira, pois “a necessidade de abastecer a população concentrada nas minas e na nova capital” estimulou “as atividades econômicas num largo raio geográfico que atingirá não somente as capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro propriamente, mas também São Paulo” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 64 e p.65). Dessa forma, a agricultura e pecuária foram desenvolvidas nesta região, juntamente com o fomento da pecuária na região Sul, mas precisamente no Rio Grande do Sul, que conduzia por terra sua produção até o mercado consumidor, tendo um entreposto comercial da feira de Sorocaba, como já citado.

Quanto ao cultivo canavieiro, este entrou definitivamente em declínio no século XIX,

(...) um sucedâneo para a produção de açúcar que levará de vencida: a beterraba. Os países europeus, e também os Estados Unidos, que são grandes consumidores de açúcar e principais mercados para a produção dos trópicos americanos, tornam-se, com a utilização da beterraba, de consumidores em produtores (PRADO JUNIOR, 2008 p. 158).

Concernente à economia como um todo, com a crise das economias canavieira e mineradora, volta-se para o mercado interno. “A existência do regime de trabalho escravo impediu, no caso brasileiro, que o colapso da produção de ouro criasse fricções sociais de maior vulto”. Porém, as maiores perdas foram para

aqueles que tinham grandes investimentos em escravos, que observavam as rentabilidades baixarem dia após dia. “O sistema se descapitalizava lentamente, mas guardava sua estrutura. Ao contrário do que ocorria no caso da economia açucareira”, que estava se defendendo com produção relativamente elevada frente aos baixos preços, “na mineração a rentabilidade tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total”. Pouco tempo foi preciso para que se “desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte dos seus elementos em uma economia de subsistência” (FURTADO, 2006, p. 133 e p. 134).

Com o declínio dos dois sistemas tem-se assim um problema de articulação da economia, sobretudo a de subsistência, no Brasil. “As articulações [da economia] se operavam em torno de dois polos principais: as economias do açúcar e do ouro”, principalmente porque a economia pecuária era ligada à mineração; “o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande”, articulava-se com os centros autônomos do Maranhão, periferia pecuária, e com o do Pará, de economia extrativista florestal, organizada pelos jesuítas com trabalho indígena. É importante salientar que a economia do Maranhão era tida como autônoma porque se articulava com a economia canavieira apenas pela pecuária. A economia maranhense teve grande ascensão somente no final do século XVIII, na Era Pombalina, com a produção de algodão e arroz, devido à criação de uma “companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região, tradicionalmente a mais pobre do Brasil” (FURTADO, 2006 p. 138 e p.139).

A crise da economia canavieira, principalmente açucareira, e o exaurimento das jazidas de ouro, ou seja, praticamente o fim da economia mineradora, culminou com grandes problemas sócio-político-econômicos na primeira metade do século XIX³. Surge no meio dessas grandes dificuldades, a possibilidade de um novo investimento, o café, “como nova fonte de riqueza para o país”, pois em 1830 já era o “principal elemento da exportação brasileira, e sua progressão é firme” (FURTADO, 2006 p.147).

³ “Nos anos 30 e 40 do século XIX o Brasil viveu um período praticamente ininterrupto de revoltas e guerra civil. Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Rio Grande do Sul atravessaram convulsões internas. No Pará, no Ceará e em Pernambuco o período de convulsões durou anos, e no Rio Grande do Sul a guerra civil se estendeu por décadas” (FURTADO, 2006 p.147)

Para o exame da economia cafeeira no século XIX até meados do século XX⁴, utiliza-se a análise de Antônio Delfim Netto (2009), realizada em sua tese de doutorado, transformada em livro, denominada “O problema do café no Brasil”. Pois, os fatos ocorridos (crises e problemas naturais, como geadas e secas), analisados no referido livro, servem para compreender a economia cafeeira no Brasil.

Delfim Netto (2009) indica os anos de 1857 a 1906, como período sem intervenção governamental. De 1857 a 1863, o plantio de café sofreu grande estímulo, em função de bons preços no mercado, provocando ampla mobilidade interna de mão de obra. Além disso, levando-se em consideração que o cafeeiro leva de quatro a cinco anos para se tornar adulto, este estímulo se refletiu na produção somente mais tarde. Um ponto a ressaltar é que o café nesta época retirou recursos (mão de obra e investimentos), juntamente com terras de plantio da cultura canavieira, como colocado:

Em São Paulo, que principiava a expandir sua cafeicultura, os recursos foram retirados da cana-de-açúcar e destinados à expansão da cultura do café e do algodão (cuja procura havia aumentado enormemente por parte dos mercados europeus em virtude da Guerra da Secessão) (DELFIN NETTO, p 18 -19).

Em 1864, o preço do café encontrava-se em queda, devido ao crescimento da produção mundial:

No início da Guerra do Paraguai (1864), os preços do café no mercado internacional já se encontravam caindo, não só devido à redução da procura norte-americana, como também em virtude da expansão brasileira e ao crescimento da produção na América Central, que passara de 400 mil sacas para quase 800 mil sacas por ano, da Ásia, que passara de 1,8 milhões para 2,2 milhões de sacas e da África, que passara de 25 mil para 35 mil sacas anuais (DELFIN NETTO, 2009. p 19)

Houve a revolução tecnológica a partir de 1865, sendo esta de mais alta importância para a generalização do consumo do café, segundo Delfim Netto (2009). Pois, o café “era vendido verde, e posteriormente era torrado em casa pelos próprios consumidores, forma esta de comercialização que começou a ser substituída pela venda de café torrado em pacotes” (p 20). Segundo Delfim Netto,

⁴ Exatamente o período entre o ano de 1857 ao ano de 1957.

O café torrado pelo próprio consumidor ficava na dependência da sua habilidade e a sua qualidade era muito mais variável. Quando esse serviço passou a ser executado por grandes torradores, nasceu não só a especialização, como também generalizou-se a “prova da xícara”. O consumo de café era trabalhoso, pois o café torrado perde logo seu aroma e sabor, de maneira que a operação devia ser realizada em pequenas quantidades e com frequência e não sem perdas consideráveis. O fornecimento de café já preparado, em pequenos pacotes, resolvia completamente o problema (p 20).

Esta mudança tecnológica modificou as relações de comercialização entre os produtores e os consumidores, devido à padronização da qualidade (DELFIM NETTO, 2009).

Frente às guerras do século XIX, a cultura cafeeira ajudou a estabilizar a taxa cambial do Brasil no período da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), em função do aumento das exportações e pela manutenção do mesmo nível de receita de divisas obtidas. Porém, sofreu com a Guerra da Secessão (1861 a 1865), com a diminuição das exportações para os Estados Unidos, sendo compensado, em parte, pelo período de prosperidade que ocorria na Europa (DELFIM NETTO, 2009).

Fatos registrados por Delfim Netto (2009) que afetaram a cultura cafeeira são as geadas e as crises internacionais. Como exemplo, a geada de 1870 acarretou no aumento do preço da saca de café, e por subsequente, a crise internacional de 1873, fez com caísse o preço da saca, devido particularmente ao nível baixo dos salários na Europa naquele momento. Porém, o preço do café cai “lentamente dentro de um período de crise (à custa, evidentemente, da diminuição da taxa de crescimento do consumo a longo prazo)” (p 24). No entanto, a crise não é de toda ruim, já que

Não pode deixar de ser considerado, por outro lado, que a baixa dos preços do café, depois da crise, facilitou uma ampliação de nossas exportações e permitiu que obtivéssemos, mesmo durante a fase mais aguda da crise mundial, uma receita de divisas proveniente do café quase duas vezes maior do que aquela que até então vínhamos obtendo (DELFIM NETTO, 2009, p 25).

Ressalta-se ainda que existiram mais duas crises que atingiram o café nos anos oitenta do século XIX, sendo a crise europeia de 1882, “seguida pela crise norte-americana de 1884”. Posteriormente a estas crises, em 1886, houve uma nova e violenta fase de expansão do cultivo cafeeiro, a última sem a intervenção estatal. Nessa fase os preços são explicados pela flutuação do mercado de oferta e pelo

crescimento extraordinário do mercado mundial, especialmente o norte-americano (DELFIM NETTO, 2009 p 26 - 28).

O fim da escravidão⁵ afetou em muito o mercado cafeeiro, trazendo consigo grandes transformações, como a libertação dos escravos pelos paulistas, fato que “constituiu a mola mais importante para a transferência da lavoura cafeeira do Rio de Janeiro para São Paulo, pois aquela se apoiava em muito maior magnitude sobre o braço escravo” e a imigração havia se intensificado (DELFIM NETTO, 2009. p 29).

O “encilhamento” (programa econômico do Brasil República, proposto por Rui Barbosa), a Revolta da Armada e outros fatos históricos são também pontuados por Delfim Netto (2009), além de seus reflexos no mercado cafeeiro no final do século XIX. Mas o que mais se destaca é que

(...) os grandes lucros proporcionados pela cafeicultura haviam desviado todos os recursos da classe agrícola para a produção de café, o que conduziu ao abandono da agricultura de subsistência. As importações de cereais e de outros gêneros de consumo haviam aumentado enormemente e pressionavam ainda mais a taxa cambial. Essa concentração de fatores de produção na cafeicultura tornou o setor agrícola da economia brasileira extremamente sensível às flutuações dos preços do café, e a baixa desses preços não podia ser compensada, a curto prazo, por maiores vendas de arroz, feijão, milho, porcos etc. (p 35)

O cultivo do café não foi o único a apresentar grandes exportações no final do século XIX. Segundo Delfim Netto (2009), havia ainda a borracha, que duplicou as exportações nos dois últimos decênios, e o mate, que quintuplicou as exportações. Sendo “contrabalançados pela diminuição das exportações de algodão e de açúcar” (p 37).

Voltando-se novamente a Caio Prado Junior (2008)⁶, este cita que

[...] como no passado, a produção agrária continuará compartimentada e distribuída pelas diferentes regiões do país, com um gênero para cada uma; e desenvolvendo-se cada qual independentemente das demais e voltada inteiramente para fora do país, isto é, para a exportação. É como se fossem diferentes unidades econômicas mais ou menos acidentalmente reunidas no corpo de uma só nação e levando a vida à parte. (p. 225)

⁵ Abolição da escravatura com a lei Áurea de 13 de maio de 1888.

⁶ O trabalho de Caio Prado Junior foi publicado, pela primeira vez em 1945, ou seja, analisou até próximo deste momento a economia brasileira. Salvo modificações que o próprio autor realizou em uma atualização em 1970 e um *post-scriptum* de 1976. Caio Prado Junior morreu em 1990.

Em termos gerais, e utilizando-se destes pesquisadores no que se refere à economia, estes são os quadros e bases da economia brasileira até o final do século XIX e início do século XX, entretanto, este contexto mudou com advento da mecanização pós década de 1960 e produção de outros cultivares, estando entre eles, a soja.

Para melhor compreensão dos contextos sobre os quais a área de estudo está inserida, realiza-se no próximo item uma explanação sobre a formação econômica da região Sul, abrangendo o período dos séculos XV ao XX.

4. FORMAÇÃO ECONÔMICA E AGRÍCOLA DE REGIÃO SUL DO BRASIL

A região Sul do país, segundo a divisão oficial em uso, é constituída atualmente por três estados: Paraná (porção norte), Santa Catarina (porção central) e Rio Grande do Sul (porção sul).

Nos séculos XV, XVI e XVII a região Sul do Brasil era área de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola. No entanto, até o final do século XVII “as fronteiras meridionais do Brasil se conservaram não apenas indecisas, mas desconhecidas e descuidadas”. Somente com o final da União Ibérica, em 1640, é que a coroa portuguesa tratou de definir os limites, entretanto, expandindo-os, já que com os tratados, o território português limitava-se ao “sul da capitania de São Vicente (depois São Paulo). Eles tinham alcançado, embora só nas proximidades da costa o território hoje ocupado pelo Estado do Paraná”. Havia uma grande área em litígio entre as coroas espanhola e portuguesa, sendo que “todo o território a leste do Rio Paraná compreendido entre o Rio da Prata ao sul e o paralelo de 26º ao norte, permanecia deserto e inocupado, embora fosse percorrido intermitentemente, desde princípios do século XVII” pelos bandeirantes predadores de indígenas (PRADO JUNIOR, 2008 p. 94 e p. 95).

Economicamente, a região Sul é tratada como adjacente à açucareira, pois fornecia gado e muares, na medida em que a pecuária “encontrara no sul um hábitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se”, mas com rentabilidade baixíssima inicialmente, que sobrevivia “graças às exportações de couro”, e posteriormente, com a economia mineradora, houve uma valorização rápida do gado. “Se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado [para a economia pecuária] de proporções superiores ao que havia propiciado a economia açucareira” (FURTADO, 2006 p. 121 e p. 122).

A produção de couro foi a maior economia de exportação da região Sul, até a “industrialização e comercialização da carne, iniciadas lá por 1780⁷”. Assim, “com

⁷ O charque é carne seca e salgada para melhor transporte e condicionamento. As primeiras “charqueadas” estavam localizadas entre os rios Pelotas e São Gonçalo, no Rio Grande do Sul, próximos de outros países produtores de gado, no caso o Uruguai e a Argentina (PRADO JUNIOR, 2008).

as primeiras charqueadas, é que se começou a cogitar de alguma coisa mais regular” (PRADO JUNIOR, 2008 p. 98).

Entretanto, anterior às charqueadas

A carne era desprezada, pois não havia quem a consumisse; a parca população local e pequeno mercado de Santa Catarina não davam conta dos imensos rebanhos. A exportação de gado em pé não ia, ainda em princípio do século XIX, além de 10 a 12.000 cabeças por ano que se destinavam a Santa Catarina e Curitiba (PRADO JUNIOR, 2008 p. 97).

Juntamente com o gado, havia a exploração de um produto natural da região Sul, encontrado em estado nativo “nas matas do rio Paraná, bem como nos Campos Gerais do Sul da colônia (território do atual Estado do Paraná)”, a erva-mate. “A colheita e preparação da erva-mate tomou depois vulto, e constituía uma das principais ocupações no distrito de Curitiba”. Nota-se que “o consumo do produto [erva-mate] se vulgarizou muito mais nos países platinos; [e] Buenos Aires e Montevideú serão os principais compradores da produção brasileira”, em detrimento das outras regiões brasileiras que não consumiam e não consomem a erva-mate (PRADO JUNIOR, 2008 p. 105).

A condução do gado, muares, e posteriormente de charque até a feira de Sorocaba, como foi citado anteriormente, era feito a pé, e teve como consequência o surgimento de um enfileirado de povoados “tais como as contas de um colar, ao longo de sua rota”, sendo inicialmente entrepostos nos quais “estabeleciam-se negociantes, que construíam algum cercado para alugá-lo ao tropeiro, para que os animais pudessem passar a noite sem perigo de se extraviarem”. Com o tempo, esses entrepostos foram “recebendo novos moradores, como ferreiros, arreadores, simples empregados”, entre outros, que propiciavam “toda a assistência ao tropeiro e a sua tropa, fornecendo palha picada, milho, sal, feno etc”. Posteriormente se tornaram povoados, e com o passar do tempo, cidades. Entre as cidades que surgiram no Paraná por causa do caminho das tropas estão Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul e Jaguariaíva (WACHOWICZ, 2010 p. 126 e p. 127).

Com o comércio junto aos tropeiros, “Curitiba foi o centro urbano que muito lucrou”, devido ao fato de estar “situada no entroncamento de duas rotas” (WACHOWICZ, 2010, p. 128). Sendo somente Curitiba ponto de apoio, pois há pesquisadores (como o Professor Adilar) que pontuam a não vinda de tropas até

Curitiba, somente nas cercanias no período, mas esta servia de suporte ao comerciantes que prestavam serviços as tropas.

Em Santa Catarina a cidade de Lajes foi encomendada⁸ para servir de suporte aos tropeiros. Fato a se elucidar sobre o estado de Santa Catarina é a estratégia dos portugueses para manter o litoral, introduzindo os açorianos⁹ no litoral catarinense, principalmente na ilha de Santa Catarina, no povoado de Nossa Senhora do Desterro. Os açorianos mantiveram a atividade pesqueira, que já praticavam anteriormente, juntamente com atividades de subsistência. Porém, a importância de Santa Catarina reside no fato de ser o posto avançado da soberania portuguesa na América do Sul, com fortificações para manter o poder político. Entretanto, a formação econômica do Estado de Santa Catarina consolidou-se com a imigração europeia, no século XIX, de alemães, italianos e eslavos (PIAZZA, 1983).

O território do Rio Grande do Sul diferenciava-se do território das “outras províncias no passado e dos estados no presente que tiveram preponderância na vida econômica nacional, [porque] sempre se inseriu de uma maneira diversa no conjunto das atividades econômicas nacionais”. Ressalta-se esta diferença ao pontuar que, enquanto o Nordeste (açucareiro, algodoeiro e cacauero), Minas Gerais (minerador de metais preciosos), o Sudeste (cafeicultor) e o Norte (extrativista de borracha) se caracterizaram pela produção de um produto de alto valor comercial, destinado à exportação, o Rio Grande do Sul, “insere-se na economia nacional como uma região produtora de meios de transporte, matérias-primas e alimentos destinados ao mercado interno e, em especial, para aquelas regiões cujos produtos principais se destinavam à exportação” (BESKOW, 1984 p.55).

⁸ Encomendada a Antônio Correa Pinto, que ficou encarregado em 1766 de fundar uma povoação no sertão de Curitiba (PIAZZA, 1983).

⁹ Os açorianos são pessoas oriundas das ilhas do Arquipélago dos Açores, que era colônia portuguesa também. Sismos ocorridos nas ilhas e próximo delas concomitantemente com situação precária do desenvolvimento econômico da região e excesso populacional que provocava a escassez de alimentos em determinadas épocas, estimularam a saída da população (PIAZZA, 1983).

4.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E SUAS REGIÕES

Como registro mais detalhado do início da formação do Paraná, cita-se o livro “História do Paraná” de Romário Martins, autor do final do século XIX e início do século XX (1874-1948). A primeira edição é de 1889, e compreendia o período de 1555 a 1893; e a última publicação com revisão do próprio autor, data de 1937, sendo esta obra reimpressa, na íntegra, em 1995.

Ao relatar o povoamento inicial, Martins (1995) indica que o território do Paraná (do final do século XIX e início do XX) estava inserido ao ocidente da linha de demarcação entre Portugal e Espanha, pertencendo assim a este último, no tratado de Tordesilhas (1492), mesmo com os impasses sobre o local exato da linha. Dessa forma, se a linha terminava em Iguape, todo o território seria compreendido como espanhol; ou mesmo com as afirmações portuguesas, se a linha do tratado terminava em Laguna, a maior parte do território ainda seria espanhol, já que “apenas uma estreita faixa marítima, que não excederia a Serra do Mar, seria do domínio português” (p. 59).

Mas, os bandeirantes paulistas, no século XVII e XVIII, mudaram a possessão do território, alargando a posse portuguesa, e suprimindo o poder espanhol no local, como no caso de Guaíra, que se “estendia do Paranapanema ao Iguazu e do Rio Paraná ao Tibagi e pretendia prolongar-se até a costa oriental e ter por portos atlânticos Cananéia e Santa Catarina”, tendo o nome de “Gobernación de Guaíra (1617)” (MARTINS, p. 61). Com as ocupações e invasões dos bandeirantes paulistas, os espanhóis foram obrigados a recuar para oeste do rio Paraná e a manter-se na cidade de “Assunción”, findando a ocupação espanhola nessa região.

O conjunto de circunstâncias foi definido pelo meio físico, na concepção de Martins (1995, p. 3), exercendo influência, por vezes decisiva, no “destino paranaense”. A “curva excessivamente reentrante da costa, fez com que a navegação dos primeiros séculos após o descobrimento não procurasse os portos das nossas baías, senão excepcionalmente, como por exemplo, a arribada da nau de Hans Staden, do Superagui, em 1548”. Assim como a “Serra do Mar, confinando o advena na orla atlântica, até que os caminhos facilitassem os transportes pela bruteza das escarpas, fez com que o povoamento do planalto e o seu

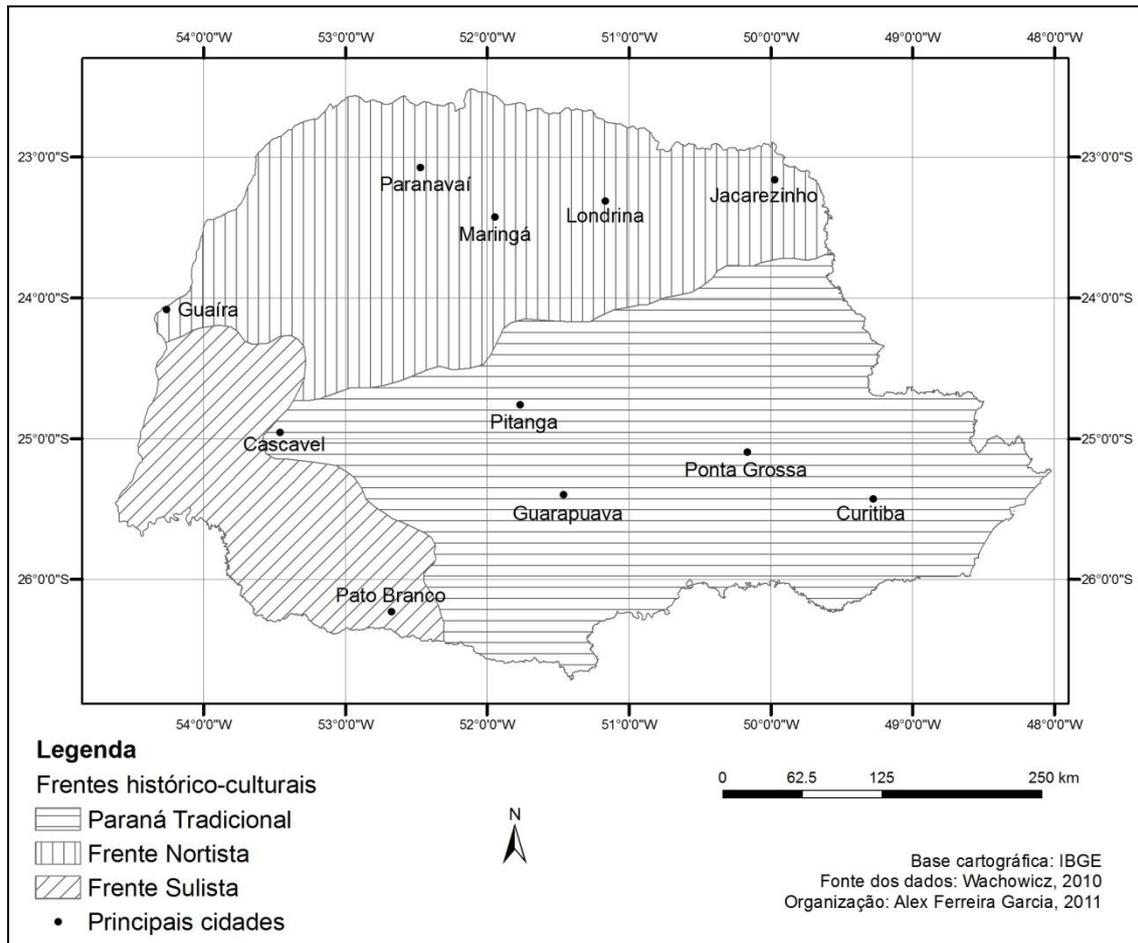
desenvolvimento se fizessem com lentidão”. Curitiba, enquanto capital da Província, no século XIX, passou a prosperar mais que Paranaguá, somente após a construção da estrada de ferro, em 1886, quando rompeu a serra da Graciosa.

A passagem de um planalto para outro também era difícil, em função das montanhas que dificultavam “a expansão social e econômica de dois planaltos paranaenses”. Juntava-se a isso, a dificuldade decorrente dos rios correrem de leste para oeste e com “pouca utilidade para a navegação comercial devido a corredeiras e outros empecilhos, [pois] se tivessem suas barras no mar teriam influído para o progresso do interlande” (p.4). O clima também afetou o desenvolvimento histórico, facilitando ou não a adaptação, segundo Martins (1995).

Concernente a estes fatos iniciais relatados por Martins (1995), entende-se que o território paranaense não é homogêneo ou mesmo foi formado de um único modo e em um mesmo período. Nesse sentido, este pode ser dividido, segundo Ruy Wachowicz (2010), em três territórios¹⁰: O Paraná Tradicional, o Norte do Paraná e o Sudoeste¹¹ do Paraná. Ressalta-se que Wachowicz utilizou a metodologia histórico-cultural para estabelecer esta divisão, a qual pode ser observada no MAPA 1.

10 A primeira edição foi feita em 1929, sendo esta complementada pelo autor posteriormente, quando os estudos de Ruy Wachowicz avançaram. A região norte do Paraná foi complementada em 1987, com o “Norte Velho, Norte Pioneiro”, obra lançada a parte, e posteriormente agregada à análise da História do Paraná, lançada completa em 1988.

¹¹ Sudoeste ou oeste do Paraná: há contradição com outros autores que estudam mais detalhadamente esta região, pois indicam que o oeste e sudoeste são regiões bem distintas, ao contrário de Wachowicz, que aborda estas duas regiões em conjunto.



MAPA 1 – FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS DO PARANÁ NA OBRA DE RUY CHRISTOVAM WACHOWICZ (2010)

A ocupação do Paraná Tradicional inicia-se no século XVII, devido a descoberta de ouro em Iguape, Cananéia, Paranaguá e Curitiba. Mas a quantidade de metal precioso encontrado foi muito pequena, não permitindo o desenvolvimento de uma economia tal como ocorreu em Minas Gerais. Assim, restou deste período no Paraná, somente alguns núcleos populacionais no planalto de Curitiba e no litoral (WACHOWICZ, 2010).

No decorrer do século XVIII, com “o surgimento do caminho de tropas Sorocaba-Viamão”, inicia-se a ocupação dos Campos Gerais, ou o planalto de Ponta Grossa (2º Planalto), além de receber “forte influência paulista e rio-grandense”. Posteriormente, a população oriunda da região de “Paranaguá (litoral), Curitiba (1º Planalto) e Campos Gerais (2º Planalto), [...] promoveu na primeira parte do século XIX a ocupação dos campos de Guarapuava e Palmas” (WACHOWICZ, 2010 p. 327).

No século XIX, a região do Paraná Tradicional recebeu numerosas correntes imigratórias: alemães, poloneses, italianos, ucranianos, sírio-libaneses, austríacos, franceses, ingleses, holandeses, entre outros, ocorrendo transformações no meio rural e urbano da região, entre elas

Os alemães influenciaram mais no quadro urbano e os poloneses, no rural. Algumas indústrias e os sobrados curitibanos de fim do século XIX início do século XX são marcadamente produto da influência alemã, enquanto no meio rural e nas estradas paranaenses vão se destacar a *carroça polaca* e o *carroção eslavo*, que tanto marcaram a região até o surgimento do caminhão, movido a gasolina (WACHOWICZ, 2010 p. 328).

A formação do estado, em meados do século XIX, foi realizada com dificuldade. O relato sobre a recém criada Província do Estado do Paraná, realizado pelo presidente do Paraná de 1854, cita que existia pouco mais de sessenta e dois mil indivíduos na província paranaense, sendo destes, uma parte de escravos. Indica também que o crescimento populacional no ano anterior ao relato era de somente dois mil quinhentos e sete indivíduos. Além disso, foi colocado logo após estes dados que: “Dessas illações humas mostram que a província, falta de gente, com escravatura comparativamente diminutissima, e no gozo de hum clima mui saudável he humas das melhor aparelhadas para a colonisação, que se deseja e cumpre promover no paiz;” (VASCONCELLOS, 1854, p.101). Ocorreram dificuldades iniciais de ocupação do Paraná, no qual praticava-se uma agricultura de subsistência em pequenas áreas do território, sendo desconhecido o cultivo neste período da região norte, que nem era colonizada (ressalva da ocupação indígena).

Segundo Wachowicz (2010 p. 328), a Província do Paraná só foi criada, em 1853, por causa da economia do criatório nas regiões de Campos, Guarapuava e Palmas e pela “exploração da erva-mate, árvore nativa da região”, que criaram a “base econômica para o surgimento da Província”.

Em ordem cronológica, a “segunda área cultural do estado corresponde ao Norte do Paraná”, sendo ocupada a partir da década de 1840, não como um todo, e sim na área que compreende o Norte Pioneiro ou Norte Velho (nordeste do estado do Paraná). “Ao contrário do que comumente se aceita, o início da colonização do norte não foi obra da expansão da economia do café”, já que estas terras foram povoadas inicialmente por fazendeiros mineiros, que venderam suas terras,

“latifúndios decadentes”, os quais “vieram povoar a região entre o Itararé e o rio Cinzas” (WACHOWICZ, 2010 p. 329).

Posteriormente a estes primeiros “colonizadores” (ressalva à ocupação indígena), “penetraram também os paulistas, os próprios paranaenses (do Paraná Tradicional), japoneses, italianos, sírio-libaneses etc.”. Estes praticavam a agricultura de subsistência e exploravam a floresta subtropical, sendo estas as primeiras atividades econômicas. “O café tornou-se economicamente viável apenas nos últimos anos do século XIX e início do século XX. Antes dessa época não havia possibilidade de escoamento da produção para os centros consumidores e exportadores” (WACHOWICZ, 2010 p. 329).

Uma área do norte foi vendida pela companhia inglesa “Paraná Plantation”, no decorrer da década de 1930, a migrantes brasileiros, na medida em que o objetivo inicial dos ingleses de “se livrarem de uma população curda que habitava o norte do Iraque, onde haviam encontrado petróleo” havia sido frustrado por “reação da intelectualidade paranaense e brasileira” (WACHOWICZ, 2010, p. 330).

A colonização do norte do Paraná pode ser melhor compreendida a partir das considerações de Machado e Westphalen (1969, p. 214). Segundo esses autores não houve somente uma companhia colonizadora, e sim, uma colonização dirigida, “realizada entre a margem esquerda do [rio] Tibagi e as barrancas do rio Paraná”, empreendida por empresas privadas e por iniciativa oficial, com, inicialmente, a concessão de

[...] 50.000 hectares cada uma, feitas a Corain e Cia (Primeiro de Maio) e a Leopoldo de Paula Vieira (Sertanópolis). Lotearam suas concessões em chácaras, sítios e pequenas fazendas. Outras concessões foram, ainda realizadas, entre as quais aquelas a Manuel Firmino de Almeida (Zacarias de Goes), a Antonio Almeida (Nova Bahia) e a Companhia Agrícola Marcondes (Pirapó). A mais consequente no entanto, dessas concessões foi a realizada, por meio de venda feita pelo Governo do Estado, de terras consideradas devolutas, à Paraná Plantations Limited, com sede em Londres, companhia inglesa que passava, como outras já a faziam, a operar no Brasil também com negócios de terras e colonização (MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 214).

A Paraná Plantations Limited, fundada em consórcio com a Companhia de Terras Norte do Paraná e com a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, “executou o plano de colonização das terras obtidas do Govêrno Paranaense” e “toda área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais em comunicação fácil com os

centros urbanos e possibilitando o fácil escoamento da produção agrícola”. De acordo com o planejamento das áreas colocadas à venda, os “lotes, em faixa alongadas, foram todos planejados com frente para a estrada que passava no alto do espião, e com aguadas [rios ou córregos] nos fundos, nos vales. Não havia servidões, nem propriedades encravadas” (MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 215).

A partir de 1951, sem poder comprar mais terras devolutas do Estado e já findadas as que haviam sido adquiridas, a Companhia de Terras Norte do Paraná lança outro empreendimento, não apenas de “venda de terras e colonização, surgindo, em consequência, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. Essa iniciativa foi apropriada também por outras companhias, que povoaram “densamente a região”, com colonos recém-chegados, “sobretudo, paulistas, mineiros e nordestinos”, juntamente com estrangeiros de várias origens, como por exemplo “as colônias de Assaí e Uraí, fundadas respectivamente pela Brazil Tokushoku Kaisha-Bratac e pela Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, com imigrantes japoneses e seus descendentes” (MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 216).

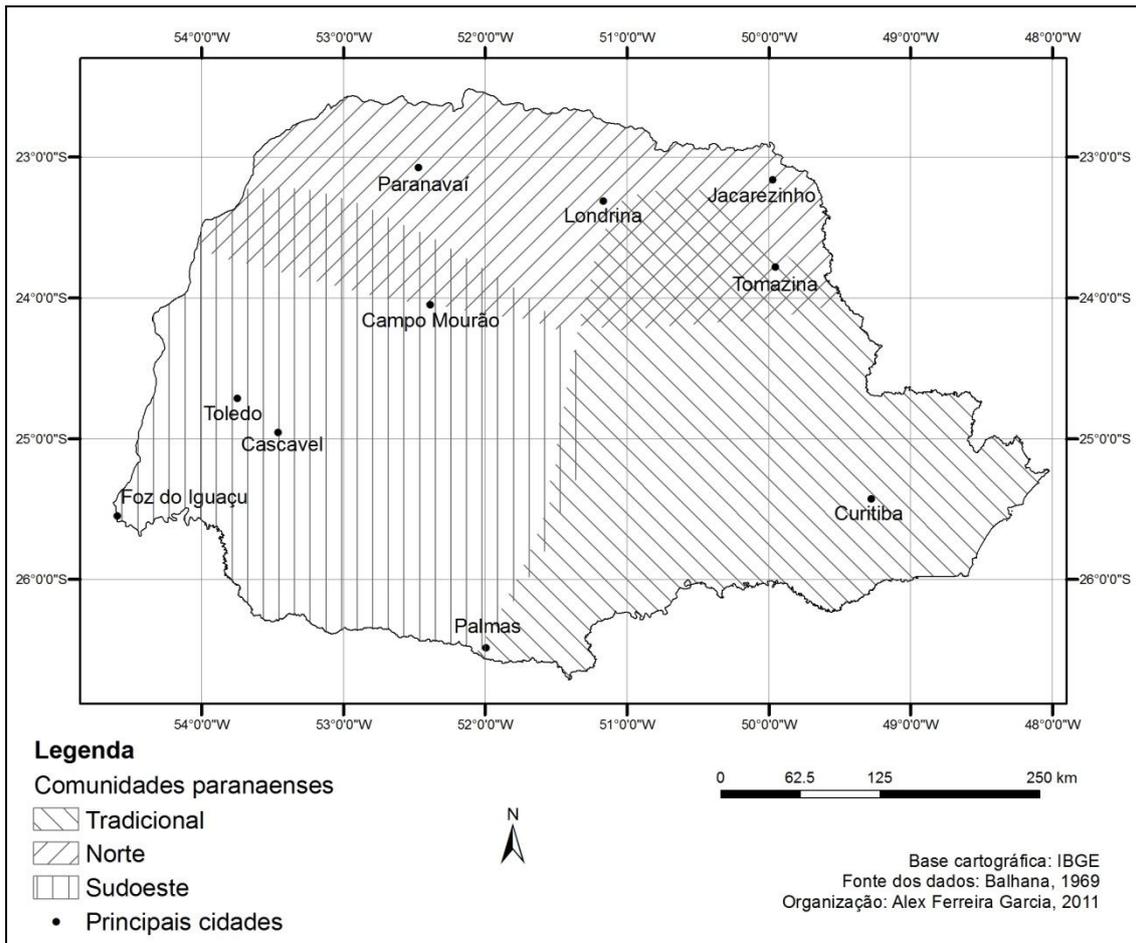
O Governo do Estado do Paraná também estava participando diretamente da colonização e povoamento nesse período, pois em 1939, realizou um “programa de colonização de muitas dessas áreas do Norte paranaense”, em antigas áreas que tinham sido concedidas, e que posteriormente, com a anulação das concessões, retornaram aos domínios do Governo do Estado. Dessa forma, podem ser citadas, como de iniciativa oficial, as “colônias de Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950)”, assim como a “colônia de Paranavaí, mais a oeste, em 1942, situada a sua sede no centro da antiga Fazenda Brasileira, cujas terras haviam voltado ao patrimônio do Estado do Paraná, após a Revolução de 1930”. O programa do governo era similar ao da Companhia de Terras Norte do Paraná (venda de pequenos lotes agrícolas), “exceto nos casos da colônia Centenário que foi loteada em fazendas, e de Paranavaí, onde as propriedades rurais eram de dimensão variada” (MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 216 e p. 217).

O Paraná Sudoeste “originou-se após meados da década de 1950”, a partir de “uma nova frente pioneira [que] penetrou em território paranaense”, em função dos problemas com “a mão de obra agrícola” nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse deslocamento populacional, denominado de “*frente sulina*”,

ocupou “a maior parte do sudoeste e parte oeste paranaense”, sendo responsável pela fundação de núcleos importantes como: “Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Santa Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc” (WACHOWICZ, 2010, p. 331).

Salienta-se que o sudoeste do Paraná tinha como economia a “exportação de mate e o início da indústria da madeira de pinho haviam, desde o final do século XIX, chamado a atenção para as matas da região do Iguaçu e do Paraná”. Havia somente uma “ocupação extensiva, rarefeita”, realizada pela concessão de terras devolutas do Governo do Estado para companhias particulares, que exploravam o mate e a madeira, “sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense, e sem efetiva ocupação colonizadora do território concedido” (MACHADO e WESTPHALEN, 1969, p. 217).

Destaca-se que as três frentes de ocupação/colonização do estado também são indicadas por Balhana, Machado e Westphalen (1969), conforme pode ser visualizado no MAPA 2, no entanto, com algumas diferenciações em relação à proposta de Wachowicz (2010).



MAPA 2 - FRENTES HISTÓRICO-CULTURAIS DO PARANÁ DE POR BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN (1969)

Assim, como pode ser observado há diferenciações no tamanho das áreas, além da distinção na sobreposição que é realizada por Balhana, Machado e Westphalen (1969), em relação à obra de Wachowicz (2010). No MAPA 1, as três frentes são apresentadas com formas bem delimitadas, ao contrário do MAPA 2, no qual há áreas de influência, indicando que estas podem ter sofrido influência de duas frentes de ocupação na mesma área.

Para entender este fato há uma passagem da obra de Bernard Kayser (1980 p. 283) indicando que

As regiões são organismos vivos e complexos. Nascem, isto é, tomam corpo e se cristalizam – desenvolvem-se, isto é, se estruturam de uma maneira cada vez mais firme, ganham coesão. Também podem morrer bruscamente, devido à intervenção de um agente exterior, ou por lenta desintegração.

Para questionar mais o viés histórico destes dois registros comparados, pode-se utilizar Carr (2002, p. 58-60), que aponta três críticas a registros históricos: i) “os fatos da história nunca chegam a nós ‘puros’, desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador”; ii) “à necessidade por parte do historiador de usar a imaginação para compreender a mente das pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz os seus atos”; e, iii) “podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente. O historiador pertence à sua época e a ela se liga pelas condições de existência humana”.

Portanto, além de poder ter ocorrido modificações nestas áreas e/ou regiões no decorrer do tempo que separa os dois registros históricos, sendo um da década de 1960 e outro do decênio de 1980, há ainda os fatos sobre os registros históricos que foram citados e que puderam influenciar ambas as obras e assim afetá-las. Mas, é importante ressaltar que as duas obras servem para compreender o passado e a partir desse, o presente, já que “a função do Historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para compreensão do presente” (CARR, 2002, p. 61). Seria um trabalho enorme compreender os motivos das diferenciações existentes entre os dois mapas históricos, porém como demandaria muito tempo, apresentou-se esta previa análise da formação do território paranaense como uma contribuição para compreender o presente, sabendo que há visões distintas, com frentes colonizadores e áreas com várias influências, e com regiões consolidadas, estas na obra de Balhana, Machado e Westphalen (1969) e na obra de Wachowicz (2010), respectivamente.

Como subsídio para se analisar as regiões paranaenses, há um trabalho de Cesar Muniz Filho (1994) que cita diversos trabalhos de regionalização do estado, referentes à década de 1960. O primeiro demonstra a divisão do estado que visou a descentralização da administração pública; posteriormente a divisão foi em função de critérios de polarização; e por último, é apresentada uma divisão estabelecida a partir de critérios de homogeneização, com o detalhamento em microrregiões.

Porém, a partir desse autor, pode-se apreender que embora existam diversas regionalizações, deve-se, na delimitação de uma região, estabelecer critérios e deixá-los bem explícitos. Assim, deve-se conhecer amplamente o território

para posteriormente regionalizá-lo e dessa forma, esta regionalização servir de base para estabelecer planejamentos e políticas públicas¹².

A divisão regional não é algo preciso entre pesquisadores e os órgãos governamentais. Fajardo (2008a) debate a divisão regional oficial, juntamente com os equívocos e confusões das regionalizações no estado do Paraná, mostrando assim que além da regionalização oficial (que mudou muito no decorrer do tempo), há também a “identificação de espaços regionais, historicamente construídos e definidos no território” (p. 57).

Fajardo (2008a) aponta que ocorrem equívocos nos recortes regionais, como, por exemplo,

[...] quando determinado fato ocorre na região de Maringá a identificação regional daquele município é apresentada equivocadamente como “Noroeste”, sendo que na realidade a mencionada região é a Mesorregião Geográfica Norte Central Paranaense, que incorpora ainda Londrina e Apucarana (p. 60).

Portanto, para evitar equívocos, em Anexo encontram-se as tabelas com os municípios de cada região, deixando claro o recorte realizado.

É ainda importante ressaltar que para a definição da área de estudo, poder-se-ia colocar toda a construção do conceito de região e a discussão sobre o mesmo, utilizando-se de Lencioni (2003) ou Gomes (1995). No entanto, salienta-se que a região empregada neste trabalho é uma construção intelectual para análise de uma área com determinadas características, previamente elencadas, não sendo a região natural, ou mesmo a ideológica de opressão e oprimidos, e sim, o foco nos cultivos cafeeiro e canavieiro em território paranaense.

4.1.1. Norte do Paraná

A ocupação do norte do Paraná ganha uma análise complementar com Padis (1981), sendo resultado da conjuntura de vários fatores

¹² Cesar Muniz Filho (1994) ao realizar a divisão regional do Paraná coloca esta como “hipótese de trabalho orientadora na descentralização da administração pública e na implantação da infra-estrutura regional e urbana” (p. 173).

dentre os quais podem ser destacados: a qualidade das terras, a situação da economia nacional no contexto internacional, depois da crise de 1929, a evolução da cafeicultura paulista nesse período, e talvez de modo especial, o surto de industrialização de São Paulo, a partir da década de trinta (PADIS, 1981 p. 83)

Padis (1981) para definir o norte do Paraná teve como base o trabalho de Nice Lecocq Müller (1956). Visando analisar melhor essa questão, utiliza-se aqui o próprio trabalho de Müller (2001, p. 89), de uma reedição, para definir como foi a formação do Norte do Paraná, sendo que

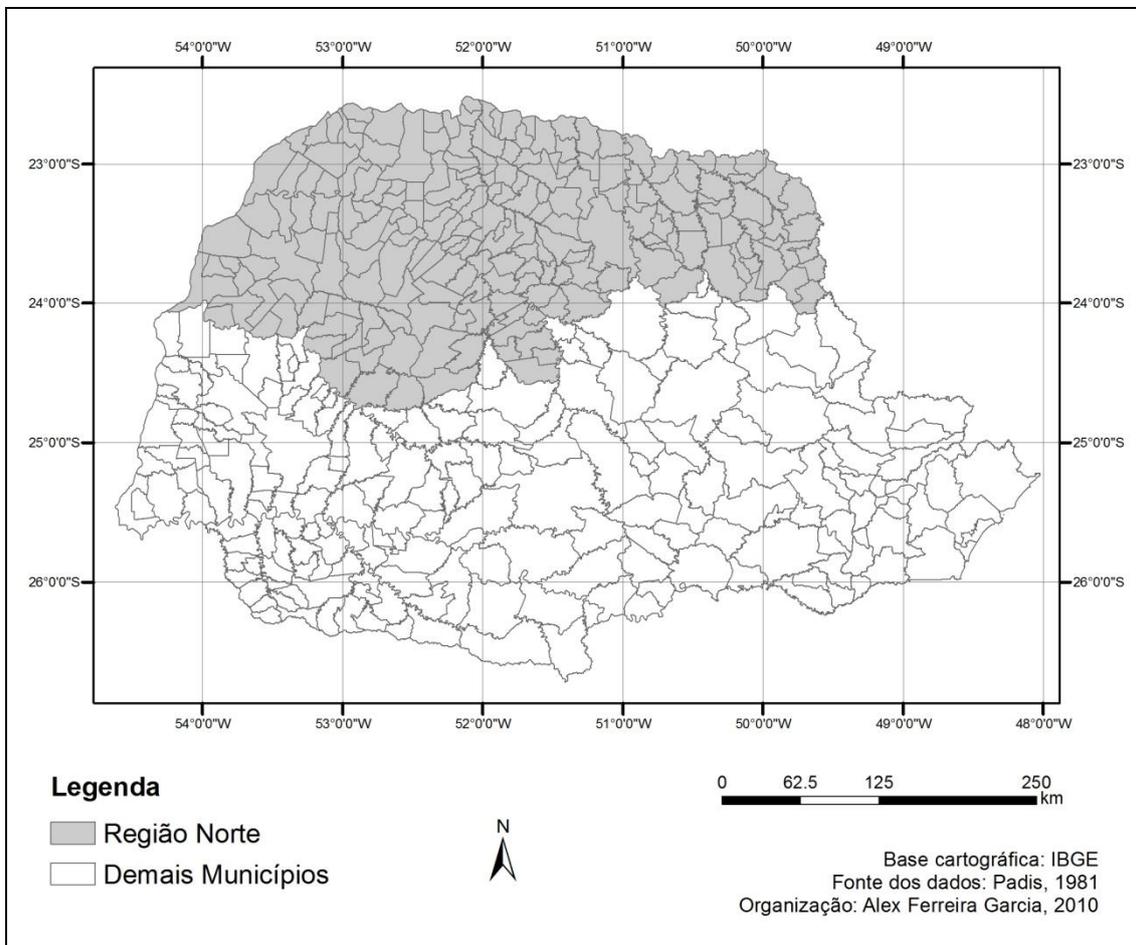
Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná – criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista – tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas, em território paranaense.

Müller (2001, p. 89) cita ainda que “como porção mais setentrional do Estado do Paraná, a região tem limites precisos ao Norte (rio Paranapanema), a Leste (rio Itararé) e a Oeste (rio Paraná)”. O problema seria delimitar o traçado sul da região Norte do Paraná. Para Müller, o melhor critério para estabelecer esse limite seria a produção cafeeira, que “assegura individualidade no conjunto do Estado”. Para tal, a autora utiliza dados da área ocupada e de possível expansão, fatores físicos (rochas, solo, clima e vegetação), que descreve no decorrer do artigo, juntamente com informações sobre a colonização histórica da região, desde os jesuítas no século XVII até a década de 1950 (contexto em que foi escrito o artigo). Além disso, usa dados de produção e a importância econômica desta no estado.

Padis (1981) compactua em parte com a delimitação realizada por Müller (2001) a leste, oeste e norte da região Norte do Paraná, porém, distingue no sul, já que estava em outro momento histórico, no qual a produção cafeeira não se expandia mais, pois estava consolidada. A delimitação da região Norte, proposta por Padis (1981), pode ser observada no MAPA 3.

Pelo exposto no início deste item, o Norte do Paraná é colocado como extravasamento da cultura cafeeira paulista, tanto por Padis (1981) quanto por Müller (originalmente em 1956). Porém, acredita-se que essa questão deve ser examinada e explicada melhor.

De acordo com Steca e Flores (2002), os quais têm como base a obra de Wachowicz (1987), a colonização do Norte do Paraná, em específico o Norte Pioneiro, não é diretamente um prolongamento da cafeicultura paulista, apesar da existência de grandes laços. Um deles se explica pelo fato da Companhia de Terras Norte do Paraná ser originária de outra companhia, que anteriormente estava instalada em São Paulo. Ou seja, o advogado João Sampaio criou a Brazil Plantations Syndicate Ltda, em São Paulo, a qual posteriormente foi desativada, já que estava focada apenas no plantio de algodão, para posteriormente fundar a Paraná Plantation Ltda, em conjunto com Arthur Hugh Miller Thomas, que era representante da companhia inglesa no Brasil.



MAPA 3 – REGIÃO NORTE DO PARANÁ SEGUNDO PADIS (1981)

Em contraposição, há relatórios técnicos que colocam o Norte do Paraná como sendo colonizado pela expansão da cafeicultura paulista, tais como o do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (CODESUL), realizado pelo IPARDES (1976). Esse relatório expõe tal fato afirmando que “entrando em crise a economia ervateira e encontrando-se em expansão o ciclo madeireiro, outra

atividade vem, em seu avanço, direcionar o processo de ocupação de nova área do Estado, o Norte, através da cafeicultura” (p. 33). Explanando ainda que

[...] a partir da segunda metade do século XIX que se inicia o povoamento do Norte do Paraná, povoamento que se estende em fases e regiões sucessivas traçando e diferenciando o Norte paranaense com marcas fixadas pela sua base física e atividade principal, no início: o cultivo do café (IPARDES, 1976, p. 34).

As fases e regiões são colocadas da seguinte forma: O Norte Pioneiro ou Norte Velho é a primeira frente de expansão e tem início por volta de 1860, estendendo-se até 1925, sendo considerado prolongamento da cafeicultura paulista. A segunda fase é o Norte Novo e o cultivo é praticamente o mesmo, porém a forma como foi feita a colonização das terras difere, pois “o norte Novo em poucos anos (1930-1950) estava densamente povoado a partir do agenciamento dos fatores de ocupação tanto por parte da Cia. Norte do Paraná quanto de outras empresas colonizadoras, particulares e oficiais” (IPARDES, 1976, p. 46). O Norte Novíssimo vem com a terceira fase, com políticas de colonização semelhantes a do Norte Novo,

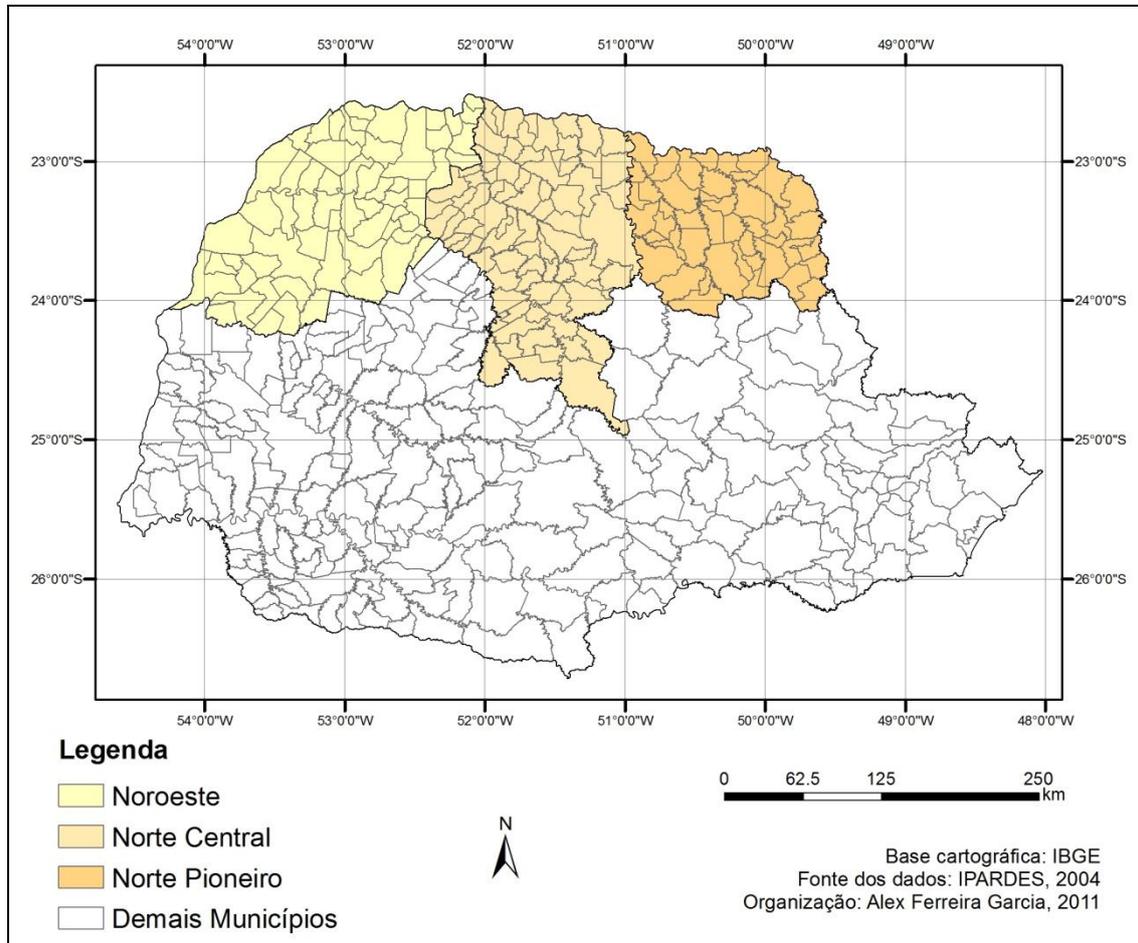
Na década de 1940, corretores imobiliários atraíram gaúchos e catarinenses para a nova frente agrícola que se iniciava. Numerosos, os migrantes se fixaram fazendo da policultura seu esquema de uso da terra, só a abandonando (no caso, pelo cultivo do café), sob pressão intensa da economia e/ou política local (IPARDES, 1976, p. 48).

Um fato ocorrido no período do relatório, década de 1970, e descrito pelo mesmo, sobre o Norte Novíssimo é de extrema importância para a compreensão do desenvolvimento da cultura cafeeira na região do Norte do Paraná:

O solo de arenito Caiuá, característica de todo o extremo Noroeste do Estado (maior parte do Norte Novíssimo e pedaços do Norte Novo), reage ao cultivo do café abrindo-se em cada vez maiores flancos erosivos. Mais recentemente (1960-1970) a pastagem, por ser mais adequada ao tipo de solo, substitui as culturas erosivas e a pecuária expulsa centenas de trabalhadores que ou vão a cidade ou procuram novas zonas rurais para trabalhar (IPARDES, 1976, p. 49-5-).

Essas três regiões indicadas por IPARDES (1976), são citadas por Muniz Filho (1994), e são fruto da delimitação feita pelo IBGE, a qual é válida atualmente (IBGE, 2011). Essa regionalização é ainda utilizada pelo IPARDES (2004) e pode

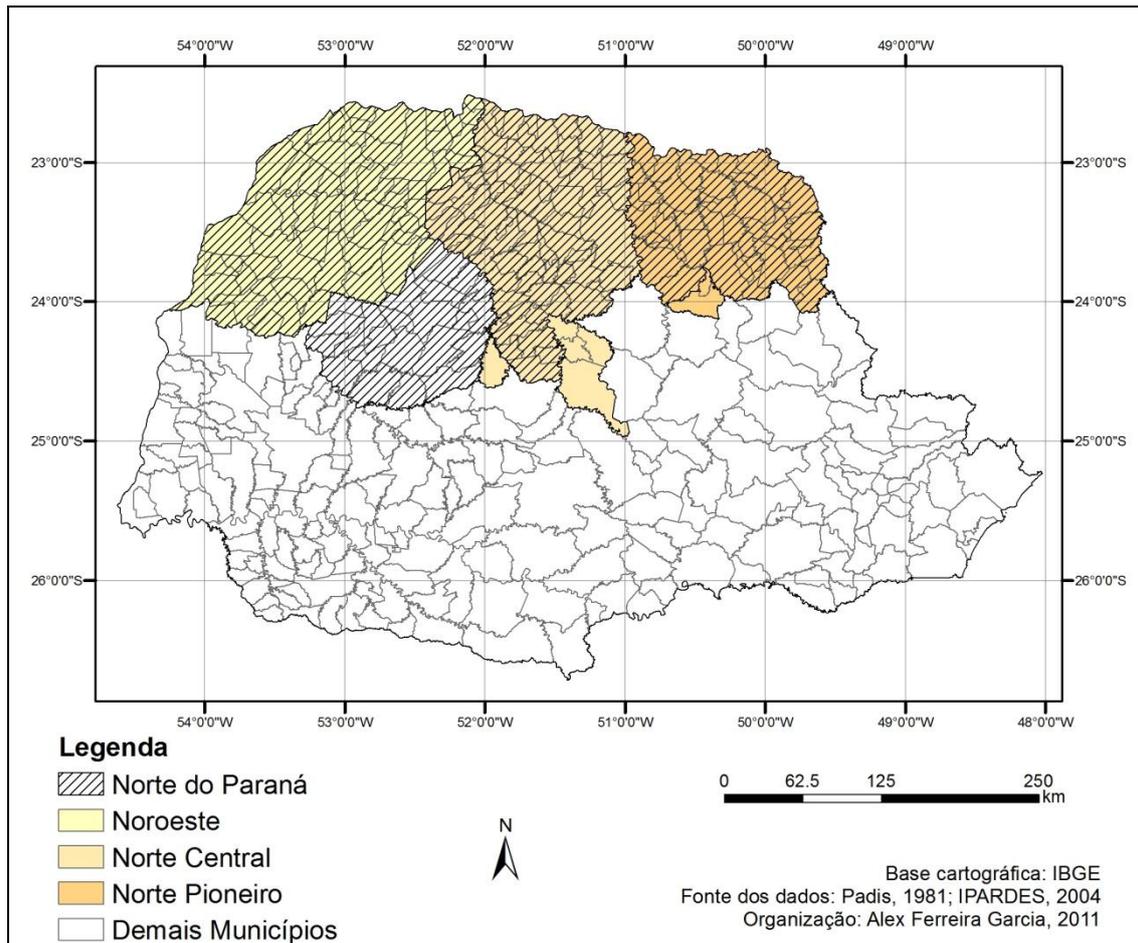
ser visualizada no MAPA 4, entretanto, as regiões são denominadas como Mesorregiões, tendo como referência que há a macrorregiões, em um escala menor, e a microrregiões, em uma escala maior, não sendo assim somente regiões, havendo agrupamentos e subdivisões.



MAPA 4 – MESORREGIÕES DO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

Ao analisar esse mapa, nota-se que o Norte do Paraná em mesorregiões (MAPA 4) difere do Norte do Paraná de Padis (1981) (MAPA 3), principalmente, porque o referido autor engloba na Região Norte municípios da mesorregião Centro-Ocidental, tais como Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Fênix, Barbosa Ferraz, Peabiru, Araruna, Campo Mourão, Corumbataí do Sul, Farol, Luiziana, Iretama, Roncador, Mamborê, Boa Esperança, Janiópolis, Moreira Sales, Goioerê, Rancho Alegre d'Oeste Juranda, Ubiratã, Quarto Centenário, Campina da Lagoa, Nova Cantú. Assim, fica de fora do Norte do Paraná estabelecido por Padis somente o município Altamira do Paraná, no extremo sul da mesorregião Centro-Ocidental do IBGE (2011). Há também municípios que Padis não engloba na Região norte e que

estão presentes nas mesorregiões que compõem o Norte do Paraná do IBGE. Da mesorregião Norte Central não foram incluídos alguns municípios de sua porção sudeste, tais como Grandes Rios, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí e Cândido de Abreu, e da porção sudoeste, Nova Tebas; e a do Norte Pioneiro há dois municípios ao sul, Figueira e Curiúva. Pode-se assim visualizar essa distinção no MAPA 5.



MAPA 5 – SOBREPOSIÇÃO DA CONCEPÇÃO DE NORTE DE PADIS (1981) E DAS MESORREGIÕES DO IBGE

Entende-se que os critérios são diferentes no que se refere aos municípios integrantes ou não, pois o IBGE (2011) utiliza para a divisão regional metodologias baseadas em critérios econômicos, sociais e políticos, focando as forças produtivas e suas interações com o quadro natural, sendo que

A divisão Regional do Brasil em mesorregiões partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou identificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise e definiu as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de

comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. (IBGE, 2011, s/p.)

Já Padis (1981) usou como base para a delimitação

[...] uma combinação dos fatores fisiográficos com a atividade econômica cafeeira, a chave para a delimitação do que se convencionou chamar do “norte do Paraná”, assim como, a explicação da rapidez com que se deu a ocupação dessa parte do território nacional (PADIS, 1981, p. 84).

É notória a importância do cultivar cafeeiro na região Norte do estado do Paraná, como comprovado na dissertação de René Mussulam (1974) que utilizou dados censitários no estudo dessa região. Esse autor coloca a região Norte do Paraná como pioneira, tendo como base para esta afirmação os estudos de Pierre Monbeig, Lísia Maria Cavalcanti Bernardes e Léo H. Waibel. Assim, para entender melhor a região, explanar sobre sua ocupação, para ter assim outras visões sobre o assunto, remeteu-se então aos originais utilizados por Mussulam (1974) e a Pierre Monbeig (1945).

Pierre Monbeig (1945) define o Norte do Paraná como sendo uma zona pioneira, devido ao modo de ocupação das terras que foi realizada pela “Companhia Terras Norte do Paraná [através] do avanço pioneiro que acompanha os progressos da via férrea São Paulo-Paraná”. Segundo esse autor, a região norte ainda “se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná – não deixa de ser de fato uma região de economia paulista” (p.11).

Monbeig (1945) realiza uma descrição da paisagem em que relata:

O viajante, vindo de Ourinhos, ao chegar à estação de Cornélio Procópio, depois que seu trem galgou uma grande subida, descortina uma paisagem extensa: ao redor das casas ainda espalhadas de Cornélio Procópio o café domina ainda; os cafezais mais velhos têm cinco a seis anos de existência e dão mostra de farta colheita; entre os carreirões, o milho e o algodão fornecem o aspecto clássico do cafezal paulista (p. 14)

Fato interessante é que mesmo colocando a cultura cafeeira como principal, no decorrer do artigo, Monbeig discorre sobre a grande produção de outras culturas, sendo estas maiores quantitativamente, frente ao café, como o milho, em conjunto com a madeira, em alguns períodos, e os porcos. Cita ainda a existência da produção de trigo, algodão, feijão e açúcar.

No decorrer do texto, Monbeig (1945) relata a importância da ferrovia para o Norte do Paraná, destacando o projeto de ocupação das terras e, principalmente, as estradas, que em função do planejamento, fomentaram a ocupação e produção na região.

Mussulam (1974) afirma que

Os movimentos ocupacionais do Norte do Paraná têm sido descritos por historiadores, geógrafos, sociólogos, enfim, por todos os estudiosos das Ciências Humanas, como um processo ímpar na história do Brasil. É esta região considerada a “faixa ou zona pioneira brasileira”. O que caracteriza a região como “faixa pioneira” é o processo de povoamento efetuado de maneira regular, acompanhado por uma ocupação efetiva do solo

De acordo com Bernardes (1953), uma das referências de Mussulam (1974), entre 1900 e 1920

[...] no norte do estado a penetração se fazia em função do avanço da cultura cafeeira e esta dependia estreitamente, como depende até hoje, das comunicações fáceis com os grandes mercados. Até 1920, o transporte era feito essencialmente pelas vias férreas e ainda não tendo estas ultrapassado o Paranapanema, pouco ou nenhuma vantagem havia em estender muito a oeste as derrubadas e os cafezais (p. 374).

Retratando melhor o norte do Paraná no período subsequente, cita que

Ao período que se seguiu, de 1920 a 1940, corresponde um progresso extraordinário da zona pioneira do norte do estado. Ao êxito da colonização promovida pela Companhia de Terras Norte do Paraná, estreitamente ligado à penetração da ferrovia e à construção de estradas de rolagem, aliaram-se as iniciativas de outras firmas particulares e, também, mais recentemente a do estado. À CTNP deve-se a penetração em ponta de lança ao longo do grande espigão Ivaí-Paranapanema, continuada depois de 1945 pelo estado, na zona de Paranaíba, dirigindo-se, assim à confluência Paranapanema-Paraná (BERNARDES, 1953, p. 374).

Quanto aos “flancos laterais” da frente de ocupação do norte há penetrações isoladas provenientes do “vale do Paranapanema e, também, recentemente, da zona de colonização de Campo Mourão”. Encontrando-se nestes “flancos” as frentes pioneiras dinâmicas, que representaram a expansão da grande zona pioneira do Norte do Estado, na década de 1950 (BERNARDES, 1953, p. 374).

A partir de Léo H. Waibel (1955) se esclarece a frente pioneira. Para esse autor, a expressão pioneira “é originária da terminologia militar e significa “escoteiro”, “batedor”” (p. 390), entretanto,

O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de “frontiersman”, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. (p. 391).

Sendo mais específico pontua ainda que

No campo da agricultura, nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. Naturalmente não levo em conta a mineração e a indústria, cujo desenvolvimento, em geral, leva a paisagens culturais urbanas (WAIBEL, 1955, p. 391).

Waibel (1955), mediante muitas colocações sobre diversas zonas pioneiras no mundo e no Brasil, indica o Norte do Paraná como tal, sendo a que mais ilustra seu pensamento. Insere em seu artigo várias fotos sobre a região e a comenta em detalhes, realizando posteriormente comparação das zonas pioneiras brasileiras com as estadunidenses.

Ao conhecer um pouco melhor o Norte do Paraná e a razão da expressão “pioneiro” para parte desta região ou para ela por inteiro, reforça-se o que vem a ser Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo ou Central e Norte Novíssimo ou Noroeste. São as diferentes fases de ocupação. Partindo de leste para oeste, tem-se a primeira fase (Norte Velho ou Pioneiro), até a década de 1920; posteriormente, a segunda fase (Norte Novo ou Central) entre as décadas de 1920 a 1940; e após a década de 1940, a terceira fase (Norte Novíssimo ou Noroeste). Entretanto, essa não foi a última, pois houve avanços para o sul da região norte do Paraná, mas que esbarraram no limite climático para o cultivo determinadas culturas, principalmente, entre elas, o café, cultivar integrante da frente colonizadora.

Quanto à polarização destas regiões, e utilizando critérios políticos e administrativos, colocar-se-ia Londrina como polo da Região Norte, se considerada como um todo. Mas, a partir de sua divisão, considera-se Jacarezinho como polo do Norte Pioneiro ou Norte Velho; Londrina como cidade-polo no Norte Novo ou Central; e a cidade de Maringá no Norte Novíssimo ou Noroeste, mesmo que oficialmente esteja inserida na mesorregião Norte Central. Nesse sentido, vale

ressaltar que Maringá polariza toda a região Norte Novíssimo ou Noroeste, e também a mesorregião Centro-Occidental, com ressalva a Umuarama e Paranavaí, centralidades subsequentes a esta cidade nas mesorregiões Norte Novíssimo ou Noroeste; e Campo Mourão como centro subsequente na mesorregião Centro-Occidental, mediante as regionalizações apresentadas por Muniz Filho (1994). Além disso, não pode ser esquecido o fato de que a região Norte de Padis (1981) possui vários municípios e que cada um polariza, em parte, serviços e produtos, mas o principal centro dessa polarização seria Londrina por seu porte e importância político-administrativa.

A região Norte paranaense foi abordada a partir da delimitação de Padis (1981), conforme MAPA 3, sendo este o aporte espacial para a pesquisa, já que o critério do cultivo cafeeiro, uma das culturas abordadas nesta pesquisa, foi a linha de corte deste pesquisador.

5. TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA NO NORTE DO PARANÁ

Conforme já explanado, não existe região isolada, assim, há a necessidade de se entender o quadro agrícola brasileiro para compreender o paranaense, mais precisamente o norte paranaense, no caso específico do presente trabalho.

Denise Elias (2003, p. 65) indica que a partir da década de 1960 ocorreram grandes modificações na agricultura brasileira, e que “coube ao Estado brasileiro adequar a produção e o território à reprodução ampliada do capital na agricultura do país”, acrescentando ainda que “o Estado brasileiro funcionou como motor das mudanças mediante a criação de inúmeras medidas públicas para viabilizar a transformação da agricultura”.

É importante salientar que Denise Elias (2003) utiliza-se de Milton Santos, e entre as várias abordagens empregadas, usa como abordagem central a proposta teórico-metodológica que define o período Técnico-Científico-Informacional¹³, analisando assim as modificações ocasionadas e ocorridas neste. Mas o que vem a ser o meio técnico-científico-informacional?

Santos (1994) o explica da seguinte forma:

O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que, há alguns decênios ainda, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (p. 20)

Entende-se que para existir o meio técnico-científico-informacional há a necessidade da modernização e utilização de novas técnicas, em relação às práticas anteriormente existentes, que não possibilitavam a ocorrência deste, por não haver integração entre ciência, tecnologia e informação.

As transformações iniciaram-se na década de 1960, porém

[...] a etapa de desenvolvimento econômico que se inicia no Período Científico-Informacional conhece seu impulso definitivo na década de 1970. A partir de então, a região tem acumulado progressivamente recursos técnicos e financeiros, aumentando a composição técnica e orgânica de seu território, que adquire crescente fluidez (ELIAS, 2003, p. 54).

¹³ Não se utilizará a metodologia empregada por Elias (2003), mas sim a descrição do processo de modernização agrícola na década de 1960, juntamente com o avanço tecnológico e a modificação da agricultura no país.

No cenário descrito de modernização há de se citar como pontos relevantes, a fundação, na década de 1970, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica (Embrater) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que resultaram em “extraordinárias inovações científico-técnico, constituindo um dos alicerces da modernização agrícola e pecuária no país” (ELIAS, 2003, p. 66).

Conforme citado, as transformações começaram na década de 1960 e tiveram impulso na década de 1970, No Paraná, utilizando-se de Padis (1981) para observar o cenário de produção agrícola do estado, este pontua que na década de 1960, mais precisamente entre os anos de 1964 a 1968, o estado do Paraná estava com 70% de seu território comprometido com a produção das lavouras, havendo grande variedade de produtos agrícolas, com destaque para o algodão, o milho, o feijão, o arroz, a cana-de-açúcar, o rami e o amendoim. E neste período a cana-de-açúcar já era bastante expressiva na região norte paranaense,

[...] obtendo 86% do valor total obtido na região. Embora quase todos os municípios da região sejam produtores dessa gramínea, alguns poucos se destacam, notadamente. Dentre eles, cabe referir os de Porecatu e Bandeirantes, que sozinhos, proporcionam mais da metade do valor total da produção do Estado e mais de 70 por cento do regional (PADIS, 1981, p. 109).

Entretanto, a região norte não tinha a cana-de-açúcar como seu principal produto, na medida em que o café, como já ressaltado, era a principal cultura. Logo, com mais da metade do território comprometido com a produção agrícola, as transformações relativas à modernização afetaram no decorrer da década de 1970 toda a economia do estado.

Estas transformações podem ser notadas a partir das considerações de Leão (1989), que cita que:

As transformações no campo paranaense, nos anos setenta, possuem uma dimensão agrícola e uma dimensão agrária, ligadas como faces de um mesmo conjunto de mudanças. Nesse período, a agricultura paranaense, dinâmica e diversificada, passa também a moderna e tecnificada. Ao mesmo tempo, a modernização implica novas formas de organização da produção, afetando a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos e a comercialização desses produtos (LEÃO, 1989 p. 39)

Leão (1989) destaca o cultivo da soja como o que mais cresceu com a modernização da agricultura no Paraná. Entretanto, houve outros cultivos que

também se tecnificaram, como a cana-de-açúcar, o milho e o arroz. Nesse sentido, a modernização “tende a incidir sobre toda a produção agropecuária. Dessa forma, não há produtos ou áreas infensas à modernização, nem esta pode ser atribuída à introdução da soja ou ao estímulo aos produtos de exportação” (p. 39).

Fatos importantes apontados por Leão (1989) referentes à modernização e à mecanização foram a progressiva concentração de terras e a criação de cooperativas, já que “as transformações na agricultura paranaense apontam para uma progressiva concentração da produção nos estabelecimentos médios e grandes” (p. 41) e “a política do governo e a expansão da soja implicavam, portanto, o *boom* das cooperativas” (p. 44).

As décadas de 1980, 1990 e 2000 não são de fácil análise quando considerados os cultivares elencados, pois existiram crises específicas de mercado para cada um deles. Assim, nessas décadas fez-se uso dos censos agrícolas para compreender a relevância dos dois cultivares elencados na produção paranaense, devido à importância sócio-econômica que cada um representou nos âmbitos nacional e estadual. Salienta-se ainda que em pesquisa anterior (GARCIA, 2009) constatou-se que as necessidades climáticas das culturas cafeeira e canavieira são praticamente as mesmas, assim, realizou-se uma análise mais ampla sobre estes dois cultivares no período pós início da modernização da agricultura paranaense, na década de setenta. Entretanto, previamente há de se entender a região Norte do Paraná na atualidade, delimitada com base em Padis (1981).

5.1. OS CULTIVOS CAFEEIRO E CANAVIEIRO NO ESTADO DO PARANÁ ANTES DA MODERNIZAÇÃO

Após pesquisa e explanação sobre a formação econômica brasileira, paranaense e a formação da região norte do Paraná, adentra-se aos cultivares antes da modernização.

Nadir Aparecida Cancian (1977) também afirma que o norte paranaense é continuidade da expansão paulista do cultivo do café, bem como demonstra a importância desta cultura na ocupação das terras e plantio das mesmas. O cultivo do café faz-se assim importante e por isso, um dos focos de análise desta pesquisa.

Não que o café não era plantado em outras áreas do território paranaense, pois desde os primórdios do estado, melhor dizendo, desde sua criação, em 1853, desmembrado da Província do Estado de São Paulo, há o plantio de café, como nota-se no relatório do primeiro governante do Paraná: “He rara aqui a família que não consuma chá da própria lavra, e o café dá-se admiravelmente em algumas situações” (VASCONCELLOS, 1854, p 67). Entretanto, nenhuma família vivia da produção de café, e nesta época, Vasconcellos (1854, p. 68) pontua que a economia do Paraná até então “colonizado”, o chamado Paraná Tradicional (vide MAPA 1 e MAPA 2), estava alicerçada em outro produto, o mate, que tinha maior valor agregado e era considerado como “ramo preponderante na industria da província”.

Constata-se que o cultivo de cana apresentava certa importância, mesmo que indiretamente, ao estado do Paraná desde o século XVI, como afirmam Ribeiro e Endlich (2010),

A História dos vínculos entre a cana-de-açúcar e o Estado do Paraná começa nos séculos XVI e XVII quando esta área hoje correspondente ao Estado, ainda ligado à Província de São Paulo, fornecia força de trabalho indígena para a monocultura da cana-de-açúcar nordestina (p 1).

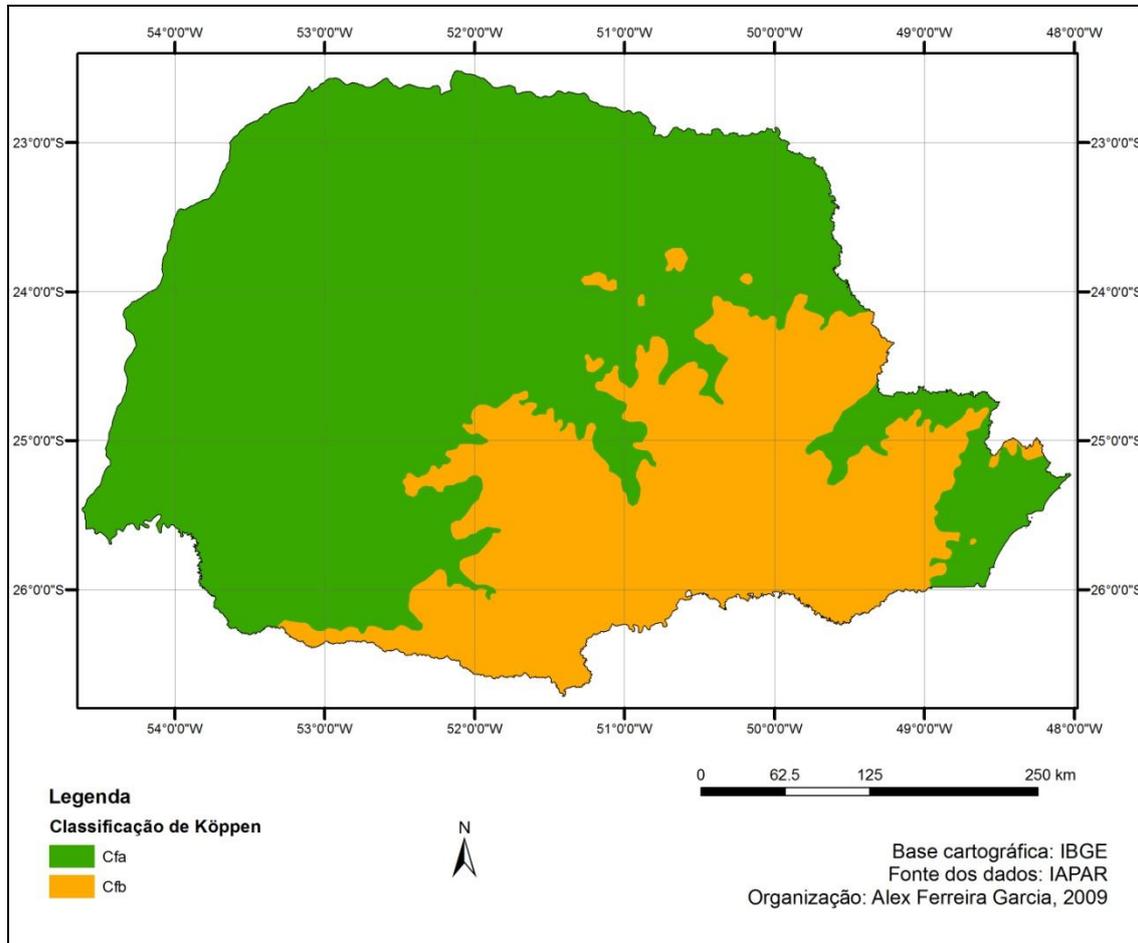
Entretanto, a indústria canavieira, de forma mais artesanal que propriamente industrial¹⁴, faz-se notável desde o primeiro relato do estado em 1854, no qual estão descritas as principais indústrias na época, “1º De socar herva (em n. de 90 pouco mais ou menos) onde o mate recebe o ultimo beneficio e preparação. 2º De serrar madeira, em muito menor numero. 3º De descascar arroz, poucos. 4º De fazer assucar, e aguardente em pequena escala, alguns.” (VASCONCELLOS, 1854, p. 73).

Assim, em relação à cana-de-açúcar, inicialmente havia áreas de plantio no Paraná Tradicional, e também produção de derivados deste produto, sendo estes o açúcar e a aguardente.

Os dois cultivares não tinham grande importância econômica no início da formação do Paraná Tradicional, mas faziam-se presentes em pequena escala, devido às características climáticas desta porção do estado. Pois tanto o café quanto

¹⁴ Denominou-se aqui indústria, entretanto, são alambiques e engenhos e não usinas. Houve a construção de Engenhos Centrais somente após 1870, com autorização do governo federal, como de um na cidade de Morretes. A produção do estado inseriu-se de forma expressiva no mercado nacional de açúcar apenas na década de 1940, devido a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933 (RIBEIRO e ENDLICH, 2010).

a cana são sensíveis à geada (muito mais a cultura cafeeira) e ambas possuem limitações climáticas (GARCIA, 2009) bem similares: são aptas ao clima Cfa, na classificação de *Köppen* (MAPA 6), e apresentam restrições quanto ao clima Cfb, predominante na região no Paraná Tradicional.



MAPA 6 - MAPA DOS CLIMAS DO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE *KÖPPEN*

Adentrando de forma gradativa na produção cafeeira e canavieira paranaense, e focando especificamente o norte do estado, fez-se uma abordagem antes da modernização da produção agrícola e posterior, ou seja, até o final da década de 1960, e a partir da década de 1970, sobretudo, a partir de 1980, em função da existência de dados mais detalhados existentes deste período até o ano de 2009.

Ressalta-se que os primeiros dados são referentes principalmente ao Paraná Tradicional (MAPA 2), até então “povoado”¹⁵.

5.2. O CULTIVAR CANAVIEIRO E SUA PRODUÇÃO ANTES E NO INÍCIO DA MODERNIZAÇÃO

Ao citar o Paraná Tradicional, constata-se que a produção canavieira no século XIX estava localizada mais precisamente no litoral, em função da restrição climática citada, ganhando expressão na economia da cidade de Morretes, que era entreposto comercial na rota de exportação de mate, entre o planalto e o litoral, via Porto de Cima¹⁶ para Paranaguá. Essa facilidade de já ser entreposto comercial, propiciava o escoamento da produção ligada à cana, ou seja, açúcar, aguardente e o álcool, na época, feitos de forma artesanal (em alambiques e pequenas destilarias). No entanto, os portos não tinham uma condição muito boa e careciam de mudanças, como exposto no relatório de 1854,

“Constrangel-os, por outro lado, á conduzir de cima da serra os seos gêneros á Morretes, ahi confial-os ao rio do mesmo nome e á má fé de escravos empregados na respectiva navegação, e ir á Paranaguá vendel-os ou exportal-os, deixando hum porto como o de Antonina, que de tantas despezas e avarias pode eximil-os, he, de certo pratica igualmente tortuosa, que não pode continuar por longo tempo” (VASCONCELLOS, 1854, p. 82).

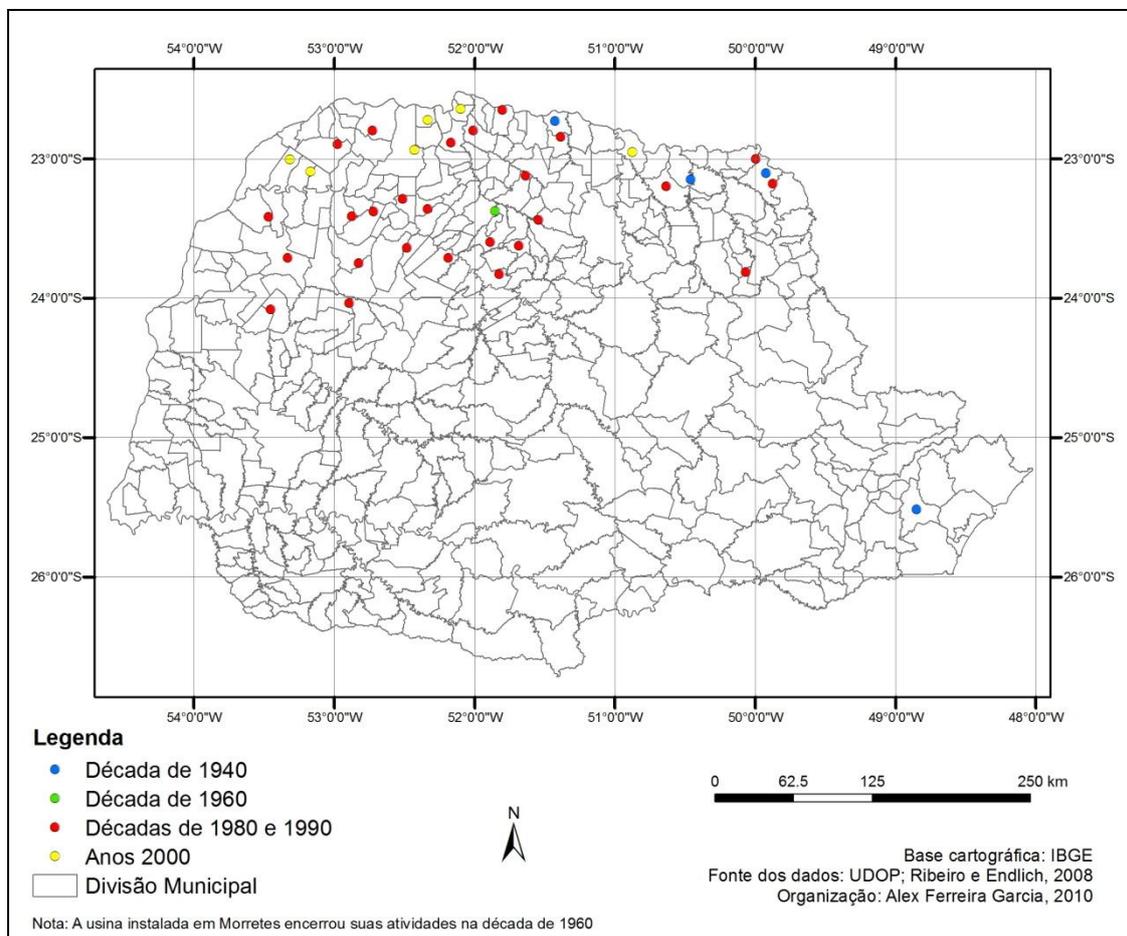
A estrutura portuária e a existência do entreposto comercial foram fatos que serviram de aporte para o fomento do cultivo canavieiro na região de Morretes, em conjunto com o clima que propiciava o cultivar da cana. Mas, a limitação física, a Serra do Mar¹⁷, não propiciou a expansão em grande escala como ocorreu no nordeste do país.

¹⁵ O oeste e norte do estado eram povoados por indígenas, entretanto, não engendrados à economia diretamente, somente de modo indireto, com dito anteriormente, devido ao aprisionamento de mão de obra para cultivares e mineração, pelos bandeirantes.

¹⁶ Porto de Cima é o porto que unia o caminho terrestre do Itupava com o fluvial do Cubatão, tendo grande importância econômica durante o século XIX.

¹⁷ Há grandes variações de altitude na região da Serra do Mar, assim como rochas e solos rasos. Para melhor para compreender a parte física desta região remete-se a Maack (1972), que descreve toda a Serra do Mar como a “grande cuesta do planalto brasileiro” (p. 79). Forma-se no Sul do estado

Com o tempo o cultivar canavieiro foi introduzido na região norte do Paraná, como pode ser notado a partir da visualização do mapa de implantação de usinas no estado (MAPA 7). Nessa região, o cultivo foi introduzido mais especificamente voltado para as usinas. Não que a cana não seja plantada para outros fins, como, por exemplo, a alimentação de animais, entretanto, nesse caso, a produção expressiva é direcionada às usinas, como foi observado ao analisar os dados dos censos agrícolas de 1920¹⁸ a 2006 (último censo que está disponível). Quando comparados os tipos de produções (industrial e outros fins) torna-se irrisória a voltada para outros fins em relação à industrial da produção canavieira.



MAPA 7 – MAPA DA IMPLANTAÇÃO DAS USINAS NO ESTADO DO PARANÁ POR DÉCADAS.

da Bahia e estende-se até o nordeste do estado de Santa Catarina, sendo interrompida somente pelo vale dos rios Doce, Paraíba e Ribeira do Iguape. No caso do Paraná, limita o litoral do planalto de Curitiba (Primeiro Planalto).

¹⁸ O primeiro censo realizado frente a agricultura, pois os três anteriores, de 1872, 1890 e 1900, são apenas censos de população.

Os dados dos censos agrícolas disponíveis também foram utilizados para entender o cenário econômico e produtivo canavieiro paranaense. Fez-se uma análise do período de 1920 a 1980, pois posterior a este ocorreu outro momento de grande relevância para o setor canavieiro, que será melhor abordado posteriormente (o programa denominado PROÁLCOOL).

No início do século XX a produção canavieira e seus produtos industrializados tornaram-se notáveis na pauta de exportação brasileira. No censo de 1920, há três produtos derivados da cana-de-açúcar: o açúcar, o álcool e a aguardente. O Paraná, assim como os demais estados do Sul, aparece no censo: “Até mesmo os Estados do Sul já apresentam regular produção de assucar, figurando o Paraná com 54.197 saccos, Santa Catharina com 272.895 saccos e Rio Grande do Sul com 73.973 saccos” (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1924. p. XLIV). Para aguardente, o Paraná contava com 754 estabelecimentos, e conforme a facilidade exposta anteriormente, o município com maior produção era Morretes, com 27.058 hectolitros (2.705.800 litros). O Estado do Paraná possuía 7.159 hectares cultivados com cana em 1920, comparativamente esta área era pequena, já que o maior produtor na época, o estado de Minas Gerais, tinha 124.993 hectares de cana.

O próximo dado censitário referente ao cultivo canavieiro é o de 1940 (IBGE, 1951), o primeiro do recém criado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, instituído em 1938¹⁹. O Censo de 1940 (IBGE, 1951) apresenta dados de todos os municípios do Estado do Paraná (naquela época, 49 municípios).

Nos registros da produção de 1939²⁰, havia 3.494 estabelecimentos que declararam produzir cana-de-açúcar, com um total de 139.224 toneladas produzidas, das quais, 46.076 foram transformadas em açúcar (410 toneladas), aguardente (1.987.700 litros, em 219 alambiques) e rapadura (806 toneladas), com destaque novamente para Morretes que produziu 26.583 toneladas de cana. Porém, Morretes era seguido de perto por outro município localizado na porção norte do Estado do Paraná, Sertanópolis, que produziu 25.078 toneladas de cana. Esses dados

¹⁹ A data oficial de criação do IBGE é 29 de maio de 1936, ocasião em que foram regulamentadas as atividades do Instituto Nacional de Estatística (INE). Posteriormente, com a extinção do INE, foi instituído o IBGE em 26/01/1938, composto pelo Conselho Nacional de Estatística (criado em 17/11/1936); Conselho Nacional de Geografia (criado em 24/03/1937); e Comissão Censitária Nacional (organizada em 02/02/1938) (PENHA, 1993. p. 19).

²⁰ O censo de 1940 referia-se a produção de 1939.

mostram assim que o norte do estado já estava tendo uma produção significativa e tão grande quanto à da região litorânea. Destaca-se ainda que um pouco mais de um quinto dos municípios do estado (10 ao total) não possuíam nenhum estabelecimento declarado como produtor de cana-de-açúcar, sendo estes: Araucária, Jaguariaíva, Lapa, Piraquara, Ponta Grossa, Rebouças, Rio Negro, São João do Triunfo, São Mateus e Teixeira Soares, sendo todos do Paraná Tradicional.

Comparando a produção canavieira registrada em 1920 com a de 1940, verifica-se que foram produzidas 3.251,8 toneladas de açúcar em 1919, frente as 410 toneladas de 1939; e 4.260.500 litros de aguardente em 1919, para os 1.987.700 litros de 1939. Houve assim uma diminuição das produções agroindustriais referentes ao cultivo canavieiro, as quais, pode-se dizer que, provavelmente estavam relacionadas à diminuição da área plantada. Mas, como tais dados não existem no censo de 1940, assim, não há como afirmar, ficando somente a hipótese. Outra hipótese que pode corroborar tais dados é que talvez as novas áreas de expansão agrícola do estado, nesse período, não teriam sido contempladas pelo censo de 1940. Porém, é somente outra hipótese sem base teórico/documental para afirmar. O fato é que as produções de aguardente e de açúcar diminuíram ao se comparar o censo de 1920 com o de 1940.

O censo de 1950 (IBGE, 1955) é mais detalhado no que se refere à área dos cultivares, e quanto aos municípios, o censo os classifica por Zonas Fisiográficas, sendo estas: Zona do Litoral, Zona do Alto Ribeira, Zona do Planalto de Curitiba, Zona dos Campos Gerais, Zona de Tomazina, Zona Norte, Zona do Tibagi, Zona de Irati, Zona de Guarapuava, Zona do Ivaí, Zona do Iguaçu e Zona do Sertão do Rio Paraná. Nessas Zonas estão divididos os noventa municípios que existiam, até então, no estado do Paraná.

O cultivo canavieiro no censo de 1950 possuía 8.691 hectares, sendo que a Zona com maior área cultivada era a do Norte, com 5.564 hectares, apresentando uma produção de 180.219 toneladas, de um total de 240.024 toneladas do estado, ou seja, a maior produtora de cana-de-açúcar também era a Zona do Norte. O município com maior área cultivada com a cultura canavieira era o de Porecatu, com 2.467 hectares, e produção de 77.002 toneladas de cana; seguido por Bandeirantes, com 1.549 hectares, e produção de 50.091 toneladas; e Jacarezinho, com 854 hectares e 41.724 toneladas produzidas desta cultura. Verifica-se que havia

produção de cana em todos os municípios da Zona do Norte, em pequena ou grande escala.

Segundo dados do censo de 1950, a produção de açúcar diminuiu ainda mais no Paraná, caindo para 147 toneladas (410 toneladas em 1939), e a aguardente também apresentou redução, de 1.987.700 litros em 1939, para 829.500 litros, em 1949. O município de Morretes, um dos primeiros municípios a produzir aguardente e açúcar, não produziu nada, segundo o censo de 1950 (IBGE, 1955), nada que fora declarado, pelo menos. Até a produção de rapadura diminuiu, de 806 toneladas em 1939, para 616 toneladas em 1950.

Infelizmente, não há dados de área cultivada no censo de 1940, somente quantidade de estabelecimentos. Assim, em 1939, existiam 3.494 estabelecimentos que produziam cana-de-açúcar, enquanto que em 1949, totalizaram-se 874 estabelecimentos. Notadamente há a diminuição da quantidade de estabelecimentos, juntamente com a redução da produção de açúcar, aguardente e rapadura. O maior produtor de aguardente não era mais o município de Morretes (na Zona do Litoral), e sim o de Cambará (Zona do Norte), com 125.500 litros. Os maiores produtores de açúcar foram Guaratuba, na Zona do Litoral, e Reserva, que está localizado na área central do estado, na Zona de Tibagi, ambos com 13 toneladas de açúcar produzidas.

Comparar a área de plantio colhida da cultura canavieira de 1959, com a de 1949 é possível, pois ambos os censos deste período possuem área de plantio e quantidade de estabelecimentos, podendo ser assim confrontados.

A cana-de-açúcar teve uma ampliação na área de plantio, de 8.691 hectares, no censo de 1950, para 27.601 hectares no censo de 1960²¹. Os estabelecimentos com plantio de cana-de-açúcar diminuíram drasticamente, de 1.711 estabelecimentos com o cultivo em 1949, para 278 estabelecimentos com plantio de cana-de-açúcar, em 1959. Frente à produção houve um aumento de 240.024 toneladas de cana-de-açúcar, em 1949, para 722.824 toneladas, em 1959. A produção de açúcar que era de 147 toneladas, em 1949, foi para 237 toneladas, em 1959. A produção que mais apresentou crescimento foi a de aguardente, de 829.500 litros, em 1949, para 2.328.200 litros, em 1959. Permanecendo em queda, a

²¹ O Censo de 1960 refere-se aos dados da produção de 1959

rapadura diminuiu de 616 toneladas produzidas, em 1949, para 311 toneladas, em 1959.

O censo de 1960 (IBGE, 1970) possui detalhes da produção de todos os 174 municípios do Estado do Paraná existentes naquela época, divididos também em Zonas Fisiográficas. Porém a cana por não ser considerada uma das principais culturas temporárias naquele momento, não foi detalhada, estando somente em um quadro geral, assim, e em função disto, não há como precisar as maiores Zonas produtoras.

Já o censo de 1970²² (IBGE, 1975) a produção canavieira possui uma elevação na área plantada, de 27.601 ha, em 1959, para 41.958 ha, em 1970, tendo a maior área de plantio da Microrregião do Norte Novo de Londrina, com 13.368 ha, seguida da microrregião do Norte Velho de Jacarezinho, com 11.357 ha, e posteriormente pela microrregião do Norte Novo de Maringá, com 1.480 ha. Apesar do incremento, a cultura canavieira era muito pequena se comparada com o cultivo cafeeiro neste período.

Em 1975, a produção de cana-de-açúcar teve uma diminuição da área de plantio, de 41.958 ha, em 1970, para 32.480 ha (IBGE,1979). Entretanto, a produção manteve-se alta, 1.686.252 toneladas, em 1970, e 1.689.534 toneladas, em 1975, demonstrando assim a importância das novas técnicas de plantio, como mencionou Leão (1989). A concentração da área de plantio é visível, pois a Região Norte Paranaense detinha 31.628 ha, dos 32.480 ha do estado todo em 1975, sendo a microrregião do Norte Velho de Jacarezinho responsável pela maior área, 16.656 ha, seguida da microrregião do Norte Novo de Londrina, com 13.055 ha, e bem distante destas, a microrregião Norte Novo de Maringá em terceiro lugar, com 1.390 ha.

Na década seguinte (IBGE, 1983) a área de produção quase dobra, de 32.480 ha, em 1975, para 62.092 ha, em 1980, sendo que o Norte do Paraná continua sendo a maior área de plantio, com 55.043 ha, quase 90% da produção do estado, mantendo-se a microrregião do Norte Velho de Jacarezinho como maior produtora, com 25.574 ha, seguida da microrregião do Norte Novo de Londrina, com 22.407 ha, e posteriormente a do Norte Novo de Maringá, com 4.574 ha.

²² O censo de 1970 foi realizado em 1971, assim, os dados são referentes ao ano de 1970 (IBGE, 1975).

5.3. O CULTIVAR CAFEERIO E SUA PRODUÇÃO NO PARANÁ, ANTES E NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA (1960-1970)

Em aspectos gerais, no Brasil de 1920, o café ocupava 2.215.658 hectares, porém, não era o maior cultivo, pois o milho detinha uma área de plantio de 2.451.382 de hectares. Podem ser citadas ainda as áreas cultivadas com arroz (532.384 hectares) e feijão (672.912 hectares), segundo o censo de 1920, que era referente à produção de 1919 (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1924).

Especificamente no Paraná, em 1919, a área ocupada com cafezais era de 23.815 hectares, com 14.287.666 cafeicultores, e uma produção de 84.770 sacos (60 quilos cada saco). Os municípios com maior produção de café nesta época eram: Ribeirão Claro (30.660 sacos), Jacarezinho (27.142 sacos) e Tomazina (10.523 sacos).

O estado do Paraná apresentava, em 1939 (o censo é de 1940, mas os dados referem-se a 1939), um total de 6.252.480 hectares ocupados por estabelecimentos agrícolas (pouco superior ao do censo de 1920, com 5.302.709 hectares). Desse total, 4.311.617 hectares estavam em uso, sendo 199.030 hectares em Lavouras Permanentes (o café está entre elas), e 565.340 hectares em Lavouras Temporárias (a cana-de-açúcar está neste grupo), tendo ainda 1.503.765 hectares em Matas, e 1.776.009 hectares não explorados nos estabelecimentos agrícolas (IBGE, 1951).

Como já citado, o censo de 1940 (IBGE, 1951) conta com dados de todos os municípios do estado do Paraná existentes naquela época (49 municípios). Concernente ao cultivo do café, existiam declarados 7.368 estabelecimentos que produziam café, em 1939, e estes produziram 71.091 toneladas, com destaque para Cambará (com 14.604 toneladas e 546 estabelecimentos) e Jacarezinho (com 13.338 toneladas e 343 estabelecimentos). O cultivo café estava presente na maior parte dos municípios do estado, ficando ausente somente em 22 dos 49 existentes, sendo estes: Araucária, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Imbituva, Ipiranga, Iratí, Lapa, Malé (atualmente grafado como Mallet), Palmas, Palmeira, Piraí, Piraquara, Ponta Grossa, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Rio Negro, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus, Teixeira Soares e União da Vitória, quase todos localizados no Paraná Tradicional.

Já a expansão do cultivo pode ser notada pela criação de cafezais novos (ainda não produzindo), sendo que a maioria estava em Londrina, que contava com 11.111.098 pés, quantia bem superior a soma dos cafezais novos e em produção de Cambará, o maior produtor até então. Esse município tinha 9.051.356 pés em produção e 672.597 pés novos (total de 9.723.953 pés de café), fato que indicava já neste período que o maior produtor de café não seria mais Cambará nos próximos censos.

A análise dos censos de 1920 e 1940 permite constatar que não existe compatibilidade de informações entre ambos, pois o problema encontrado é a inexistência de informação relativa à área plantada de café para o ano de 1939, no qual estão presentes somente dados gerais de quantidade produzida e estabelecimentos. Dados de área plantada são existentes no censo de 1920.

Porém, com o aumento na produção e a expansão da área cultivada no geral, subentende-se que estas cresceram, porém, não há como mensurar quanto. Pode-se inferir que o cultivo cafeeiro expandiu bastante, em razão da grande quantidade de novos cafezais, 20.324.346 pés de café novos, ou seja, recém plantados e ainda não produzindo, frente aos 55.237.383 em produção (uma expansão de mais de 36% nos últimos 3 anos). Quanto à produção de café, em 1919 foi de 84.770 sacos (5.086 toneladas), em comparação aos 1.184.850 de sacos, em 1939 (71.091 toneladas).

O censo de 1950 (IBGE, 1955) é mais detalhado no que se refere à área dos cultivares. Assim, pode-se apontar que a área de colheita de café no ano de 1949 era de 253.942 hectares, com 141.257.813 pés de café colhidos, havendo 160.100.705 pés em produção, e 118.525.213 pés novos. Nota-se que a quantidade de café mais que dobrou de 1939 para 1949, de 71.091 toneladas para 303.015 toneladas de café. Houve também grande alta na quantidade de pés de café entre os anos de 1939 e 1949: de 55.237.383 em produção no censo de 1940, para 160.100.705 pés de café, no censo de 1950. Quanto aos municípios, o censo os classifica segundo Zonas Fisiográficas, sendo estas: Zona do Litoral, Zona do Alto Ribeira, Zona do Planalto de Curitiba, Zona dos Campos Gerais, Zona de Tomazina, Zona Norte, Zona do Tibagi, Zona de Irati, Zona de Guarapuava, Zona do Ivaí, Zona do Iguaçu e Zona do Sertão do Rio Paraná. Nestas Zonas estão divididos os noventa municípios que existiam até então, no estado do Paraná (IBGE, 1955).

A área denominada “Zona do Norte” pelo IBGE (1955), era composta pelos seguintes municípios: Abatiá, Andirá, Assaí, Bandeirantes, Bela Vista do Paraíso, Cambará, Cambé, Cinzas, Cornélio Procópio, Ibiporã, Jacarezinho, Jaguarapitã, Jataizinho, Londrina, Porecatu, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Sertanópolis e Uraí. O município com maior área de plantio cafeeiro era Cornélio Procópio (23.795 hectares), seguido de Sertanópolis (15.479 hectares), Jacarezinho (15.032 hectares) e Londrina (13.984 hectares), que passaram em muito o município que mais produziu em 1939, Cambará, que, em 1949, passou a ter 8.655 hectares plantados. Ressalta-se que todos os municípios da Zona do Norte produziam café, em pequena ou grande escala. A Zona do Norte possuía a maior parte do cultivo cafeeiro, com 192.589 hectares, dos 253.942 hectares plantados no estado. Somando a Zona Norte, com a Zona de Tomazina (10.430 hectares), mais a Zona do Ivaí (47.396 hectares), e Tibagi (3.063 hectares), tinha-se as maiores áreas produtoras de café nesta época, salvo pequenas áreas em outras regiões.

Relacionando o censo de 1960 (IBGE, 1970) com o censo de 1950 (IBGE, 1955), no que se refere à área de plantio e quantidade de estabelecimentos, nota-se que houve uma ampliação na área com plantio de café, de 253.942 hectares, em 1949, para 3.027.254 hectares, em 1959, sendo bem significativa frente a área total dos estabelecimentos do Paraná, que era de 11.384.934 hectares. Ou seja, o café representava 26,6% da área total de plantio no Paraná. A quantidade de estabelecimentos com plantio cafeeiro também teve aumento, de 21.106 (1949), para 73.808 estabelecimentos. A quantidade de pés de café foi de 160.100.705 pés em produção e 118.525.213 pés novos, em 1949, para 916.137.867 pés em produção e 175.770.689 pés novos, em 1959. Sendo ainda a maior área produtora a Zona do Norte, com 664.989 hectares com plantio cafeeiro, seguida da Zona do Oeste, com 568.819 ha (com maior quantidade de municípios produtores precisamente no Noroeste do estado do Paraná). Os municípios com maior área plantada de café eram Maringá, com 56.254 ha e Paranavaí, com 45.669 ha (ambos na Zona do Oeste), mostrando que o café se expandia para a porção oeste do norte do Paraná nesta época, porém, não se mantendo, como constatado no censo seguinte, o censo de 1970.

O censo de 1970 (IBGE, 1975) possui informações por municípios e microrregiões. Assim, com a maior área plantada e colhida de café estava a

microrregião Norte Novo de Londrina (116.264 ha), seguida da microrregião de Jacarezinho (78.517 ha), posteriormente a microrregião do Norte Novíssimo de Umuarama (39.482 ha) e Norte Novo de Apucarana (39.140 ha). Havia ainda áreas expressivas de produção existentes na microrregião do Norte Novíssimo de Paranavaí (20.097 ha), Campo Mourão (25.938), Norte Velho de Venceslau Braz (24.360 ha). Além disso, e com menor expressão, podem ser citadas as microrregiões do Norte Novo de Maringá (4.871) e do Extremo Oeste Paranaense (6.999 ha), assim como a Algodoeira de Assaí (4.777 ha). Em 1970, a produção de café estava presente em todo o Norte do Paraná, desde o Pioneiro até o Novíssimo, englobando também a região Centro-Occidental (Região de Campo Mourão), que já estava introduzida nos estudos de Padis (1981) como parte integrante da região norte paranaense de estudo.

Entretanto, o que mais se destaca foi a diminuição da área plantada de café, que em 1959 possuía 3.027.254 ha de área plantada, passou para 2.412.098 ha, em 1969, representando assim uma grande diminuição do cultivo cafeeiro no estado. Em conjunto com essa situação, pode ser citada a presença de outro cultivar que adentra no Paraná na década de 1960, com uma produção de 3.547 toneladas, porém, sem área especificada, mas que em 1970 já possuía 341.212 ha de área plantada, e 411.642 toneladas produzidas. Esse cultivar é a soja, um dos símbolos da modernização da agricultura, segundo Leão (1989).

Já o censo de 1975 (IBGE, 1979) foi realizado em 1976. Sendo assim, os dados fazem referência ao ano de 1975, pois segundo o próprio documento, este atende a legislação em vigor que estipulava uma periodicidade quinquenal para a realização dos censos naquela época.

A área de plantio colhida de café diminuiu de 2.412.098 ha, em 1970, para 920.885 ha, em 1975, ou seja, menos da metade. Fato este explicado pela geada de 1975, que destruiu boa parte dos cafezais, conhecida como "Geada Negra". Assim, a cafeicultura sofreu um golpe grande com as geadas, que geraram amplos prejuízos e definiram o abandono da cultura, principalmente após a geada de 1975. Porém, não só a geada contribuiu para a diminuição do cultivo cafeeiro. Nesse período, a modernização produtiva em curso era estimulada pela política agrícola, que possuía forte viés exportador, na qual os incentivos eram dirigidos prioritariamente à expansão das culturas destinadas ao mercado externo. Mediante

este fato, as áreas cultivadas com café remanescentes diminuíram, sendo substituídas pelo binômio soja/trigo (IPARDES, 2004).

Quanto às microrregiões produtoras em 1975, indica-se a produção destas para análise: a do Norte Velho de Venceslau Braz, possuía 27.122 ha de área de plantio de café colhida; a de Campo Mourão, com 57.892 ha; a do Norte Velho de Jacarezinho, com 63.106 ha; a Algodoeira de Assaí, com 9.279 ha; Norte Novo de Londrina, com 198.800 ha; Norte Novo de Maringá, com 73.851 ha; Norte Novíssimo de Paranavaí, com 132.939 ha; Norte Novo de Apucarana, com 94.779 ha; Norte Novíssimo de Umuarama, com 215.001 ha; e, Extremo Oeste Paranaense²³, com 47.462 ha. Nota-se que a maior microrregião produtora não é mais a do Norte Novo de Londrina, como apontava o censo de 1970, e sim a do Norte Novíssimo de Umuarama, evidenciando assim que a produção de café estava avançando para o oeste do estado do Paraná.

No cenário internacional, há de se pontuar os Acordos Internacionais, sendo o primeiro de 1962, juntamente com a fundação da Organização Internacional do Café (OIC). Em 1968 foi criado o Segundo Acordo Internacional,

“coincidindo com uma fase bastante tumultuada para a cafeicultura brasileira, pois o País detinha em estoque de mais de 70 milhões de sacas, situação que o levou a erradicar 1,4 bilhão de cafeeiros entre 1962 e 1967. O Terceiro Acordo Internacional foi firmado em 1975 e vigorou até setembro de 1983” (MORICOCCHI e MARTIN, 1994, p. 19)

Na tentativa de melhor observar a produção cafeeira e canavieira neste período, entre 1920 e 1980, os dados dos censos agrícolas disponíveis sobre o Paraná foram organizados, colocando junto a estes cultivares a soja, que adentra no estado com a modernização da agricultura, já que para se tornar viável economicamente necessita de mecanização e produção em grande escala. Assim, conforme GRÁFICO 1 nota-se a avanço ou retrocesso destes cultivares, porém, mensurando o estado todo, não retratando necessariamente o que ocorreu no Norte do estado do Paraná.

²³ Os municípios ao norte desta microrregião produziram café neste período, com destaque para Formoso, com 15.863 ha, mas nada expressivo se comparado às microrregiões do Norte do Paraná.

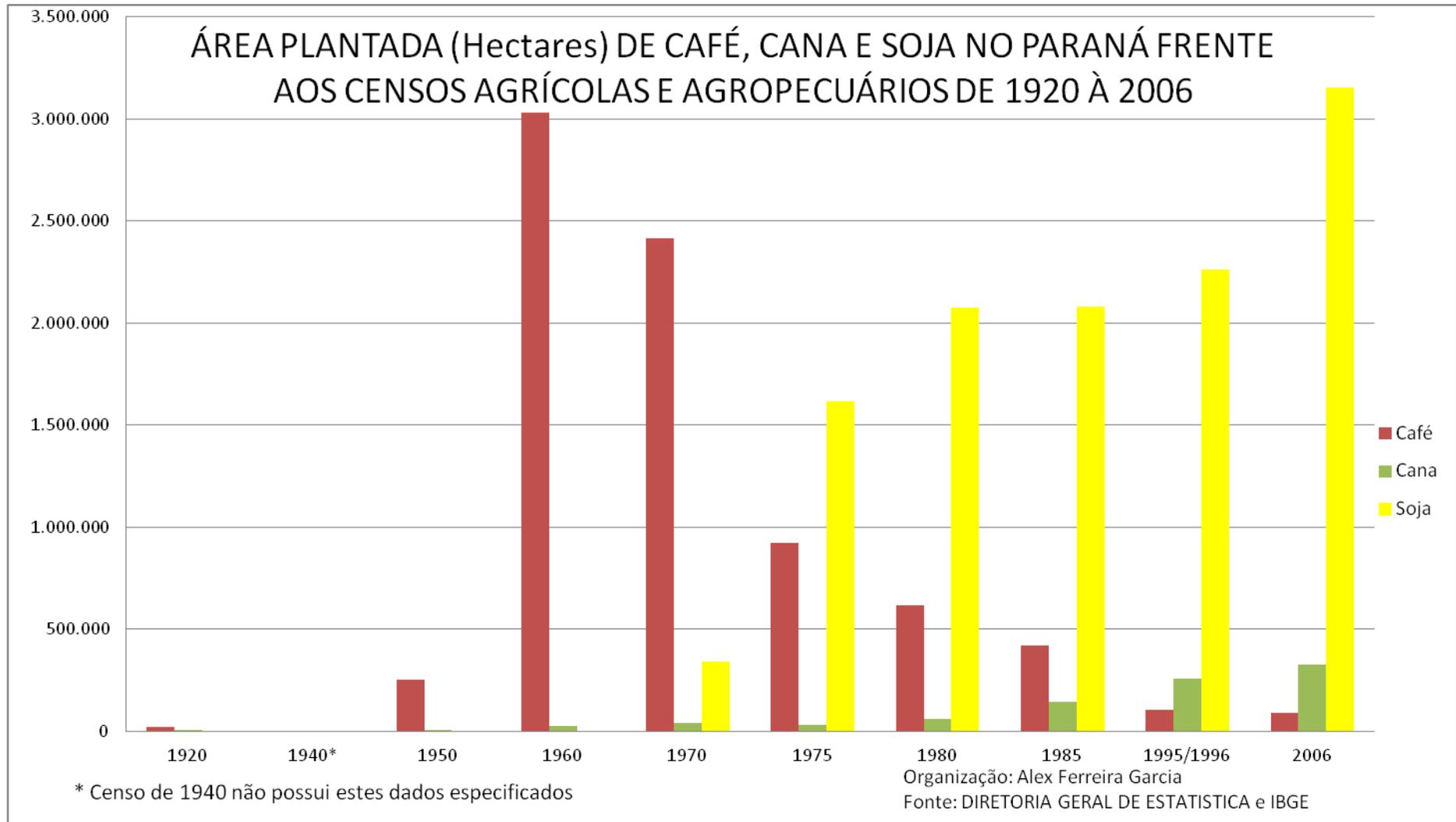
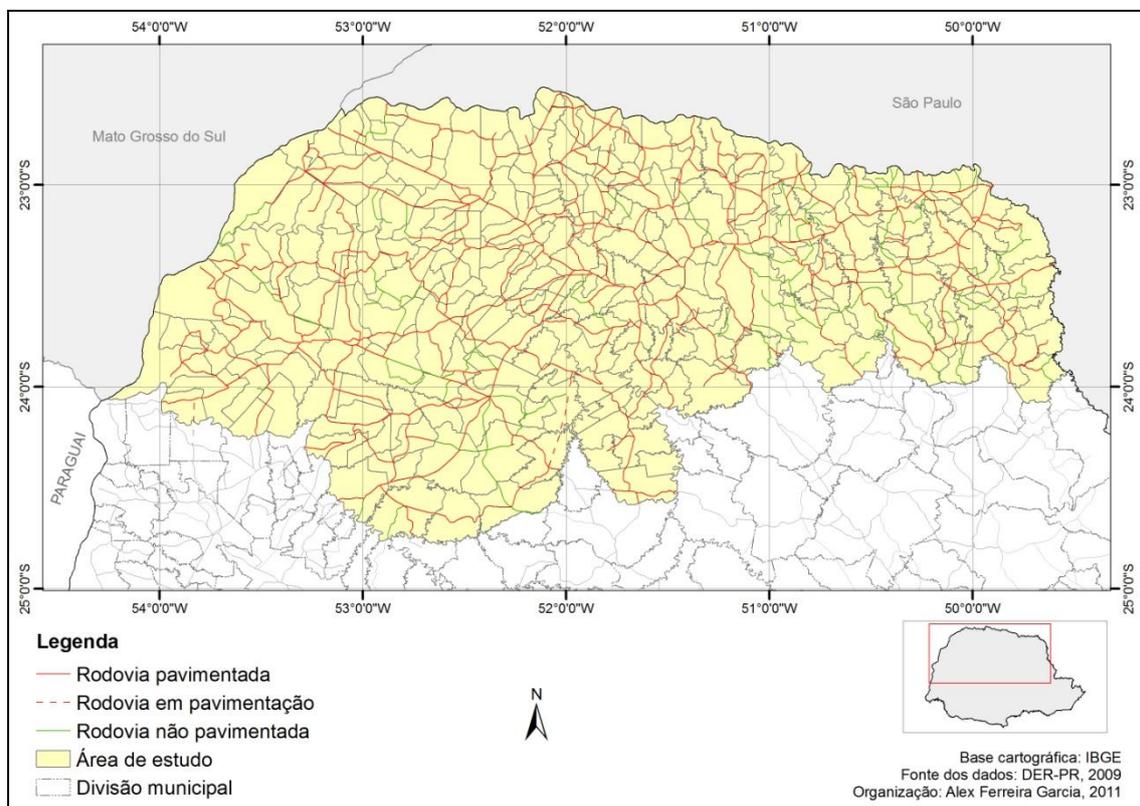


GRÁFICO 1 – ÁREA PLANTADA, EM HECTARES, DE CAFÉ, CANA E SOJA NO ESTADO DO PARANÁ, DE 1920 A 2006.

Em área plantada, nota-se que a partir de 1960, o café vai diminuindo sua área de plantio e predominância, e na década de setenta, proporcionalmente, a soja passa a ganhar área de plantio, ultrapassando a área que o cultivar cafeeiro tinha naquele decênio. No ano de 2006, a soja, é um dos maiores cultivares no estado, por área. O cultivar canavieiro não chegou neste período a ter a expressão que o café ou a soja possuem ou possuíram, mas vem ganhando área de plantio, como pode se observar no GRÁFICO 1.

5.4. A REGIÃO NORTE DO PARANÁ NA ATUALIDADE E AS INFRAESTRUTURAS

Referente à formação da Região Norte do Paraná, explanada em um dos itens anteriores, destaca-se que esta sofreu grandes transformações, principalmente estruturais, pois a comunicação via estradas ou ferrovias que inicialmente definia o avanço da ocupação na região do Norte Pioneiro, como citado por Bernardes (1953), atualmente é realizada por várias rodovias (MAPA 8) que facilitam a circulação e transporte de insumos, sementes e produtos.

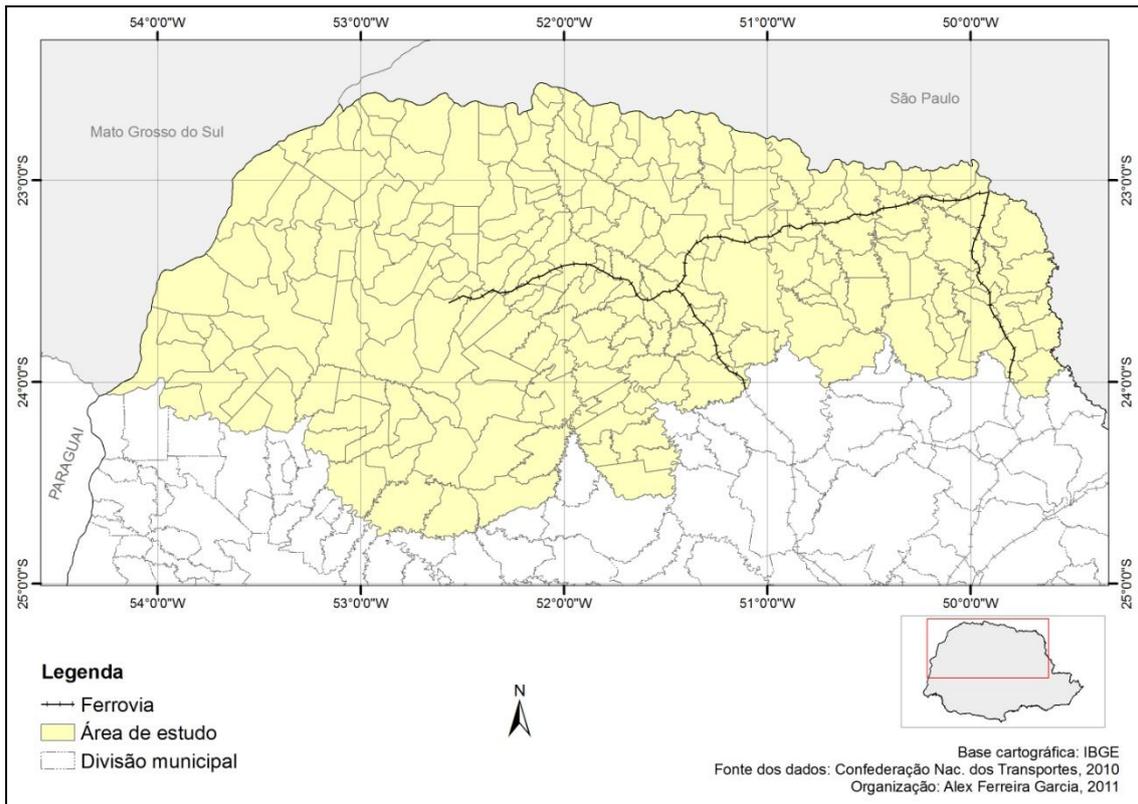


MAPA 8 – MAPA RODOVIÁRIO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ

A qualidade das rodovias varia conforme a gestão do governo estadual, como assinalado por Silva Neto e Serra (2007), pois em apenas oito anos (1994 a 2002), vão de boas a péssimas. Entretanto, há uma boa quantidade de rodovias que foram classificadas entre boas e regulares, sendo estas mais de cinquenta por cento da malha rodoviária. Outro fato é o valor dos pedágios, instalados a partir de 1998, sendo considerado pelos autores alto, pois

Os valores elevados praticados nas 26 praças do sistema tornam-se os principais motivos das queixas de todos os usuários, com a alegação de que, tornando os fretes mais caros, isso iria afetar todos os consumidores, mesmo aqueles que não se enquadram como usuários de rodovias (SILVA NETO e SERRA, 2007, p. 140)

Reforça-se aqui o exposto por Silva Neto e Serra (2007), para os quais a política governamental influencia nas condições das rodovias. Quanto às ferrovias, “a malha existente no Paraná era praticamente toda federal, não havendo muito espaço para ações do governo estadual no sentido de influenciar o processo de privatização que concedeu à ALL (América Latina Logística do Brasil S.A.)” (SILVA NETO e SERRA, 2007, p. 141). A exceção era uma parte da ferrovia que pertencia ao governo estadual e que foi licitada e explorada por empresas privadas, em um trecho de 248 quilômetros entre Cascavel e Ponta Grossa. Entretanto, no Norte do Paraná a ferrovia é explorada pela ALL e pode ser visualizada no MAPA 9.



MAPA 9 – MAPA FERROVIÁRIO DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ

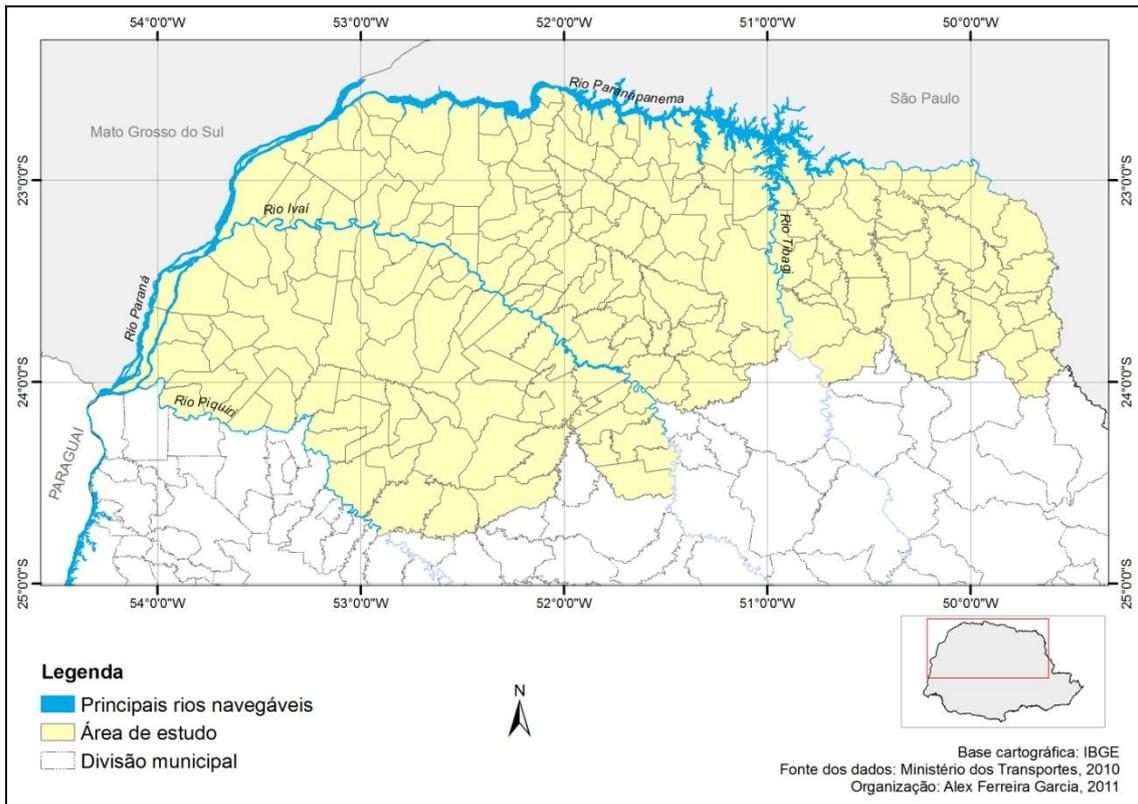
Aplicando uma visão mais qualitativa, há informações que parte da ferrovia não está em funcionamento há, pelo menos, 22 anos, conforme Carvalho (2011), sendo este o trecho entre Maringá e Cianorte, criado para escoar a produção cafeeira da região, na década de 1970. Voltará a funcionar por iniciativa do setor sucroalcooleiro, demonstrando que a economia da região está em transformação.

Carvalho (2011) expõe a informação de que

Ao buscar justificativas econômicas para a reativação até Cianorte, a América Latina Logística levou em conta principalmente o fato de que quase a metade das usinas de açúcar e destilarias de álcool do Paraná estar[em] localizada[s] na área de influência do projeto, além de uma produção de grãos que passa de cinco milhões de toneladas por ano.

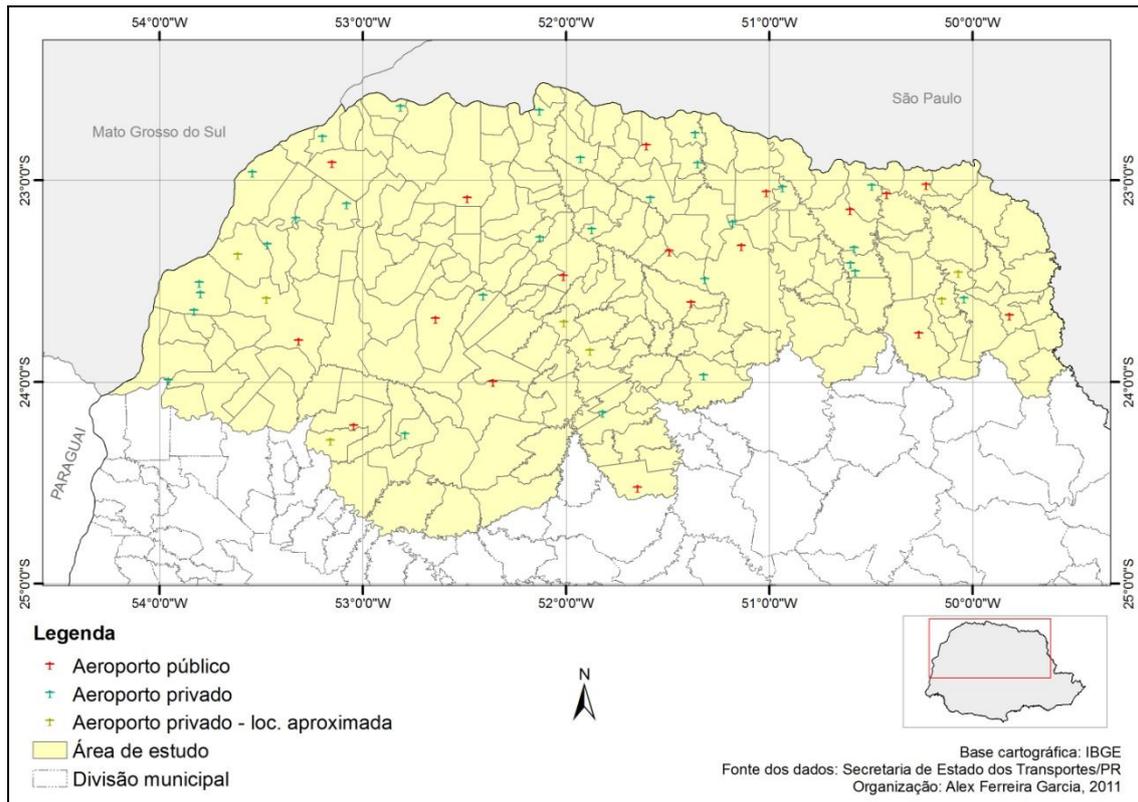
Justificativa bem plausível, se levarmos em conta que parte das rodovias estão pedagiadas e que o valor do transporte rodoviário é maior que o ferroviário.

Há mais dois tipos de transportes existentes na região a serem ainda mencionados: o hidroviário (MAPA 10) e o aéreo (MAPA 11). Sendo o hidroviário o de melhor custo benefício, e o aéreo o de menor custo benefício.



MAPA 10 – MAPA DOS RIOS QUE PODEM SER NAVEGADOS, TENDO POTENCIAL PARA HIDROVIAS

O transporte aéreo normalmente transporta produtos de grande valor agregado, devido ao seu custo elevado. Entretanto, agregando-se valor ao produto agrícola, com base na alta qualidade, poder-se-ia utilizá-lo para transporte destes produtos de alta qualidade e valor agregado.



MAPA 11 – MAPA DE AEROPORTOS NA REGIÃO NORTE DO PARANÁ

Concernente aos transportes há um trabalho realizado por Martins (2002), no qual é apontado que a utilização do transporte multimodal no Paraná, em função de cálculos de custo e benefício, seria possível com investimentos que se pagariam no decorrer do tempo. Tal situação decorre das características do estado do Paraná, como um todo, e das várias outras regiões do Brasil, que poderiam se integrar. Um exemplo da integração seria o das regiões paranaenses com o MERCOSUL, via hidrovias e ferrovias, assim como aporte rodoviário, sendo todos estes conectados.

Em síntese, frente aos transportes,

[...] o setor hidroviário, o aeroportuário, o transporte coletivo intermunicipal, a construção de novas rodovias, a área de projetos de engenharia, de estudo de solos, entre outras, perdiam recursos e pessoal qualificado, dentro de um quadro de pouco incentivo por parte do governo estadual (SILVA NETO e SERRA, 2007, p. 141).

Logo, dependendo de quais são as metas dos governantes do estado do Paraná há a variação qualitativa da infraestrutura. Entretanto, se a economia estiver favorável, a iniciativa privada pode patrocinar parte da infraestrutura, como exposto por Carvalho (2011).

Assim, entender os cultivares e suas economias faz-se necessário, tanto para iniciativa governamental quanto para a iniciativa privada.

6. ANÁLISE DOS CULTIVARES DE 1980 A 2009

Os dados sobre a agricultura paranaense foram obtidos junto ao IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), que disponibiliza uma base de dados do Paraná com informações referentes às “áreas física, econômica, social, financeira, política e administrativa, disponíveis por municípios, total do Estado”, assim como, “microrregiões geográficas do IBGE, regiões geográficas, regiões metropolitanas e regiões administrativas do Paraná (planejamento, saúde, educação, trabalho e agricultura)”. Dispõe ainda de dados de Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano, Índice IparDES de Desempenho Municipal, população, emprego, finanças, agropecuária, entre outros (IPARDES, 2010). Portanto, tendo como base a região de estudo, as informações foram filtradas especificamente para os municípios que estão nas mesorregiões que integram a região Norte do Paraná, delimitada por PADIS (1981), com o critério da área de plantio de café, decorrente da limitação climática, como já citado anteriormente.

6.1. CULTIVO DO CAFÉ

A produção de café obteve uma ampliação na área colhida de 1980 (573.585 ha) para 1981 (638.742 ha), entretanto, esta alta não se manteve, pois apresentou queda em 1982 (286.454 ha) e retomada do crescimento em 1983 (412.220 ha). Esse fato é explicado pela ocorrência de duas geadas, a de 1979 e a de 1981 que tiveram “grande repercussão nos mercados mundiais de café” (FORTUNE, KOUSKY e FERREIRA, 1983). Além da oscilação da área colhida, como pode ser observado no GRÁFICO 2, houve a oscilação, obviamente, na produção, como pode ser visualizado no GRÁFICO 3.

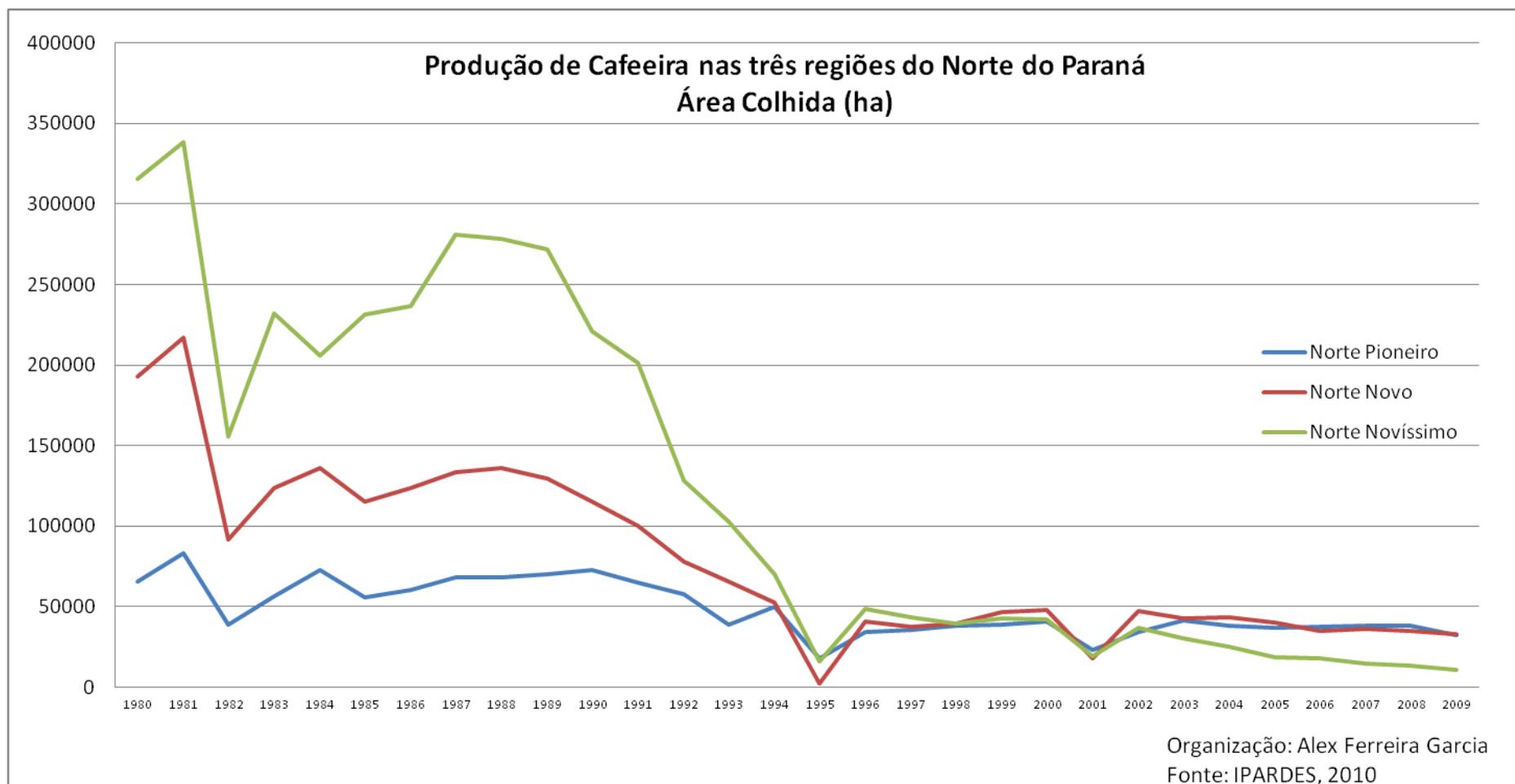


GRÁFICO 2 – ÁREA DE PLANTIO DA CULTURA CAFEIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ

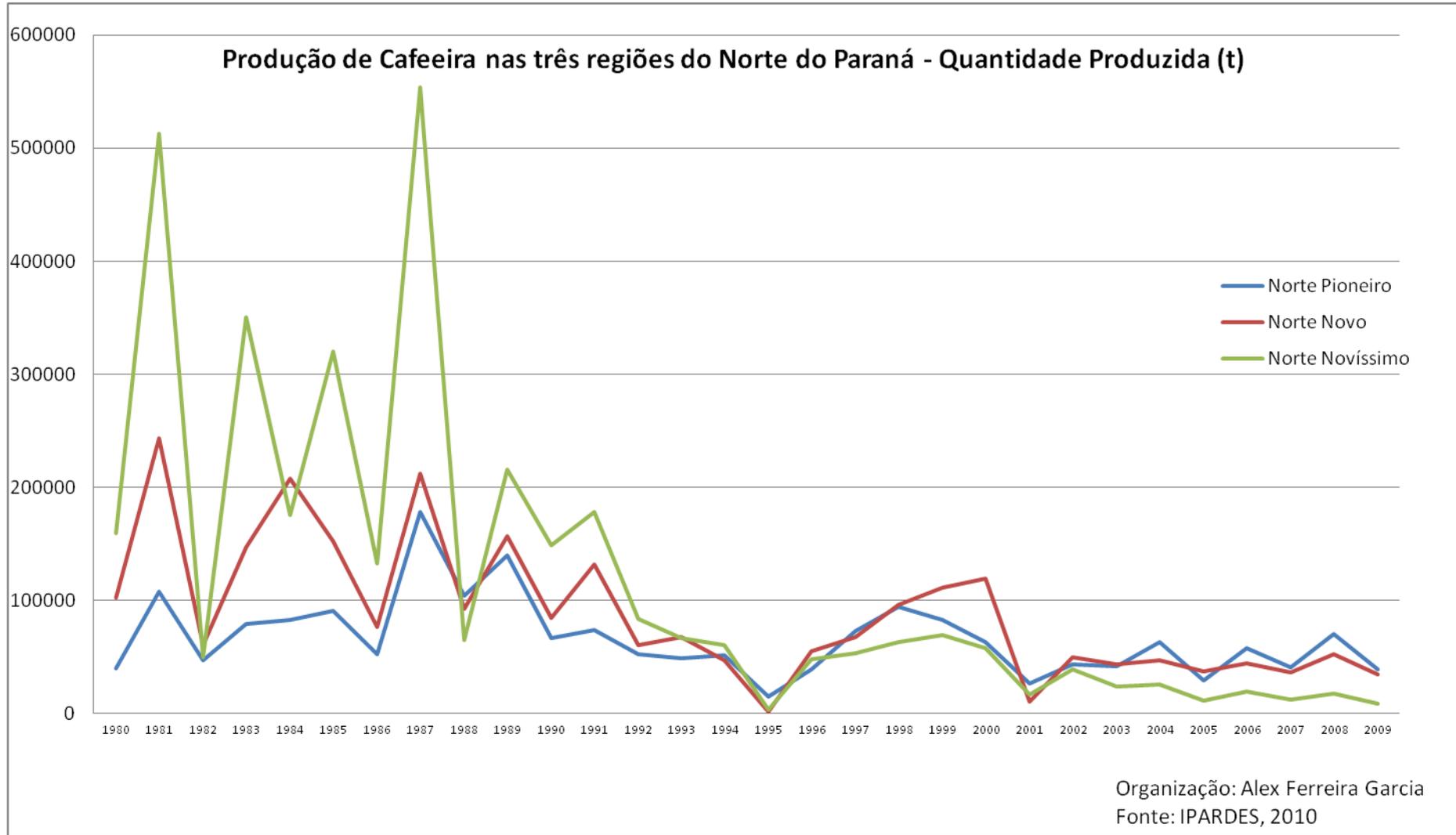


GRÁFICO 3 – QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ

As geadas de 1979 e 1981 não são as únicas neste período, havendo também a de 1984, como mencionado no estudo de Moreira e Rudorff (2002). Analisando o GRÁFICO 2 nota-se que houve uma recuperação da área colhida em período posterior a essa geada. Entretanto, em 1989 há a suspensão das Cláusulas Econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), conforme Moricochi e Martin (1994):

Toda a economia do complexo cafeeiro mundial entrou em profunda depressão após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), administrado pela Organização Internacional do Café (OIC), em 4 de julho de 1989, provocando uma perda de renda nos países produtores no período de 1989-92, estimada em US\$ 10 bilhões. Após um período de negociação pelos produtores dos países mais prejudicados pela situação, as negociações fracassaram no encontro entre países produtores e consumidores, ocorrido no período de 22 a 31 de março de 1993.

Concernente ao mercado cafeeiro e aos acordos internacionais, estes ocorreram, mediante Convênios Internacionais do Café, em 1962, 1968, 1976, 1983, 1994, 2001, 2007 (OIC, 2007), sendo o último acordo de 2007, assinado somente em dezembro de 2010 pelo Senado brasileiro (BRASIL, 2011). Assim, não há como mensurar o reflexo desse acordo no cultivar brasileiro, e por consequência, no território paranaense.

Existem pesquisas que analisam o Acordo Internacional de 1989 e que são contrárias a realização deste tipo de contrato, frente ao que ocorreu, como por exemplo, Melo (1993). No entanto, os impactos da suspensão desse acordo na cultura cafeeira paranaense foram expressivos ao analisar-se a diminuição progressiva da área de plantio cafeeira depois do mesmo.

Explanando o período pós 1989 e utilizando-se de Moricochi, Alfonsi, Oliveira e Monteiro (1995), constata-se que as geadas fizeram com que a produção caísse novamente em 1994, juntamente com uma seca, formando uma infeliz conjuntura para o cenário cafeeiro, pois com o final das cláusulas econômicas do Acordo do Café (AIC), em 1989, o preço da saca despencou, conseguindo obter uma ótima alta somente no segundo semestre de 1993, e

[...] às vésperas das geadas de julho de 1994, os mesmos alcançavam níveis superiores a US\$ 130 por saca. Com o mercado indicando um novo ciclo favorável, muitos produtores investiram intensivamente em tratamentos culturais na expectativa de recuperação dos prejuízos acumulados até então. As geadas e a seca tiveram, portanto, efeitos altamente negativos no

setor de produção cafeeiro (MORICOCHI, ALFONSI, OLIVEIRA e MONTEIRO, 1995, p. 49).

Assim, um fato que não está no gráfico, mas que é bastante importante para entender a diferença na quantidade de produção, é que o preço do café oscila em razão do mercado, e assim quando há menos oferta do produto, o mesmo tem seu valor acrescido em função da procura e da escassez; quando há abundância do produto o preço apresenta queda (SAMUELSON e NORDHAUS, 2006).

Nota-se outra queda abrupta da área colhida no ano de 2000 para 2001, justificada novamente pela geadas que ocorreram entre 13 e 25 de julho de 2000, afetando mais uma vez o cultivar cafeeiro (MORAIS, *et al*, 2002).

Quanto à oscilação da produção, eventos como chuvas em época de florada e ou de colheita afetam a quantidade produzida, sendo normal a oscilação (vista esta no GRÁFICO 3), ainda mais quando ocorrem eventos climáticos tais como “La Niña” e o “El Niño” (Notícias agrícolas, 2010).

Assim, em função da redução da área houve também a diminuição da produção, mesmo com a utilização de outra técnica, a partir da década de 1990, denominada café adensado, que correspondeu a “55% da área cultivada no estado”, em 2006. O método denominado café adensado consiste em diminuir a distância das ruas “(de 4 para até 1,5 metro) e entre plantas (de 1,5 metro para até 0,5 metro). Para isso, foram desenvolvidas variedades mais baixas (com média de 2 metros de altura, contra até 3,5 metros das plantadas anteriormente) e resistentes à ferrugem” (DENARDIN, 2006).

A queda foi contínua nos últimos oito anos (de 2002 a 2009) na área de plantio do café no Norte do Paraná, entretanto, não mais tão acentuada como a que ocorreu com a suspensão das Cláusulas Econômicas no Acordo Internacional do Café (AIC), em 1989, pois, naquele momento, “os preços internacionais do café despencaram do patamar de US\$ 1,20/US\$ 1,40 por libra-peso para menos de 50 cents em 1992” (MORICOCHI e MARTINS, 1994, p. 19).

Já foram assinados sete acordos internacionais (AIC), sendo o último em dezembro de 2010 (BRASIL, 2011), não tendo como mensurar de imediato os reflexos deste, por até não estar no período de análise em que se possui dados, como já mencionado anteriormente.

6.2. CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR

O cultivo canavieiro possuiu uma fase artesanal na produção, ou seja, antes, o processamento da cana, que atualmente é feito em usinas, era realizado em engenhos. Após a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), que previa o financiamento para agroindústrias voltadas para a produção de açúcar, houve o fomento das usinas, em 1940 (RIBEIRO e ENDLICH, 2010). Dessa forma, como pode ser notado a partir da visualização do MAPA 7, houve reflexos no Paraná, com a implantação de quatro usinas nesse período.

Para Shikida e Bacha (1999) existiram três fases de expansão bem definidas da agroindústria canavieira brasileira, sendo a primeira denominada de “fase de expansão ‘moderada’ do Proálcool (1975 a 1979)” (p. 72); a segunda, de “fase de expansão ‘acelerada’ do Proálcool (1980 a 1985)” (p. 75); e a última, de “fase de ‘desaceleração e crise’ do Proálcool (1986 a 1995)” (p. 78). Entretanto,

Embora o Programa Nacional do Alcool, Proálcool, tenha sido o “carro chefe” da agroindústria canavieira durante boa parte deste período compreendido pelos anos de 1975 a 1995, a atividade açucareira continua importante para o Brasil (SHIKIDA e BACHA, 1999, p.70)

Utilizando-se ainda de Shikida e Bacha (1999, p. 86), nota-se que “a crise do petróleo (1973) gerou um “gargalo” no processo produtivo, propiciando ambiente favorável ao surgimento de alternativas energéticas”, que em conjunto com a crise da agroindústria canavieira, “levou o país a optar pelo Proálcool”, que supria as duas necessidades do momento. No período de 1980-85 houve o aprofundamento da crise do petróleo, o que acarretou o lançamento da segunda parte do programa, o álcool hidratado. O período subsequente, de 1986 a 1995, foi o “período de desaceleração do crescimento à crise do Proálcool”.

A utilização do álcool como combustível não é recente, pois o álcool etílico anidro foi adicionado à gasolina como oxigenante, tornando-se mistura compulsória a partir de 1938. Na década de 1970, o percentual na mistura teve um aumento significativo, juntamente com o álcool etílico hidratado que passou a ser utilizado em veículos com motores especialmente adaptados para esse tipo de combustível,

conduta que foi estimulada pela crise no fornecimento de petróleo²⁴(SOUZA, 2006), em função do choque do petróleo de 1973, inicialmente, e posteriormente, outro em 1979.

Quando no Brasil, em novembro de 1975, por meio do Decreto nº 76.595, foi lançado o Programa Nacional do Álcool, denominado PROÁLCOOL (DUARTE, 2009), teve-se grande reflexo na implantação de usinas no norte do estado do Paraná nas décadas de 1980 e 1990, como pode ser verificado no MAPA 7. Surgiram 26 usinas neste período, que impactaram diretamente no incremento da produção e da área do cultivo canavieiro, conforme pode ser constatado a partir da observação do GRÁFICO 4.

Com as políticas de fomento da cultura canavieira via Proálcool, há o crescimento da produção deste cultivar. Entretanto, essa situação não é sentida no Norte do Paraná agudamente nos anos 1975 a 1995, e sim após este período, pois ocorreu a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) em 1990, que era a instituição que equilibrava as disparidades entre os usineiros do Norte-Nordeste e os do Centro-Sul. Para os usineiros do Centro-Sul, esta instituição reguladora do setor seria uma “trincheira de luta”, pois estes possuíam “atraso tecnológico e consequente baixa produtividade” (SHIKIDA e BACHA, 1999, p.82).

²⁴ Souza (2006) afirma que “O Primeiro Choque de petróleo teve motivações de natureza política e econômica” (p. 28), devido a guerra entre Israel, Egito e Síria, em 1973, países exportadores de petróleo. Houve assim, alta do preço deste produto no mercado internacional. “Entretanto, foi apenas um fator de incentivo para o choque da OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] naquele momento” (p.28), sendo o principal fator de natureza econômica: “os países grande-exportadores da OPEP haviam percebido a crescente perda de renda petrolífera, que estava cedendo ao Ocidente”, sendo propício o cenário para valorização do produto. “Em fevereiro de 1979, a deposição do Xá do Irã pela revolução islâmica põe fim ao Consórcio Iraniano de Petróleo, retirando 6 milhões de barris/dia dos mercados mundiais” (p. 31), retomando um aumento do preço do petróleo, que foi agravado em 1980, “com o início das hostilidades da Guerra Irã-Iraque (p. 32)

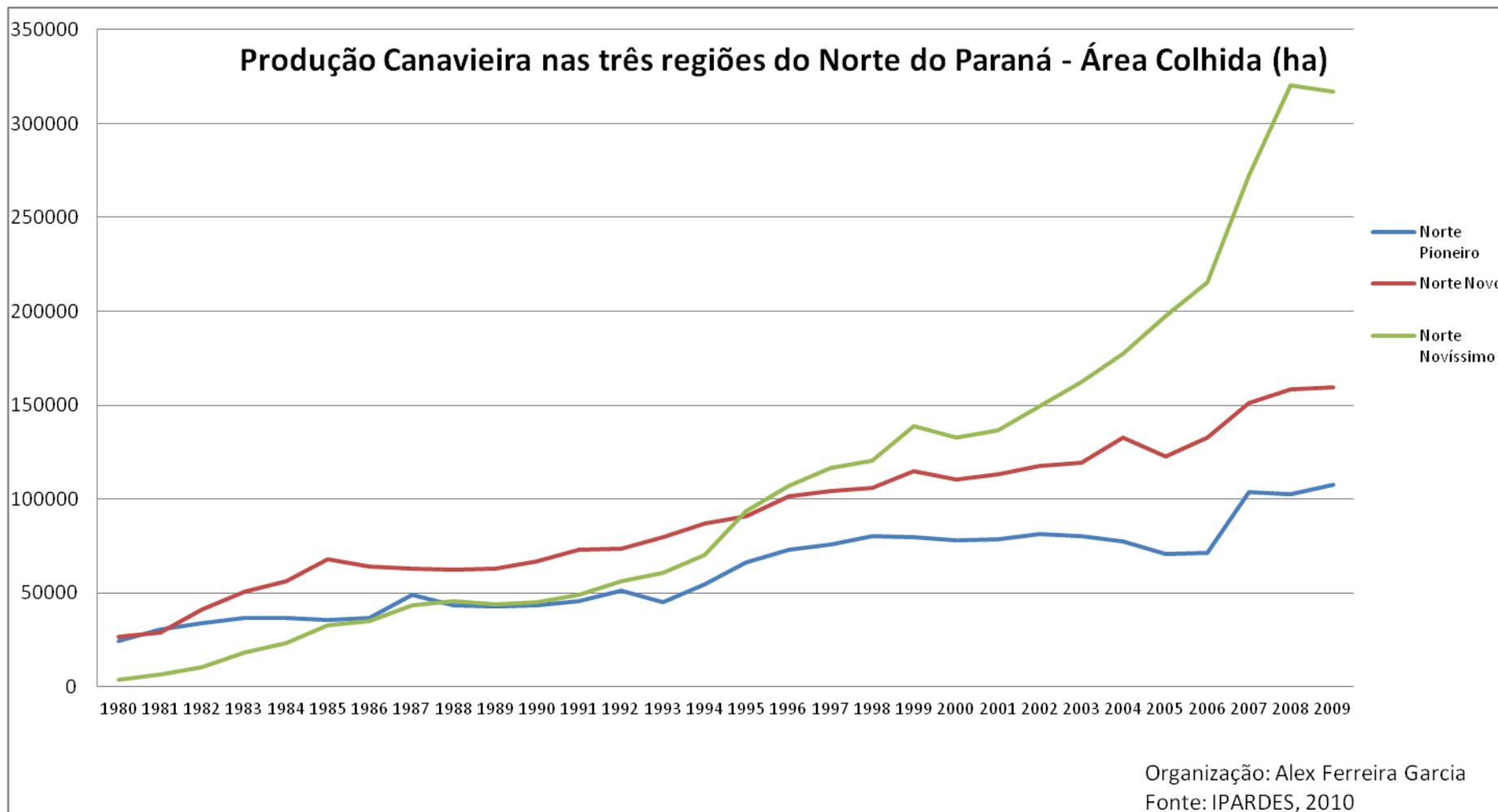


GRÁFICO 4 – ÁREA COLHIDA DA CULTURA CANAVIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ.

Não se pode creditar a expansão da cultura no Paraná simplesmente à extinção de uma instituição reguladora, e sim por um conjunto de fatores. Assim, para analisar a região norte do Paraná, que obteve a maior expansão do cultivo canavieiro e possui a maior área plantada desta cultura, principalmente na região do Norte Novíssimo, foi utilizada a pesquisa de Elpídio Serra (2010), que explanou o contexto e as condições para esta expansão.

Para Serra (2010), a crise do café na década de 1960, juntamente com as geadas nos anos 1970, fizeram com que a cultura cafeeira na região entrasse em decadência, liberando espaço produtivo, o qual inicialmente foi ocupado pelas culturas mecanizadas da soja, trigo e milho, nas áreas de terra roxa (de origem basáltica e mais férteis). Já nas áreas do arenito Caiuá formaram-se pastagens, como demonstra o autor:

[...] onde tudo era café, ficou sendo lavoura mecanizada nos solos basálticos e pastagem nos solos do arenito. Nas áreas de solos mistos, produto do contato arenito-basalto, onde a diversificação foi marcante, ora domínio foi das pastagens, ora das lavouras mecanizadas, ora de nenhuma das duas: muitos proprietários, principalmente pequenos, beneficiados pela “mistura pedológica”, optaram pelas lavouras diversificadas, basicamente visando a subsistência (SERRA, 2010, p. 109).

Já nas décadas de 1980 e 1990, com a implantação das usinas via estímulo do programa Proálcool, ocorreram modificações amplas não só no plantio, como também no espaço rural como um todo, pois

Em função de estímulos governamentais, usinas de açúcar e álcool são implantadas na região, o que conduz ao avanço e domínio das lavouras de cana, principalmente nas zonas do arenito. Além de uma nova forma de uso do solo, a cana produz outras mudanças no quadro agrário: a concentração fundiária, iniciada com as pastagens e as lavouras de soja, milho e trigo, é acelerada; da mesma forma é acelerado o esvaziamento do campo; o proprietário rural se fixa em definitivo nos espaços urbanos e perde sua identidade de agricultor ao deixar de explorar a terra, que passa a ser explorada pela usina sob a forma de arrendamento; nas relações de trabalho, a categoria dos trabalhadores temporários, o bóia-fria se sobressai sobre outras categorias (SERRA, 2010, p. 109)

Diferente do que é pontuado por Leão (1989), ou seja, de que a soja, juntamente com outras culturas mecanizadas, ocupavam novas áreas nas décadas de 1970 e 1980, “não em detrimento de outras culturas” (p.39), o cenário agrícola retratado por Serra (2010) explicita que no decorrer das décadas de 1980 e 1990 há a substituição do café pelas culturas mecanizadas, com a crescente inserção do

cultivar canavieiro que gradativamente ganhou espaço e agora²⁵ predomina na região do arenito e concorre com as culturas mecanizadas nas áreas de basalto, sendo que “o avanço da cana ou o avanço da soja, o principal produto das lavouras mecanizadas, fica na dependência do comportamento do mercado de *commodities* agrícolas” (SERRA, 2010, p. 109).

Quanto à produtividade do cultivar canavieiro, este possui oscilações, conforme se pode notar no GRÁFICO 5. Porém, não tão abruptas como no cultivar cafeeiro, pois a cana sofre com as condições do tempo adversas (chuvas em períodos não adequados, secas e geadas), mas não tem grandes perdas por causa destas. Relacionando o GRÁFICO 4 com o GRÁFICO 5, verifica-se que a expansão da área de plantio implicou no aumento de produção.

²⁵ Pesquisa publicada por Elpídio Serra (2010) em fevereiro de 2010, logo, retrata o ano de 2009, por dedução.

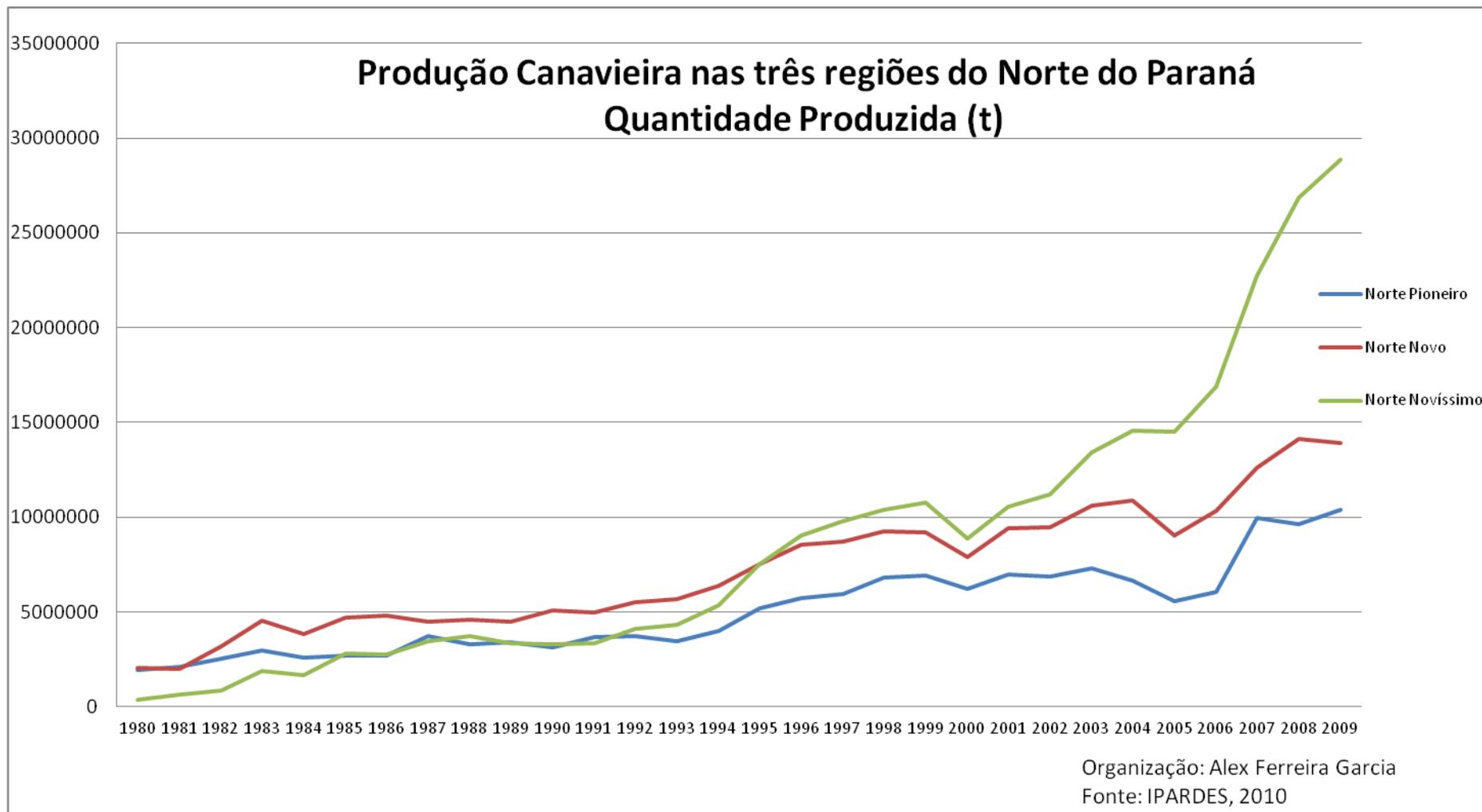


GRÁFICO 5 – PRODUÇÃO CANAVIEIRA NAS TRÊS REGIÕES DO NORTE DO PARANÁ

6.3. CULTIVO DE CAFÉ, CANA-DE-AÇÚCAR E SOJA

Para melhor analisar os dois cultivares, café e cana, no Norte do Paraná, realizou-se a tabulação dos dados juntamente com o cultivo da soja. Pois a soja é a cultura que representa os cultivares mecanizados conforme alguns autores, tais como Leão (1989) e Serra (2010).

Analisando este cultivares no estado do Paraná, no que se refere à área de plantio, nota-se que a diminuição da área produtiva de café é proporcional ao aumento da de plantio de soja, conforme o GRÁFICO 1. Entretanto, visando detalhar melhor, foram utilizados os dados da Região Norte do Paraná, obtidos junto ao IPARDES (2010).

Quando se consideram as áreas de plantio do café, cana e soja no Norte Novíssimo, Norte Novo e Norte Pioneiro do estado do Paraná, entre 1980 e 2009, constata-se que em 1980, a área de produção de soja já era superior a de café, sendo muito pequena a da cana-de-açúcar nesta região. Entretanto, como ocorreu em todo o Norte do Paraná, assim como no Brasil, após o fim da Cláusula Econômica do Acordo Internacional, em 1989, há a queda da área de plantio de café em concomitância com o aumento da que produzia cana e principalmente da de plantio de soja, fato este comprovado pelos GRÁFICO 6, GRÁFICO 7 e GRÁFICO 8, assim sendo, em todo o Norte do Paraná.

Porém, a área de café só se torna inferior a da cana após 1992, nos municípios do Norte Pioneiro e Norte Novo, e após 1994 no Norte Novíssimo, que até então possuía a maior área de plantio de café, em relação a essas duas regiões, demorando assim mais tempo para migrar de um cultivar para outro, embora tenha ficado com área menor as outras regiões, posteriormente. A explicação desta ampliação da cana e redução do café faz-se em função do fomento do Proálcool para a implantação de usinas, principalmente no Norte Novíssimo, no final da década de 1980 e na década de 1990, juntamente com a crise do café pós 1989, como mencionado anteriormente.

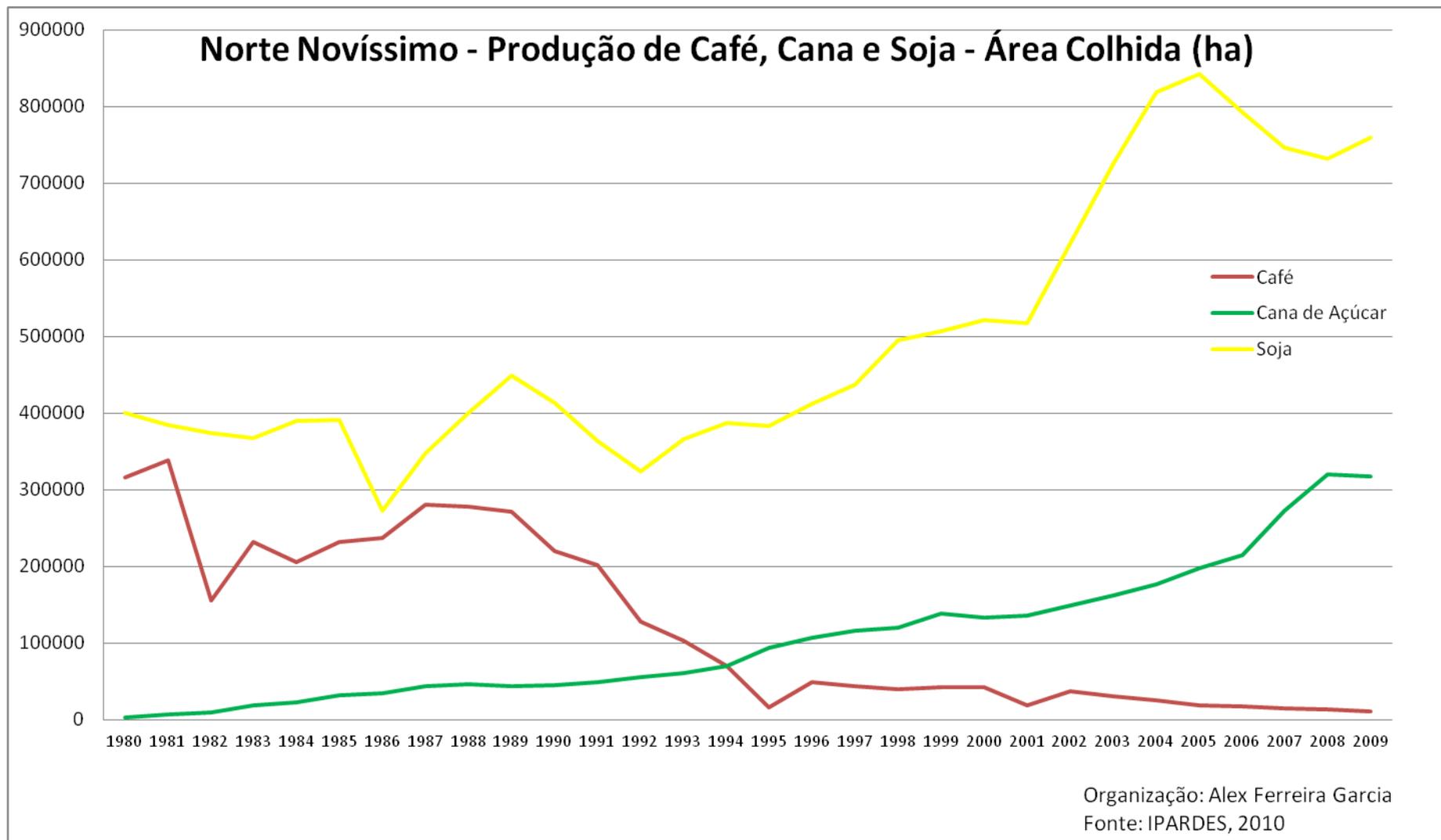


GRÁFICO 6 – ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ.

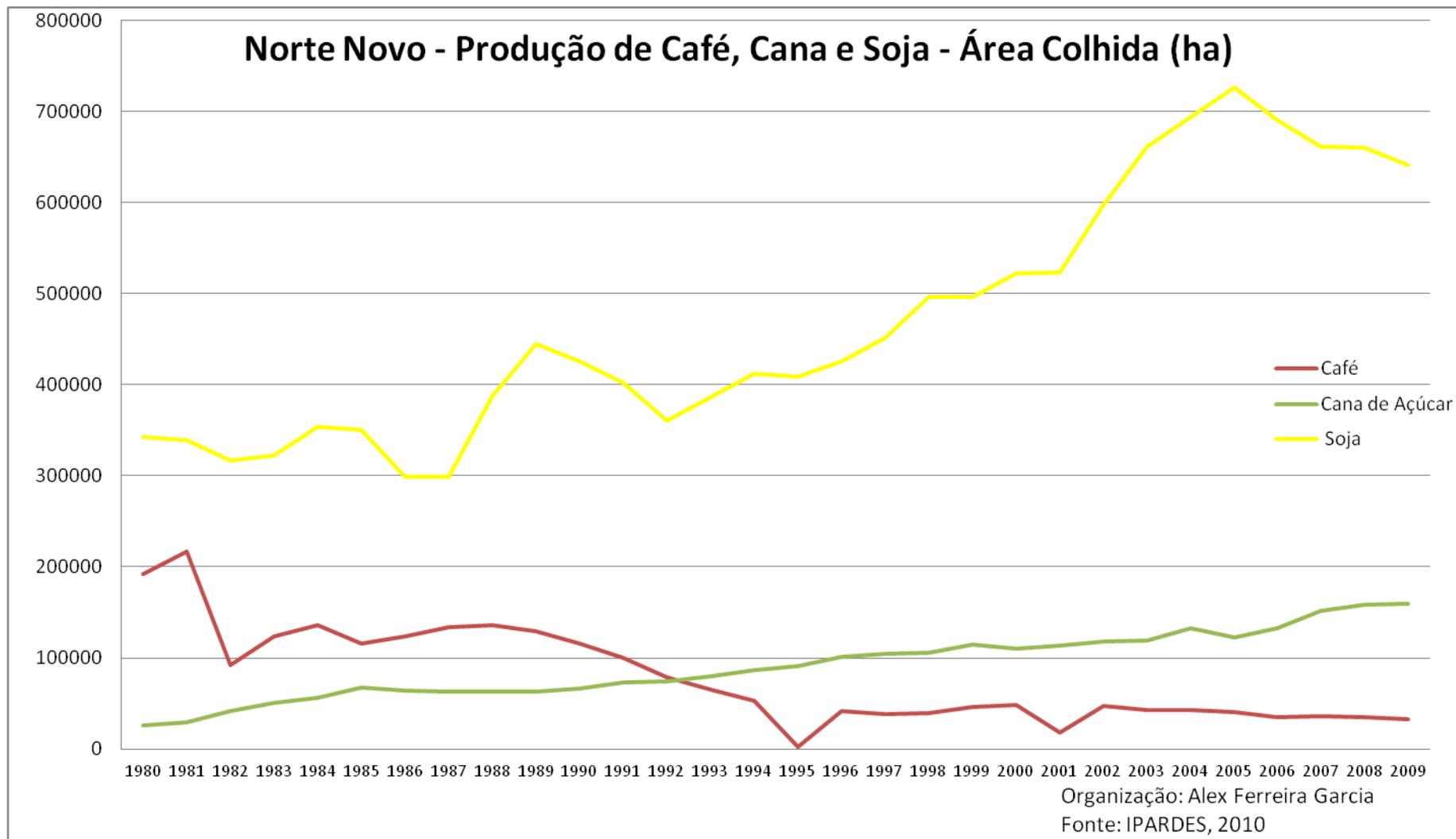


GRÁFICO 7 - ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE NOVO DO PARANÁ.

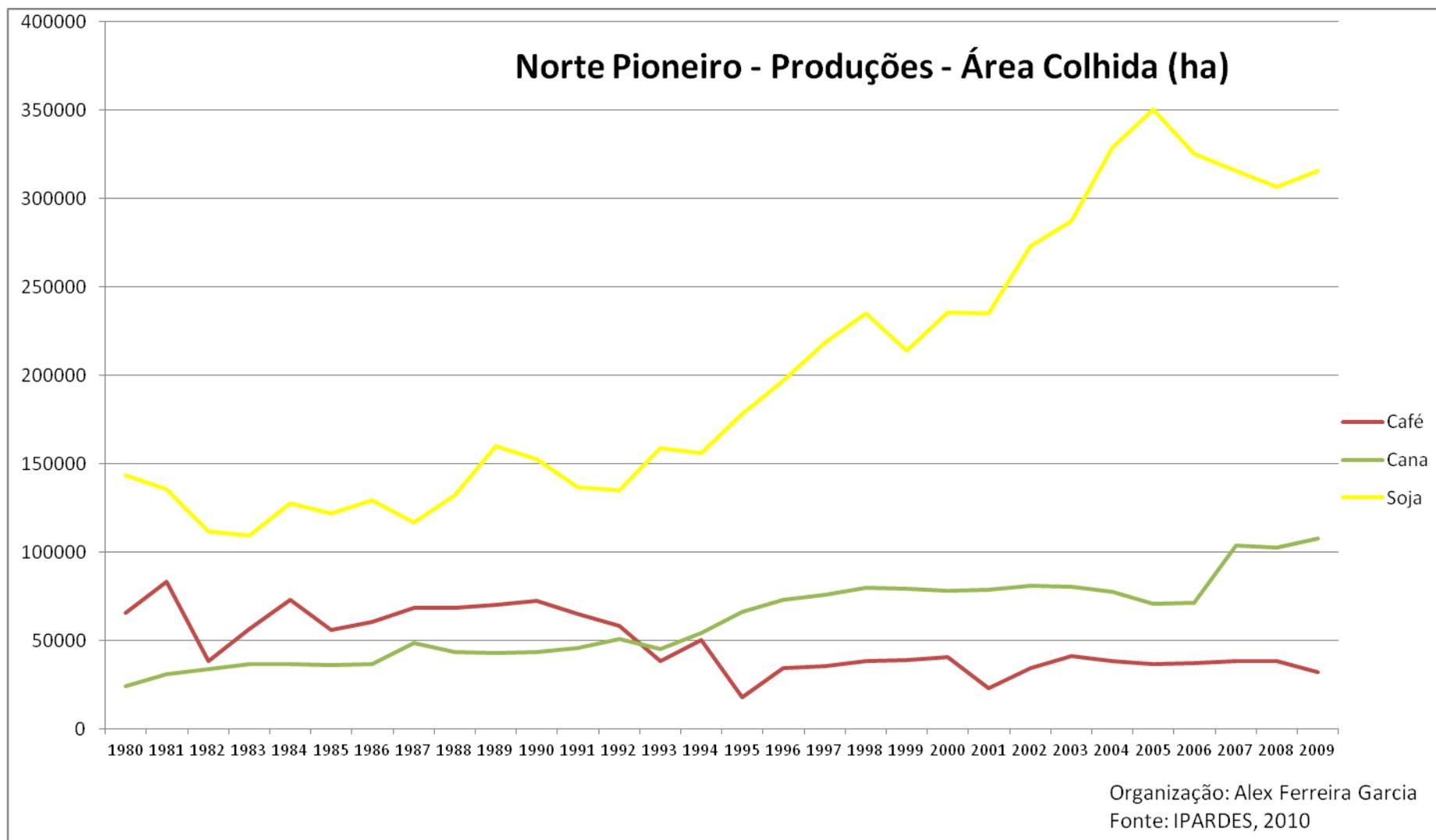


GRÁFICO 8- ÁREA DE PRODUÇÃO DE CAFÉ, SOJA E CANA NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ.

Entretanto, a produção de soja e cana não tiveram um aumento expressivo de imediato, já que na década de 1980 houve uma crise (FERNANDES e PAIS, 2002), que impediu o fomento financeiro necessário a estes plantios, principalmente a soja. Ressalta-se que esse cultivar não contava com um programa de fomento, como ocorria com a cultura canavieira em razão do Proálcool.

Explica-se a maior área de plantio de soja nas três regiões pela necessidade que o próprio cultivar tem para se viabilizar economicamente, pois pode ser produzida em pequenas áreas, no entanto depende de valor alto no mercado, além de necessitar de muito investimento, via mecanização. Além disso, o pacote tecnológico, como um todo, destinado a essa cultura, tem valor elevado (WESZ JUNIOR e BUENO, 2008).

Observa-se que mesmo a cana apresentando área inferior de plantio a da soja, tem a maior produção em toneladas nas três mesorregiões do Norte Paranaense, como pode ser constatado no GRÁFICO 9, GRÁFICO 10 e GRÁFICO 11. Proporcionalmente, a produção cafeeira é pequena em relação à sua área. Essa situação é contrária ao que é observado com a soja, já que a área é muito maior que a dos outros cultivares, mas sua produção é muito inferior à canavieira e pouco superior à cafeeira.

Observa-se ainda que o cultivo cafeeiro não obteve números expressivos em relação à cana e à soja na primeira década do século XXI, pois apresentou somente menos da metade da área de plantio da cana, e menos de um sexto da área de plantio da soja, na três mesorregiões. Esse fato deve ser ressaltado, já que o café foi uma cultura predominante no Norte paranaense, principalmente na década de 1960, quando o estado do Paraná era o maior produtor de café do Brasil.

A mesorregião do Norte Novíssimo, que foi a maior produtora de café, na década de 1980 e início da década de 1990, possui a maior quantidade de cana-de-açúcar produzida, seguida pela mesorregião do Norte Novo e posteriormente pela do Norte Pioneiro.

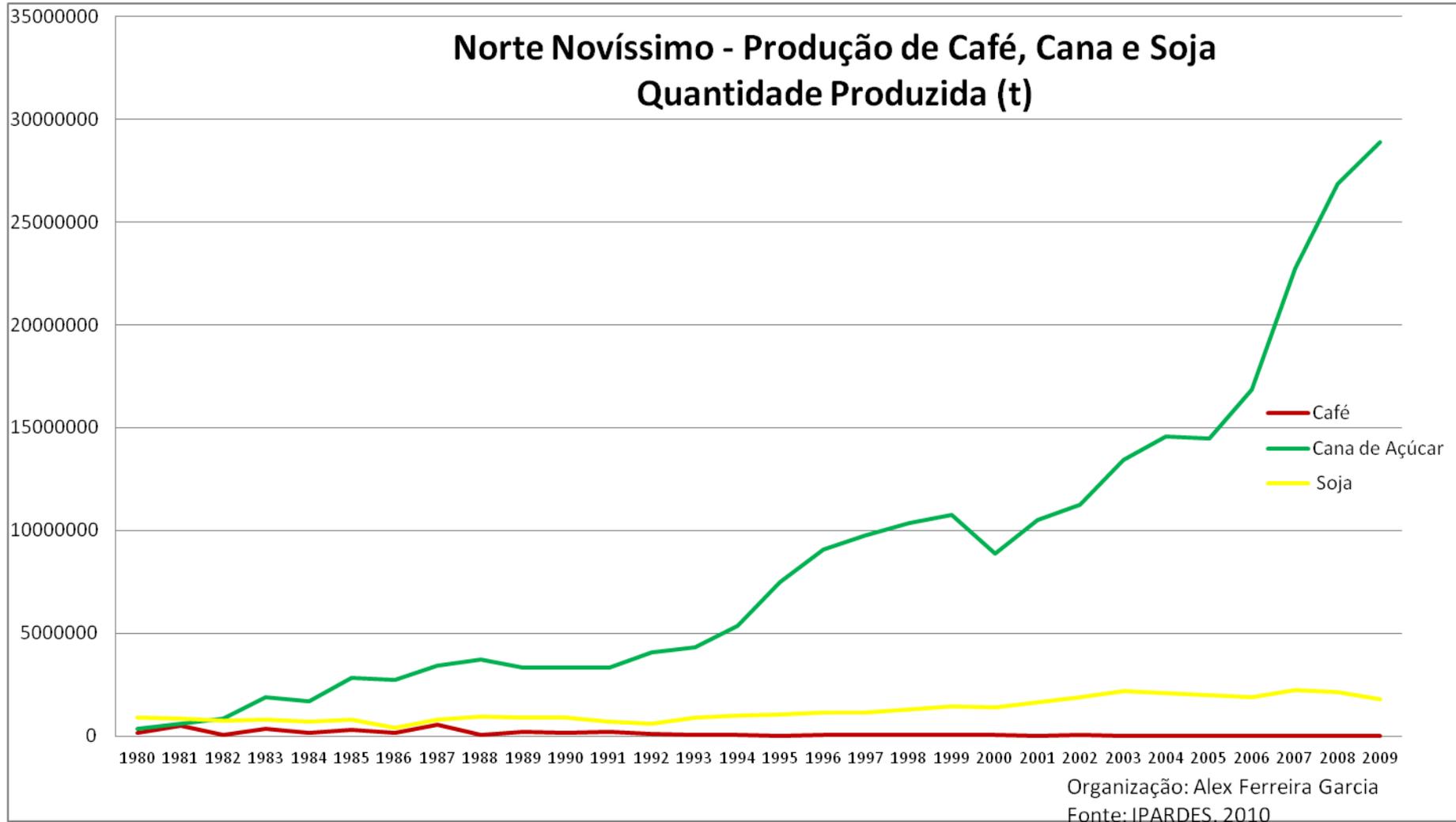


GRÁFICO 9 – QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ

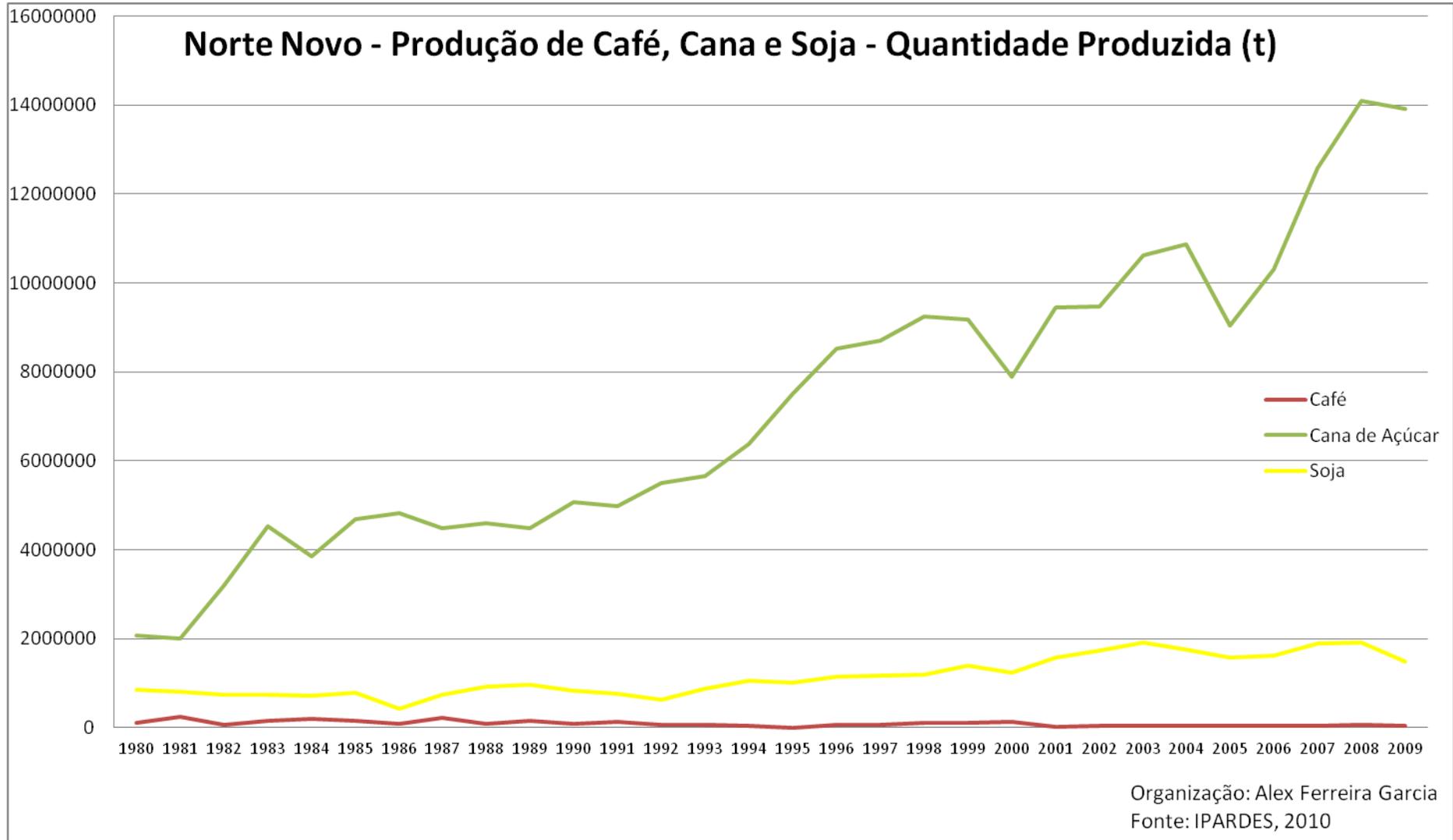


GRÁFICO 10 - QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE NOVO DO PARANÁ

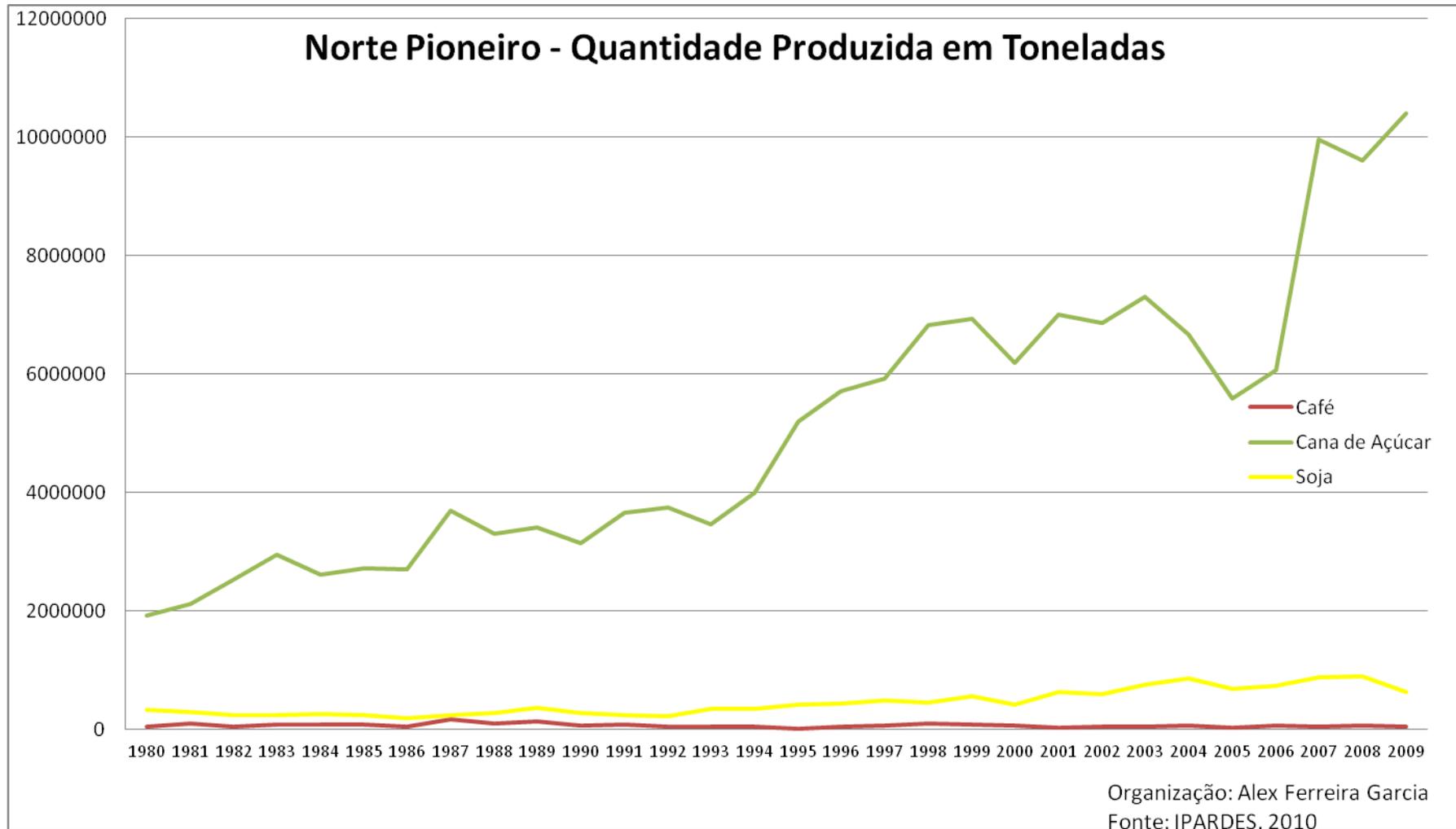


GRÁFICO 11 - QUANTIDADE (EM TONELADAS) DE CAFÉ, SOJA E CANA, PRODUZIDOS NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

Para os cultivares temporários há a necessidade de alternar os plantios com diferentes plantas para não saturar o solo e diminuir assim, a necessidade de correção através do uso de adubos e outros componentes químicos. Nesse sentido, a soja é utilizada pelo cultivar canavieiro como cultivo de descanso do solo, assim como também o feijão e o amendoim, já que fixam nutrientes que serão utilizados pelos canaviais (SANTOS, 2010).

Quando observados os gráficos de produção e área de plantio dos três cultivares nas mesorregiões do Norte do Paraná, nota-se que todos têm acréscimos ou diminuição de produção e área similares, guardadas as devidas proporções: a mesorregião do Norte Novíssimo é maior que a do Norte Novo, que por sua vez, é maior que a do Norte Pioneiro. Assim, considerando a extensão, a produção mais elevada deveria estar na mesorregião Norte Novíssimo, mas esta, nas últimas décadas, não é mais a maior área de produção de café. Em 2008, a mesorregião do Norte Pioneiro era a que detinha a maior área de produção de café, lembrando que esta apresentava a menor área de plantio desta cultura em 1980, e se tornou a maior, porém, não por muito tempo, sendo ultrapassada, em 2009, pela mesorregião do Norte Novo.

Destaca-se que essas duas porções (Norte Pioneiro e Norte Novo) detêm mais que o dobro da área plantada na mesorregião do Norte Novíssimo (GRÁFICO 12). Este fato pode ser explicado em razão da área mecanizada, já que a mesorregião do Norte Novíssimo é a com maior área propícia à mecanização, devido à predominância, no nordeste do Paraná, de relevo plano. Salienta-se, no entanto, que 45% dos solos permitem a mecanização da produção, e ainda apenas com práticas adequadas de conservação, haja vista os problemas de erosão nessa região. Entretanto, em função das diferenciações internas, a porção centro-sul da mesorregião do Norte Novíssimo (classificada pelo IBGE como Mesorregião Centro Ocidental Paranaense), composta pelas microrregiões de Goioerê e Campo Mourão, possui cerca de 77% dos solos aptos ao desenvolvimento de práticas agrícolas. O Norte Novo é posto com mais de 75% mecanizáveis. O Norte Pioneiro possui 70% dos solos considerados aptos ao desenvolvimento de práticas agrícolas mecanizáveis, não se destaca como maior produtor frente aos cultivares mecanizados, já que, como mencionado, sua área é menor que a das outras duas mesorregiões (IPARDES, 2004b).

Quanto à produtividade, nota-se que a cana-de-açúcar possui uma produção muito elevada, superior a dos dois outros cultivares juntos, mesmo tendo área de plantio menor que o cultivar da soja, conforme o GRÁFICO 12.

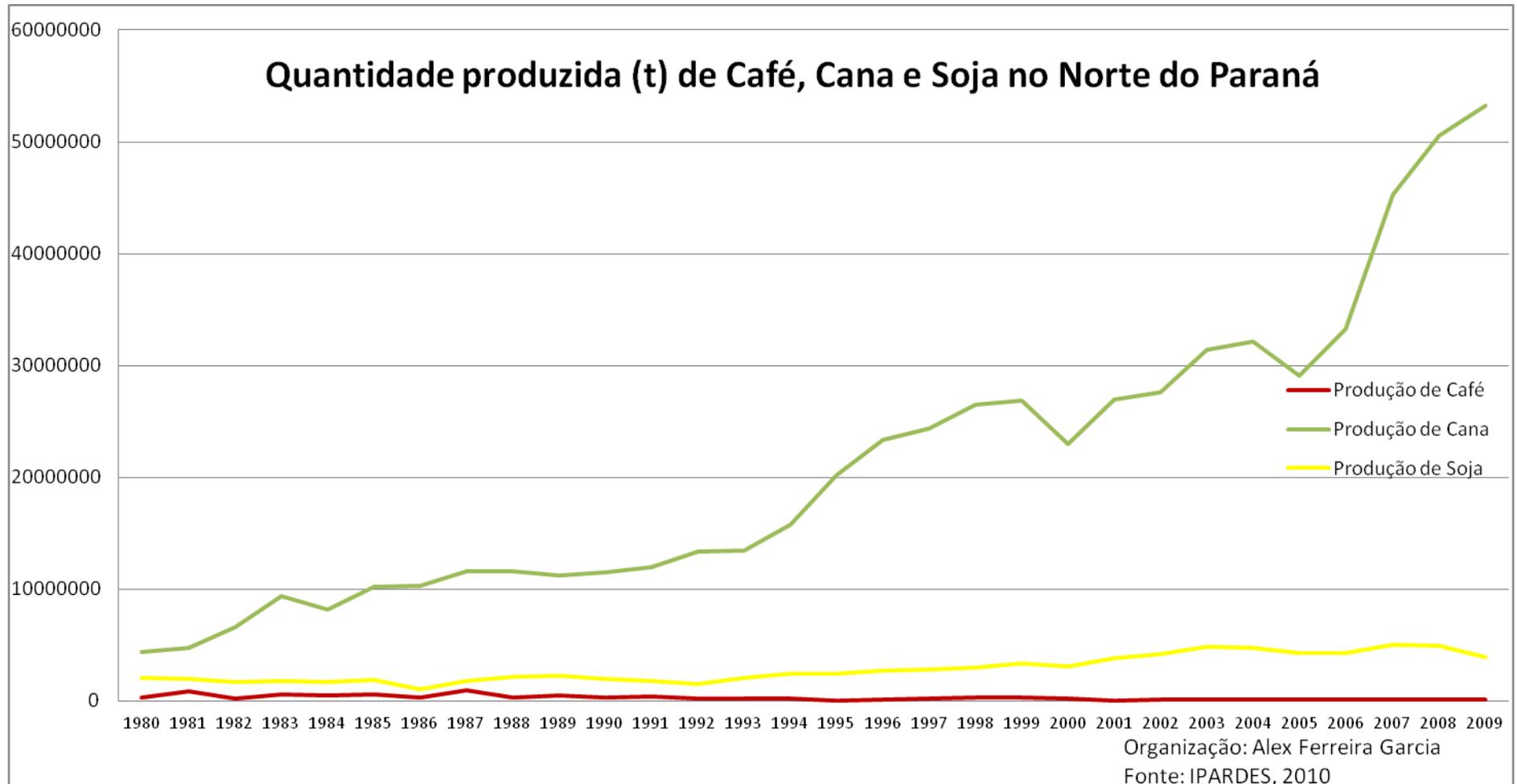


GRÁFICO 12 – QUANTIDADE PRODUZIDA DE CAFÉ, CANA E SOJA NO NORTE DO PARANÁ, EM TONELADAS

A partir de pesquisas sobre produtividade, utilizando-se de dados sobre a produção do café, sendo que para este ano, estava em média de 21 sacas por hectare no Brasil (1260 kg ou 1,26 toneladas por hectare), porém com perspectivas de aumento, como o próprio documento da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) indica, pois a região cafeeira do estado do Paraná vem melhorando o desempenho da produção, “resultado do clima favorável durante o ciclo de produção, do melhor investimento em tratamentos culturais e do maior percentual de áreas de lavoura que vem sendo renovadas com podas, elevando a produtividade média” (CONAB, 2011, p.12).

Com estes dados calculou-se o valor gerado em um hectare do cultivar cafeeiro, perante uma média com produtividade por hectare e preço de mercado atual.

Segundo informações atuais do preço de comercialização dos cultivares (cotação do dia 16 de setembro de 2011), o café é comercializado beneficiado ou não (em coco), sendo classificado de acordo com a qualidade do produto. Para o preço do produto em coco, há variação inter-regional do preço no Norte do Paraná, com o menor em Jacarezinho, R\$ 6,86 o kg à vista, e o maior em Maringá, R\$ 7,61, sendo a média de R\$7,23, superior a nacional, que está em R\$ 7,16, em 2011. Além disso, o café está em processo de valorização, já que o produto em coco era comercializado a R\$ 1,64, em 2001, variando no decorrer dos anos, com altas expressivas, estando aquecido o comércio do mesmo atualmente (AGROLINK, 2011). Assim sendo, por hectare, a venda do café em coco no Norte do Paraná gera monetariamente R\$ 9.109,80 (R\$ 7,23 vezes 1.260 kg).

Realizando o mesmo processo com a cana-de-açúcar, esta possui uma produtividade média de 79,8 toneladas por hectare no Brasil, sendo que o Paraná fica próximo desta média, segundo Carlos Cogo Consultoria Agroeconômica (2010), com base na safra 2010/2011.

A cana é comercializada por tonelada, tendo no Norte do Paraná o preço mais baixo em Cornélio Procópio, de R\$ 48,00, e o maior em Jacarezinho, com R\$ 56,13. Ao fazer a média obtém-se o valor de R\$ 52,065 por tonelada, ficando próximo a média nacional do período, de R\$ 50,92 (AGROLINK, 2011). Ao multiplicar a produção média por hectare pelo valor de comercialização, obteve-se R\$ 4.154,78 por hectare.

A soja possui produtividade de 3.360 kg por hectare, ou seja, 3.36 toneladas por hectare no Paraná, na safra de 2010/2011 (EMBRAPA SOJA, 2011).

A soja tem a cotação média em Umuarama de R\$ 43,61, por saca de 60 kg, sendo a média nacional de R\$ 43,64. Há cotação também para outras regiões do Paraná, sendo a maior no estado em Paranaguá (não produz mas comercializa este grão), com R\$ 52,70. Entretanto, como nesse caso há a logística de transporte até Paranaguá o preço fica irreal por estar agregado o deslocamento. Assim, como visa-se utilizar o produto em natural na região produtora, usou-se do preço de Umuarama, que é similar ao nacional, para calcular preço do produto na região Norte do Paraná, que ficou entorno de R\$ 0,726833 o quilo, o qual multiplicado por 3.360 kg (produtividade por hectare), obtém-se R\$ 2.442,16. A soja também está em alta no mercado se observado o mesmo período que foi usado para o café, de 2001, de R\$ 19,29 por saca de 60kg, para R\$ 43,64, em 2011, na média nacional. (AGROLINK, 2011).

Em relação à produtividade, a cultura canavieira apresenta volume muito maior que a cafeeira e a soja, entretanto, quando se considera o valor monetário gerado, o café fica muito além dos dois cultivares juntos. Porém, a agricultura não é uma matemática simples de produtividade e plantio, pois devem ser levados em conta diferentes fatores, tais como custo de produção, insumos, mão de obra, entre outros. O que tange esta pesquisa é o paralelo entre os cultivares e a dinâmica de substituição dos mesmos.

Não somente o valor de mercado influencia a mudança de cultivo no Norte do Paraná, mas também as políticas governamentais direcionadas ao café e à cana, como visto anteriormente. Na atualidade existem instituições monitoradoras, como o Departamento do Café, dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o departamento da Cana-de-açúcar, que está também no mesmo Ministério. Esse departamento monitora, em conjunto com o de Minas e Energia, a produção de álcool, sendo mais amplo ainda, pois está vinculado à pasta do Ministério do Desenvolvimento e ao Ministério da Fazenda (OSWALDO, 2011).

A intervenção estatal na produção agrícola teve como ponto de partida, no cenário político recente (pós proclamação da república), uma mensagem do presidente Epitácio Pessoa, em outubro de 1921, o qual sugeria uma instituição da defesa permanente do café. Isso ocasionou em um projeto mais amplo no

Congresso, através da aprovação da criação do Instituto da Defesa Permanente da Produção Nacional, que tinha por objetivo defender todos os produtos,

O projeto autoriza o Banco do Brasil a admitir, na Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, letras promissórias e *warrants* emitidos sobre açúcar, cacau, algodão etc., assim como a organizar uma carteira especial de crédito agrícola, que deveria, no futuro, passar as suas atividades ao Banco de Créditos Hipotecário e Agrícola, cuja criação o projeto também autorizava” (DELFIM NETO, 2009, p. 104)

Adentrando em políticas mais atuais, foram pesquisadas as Normativas do Banco Central sobre os dois cultivares estudados. Nesse sentido, junto ao Banco Central do Brasil, foram encontradas 20 normativas sobre o setor canavieiro (de 1964 a 2009), e 107 relativas à cultura cafeeira (2003 a 2010). Nota-se que devido à importância política e econômica do cultivo do café para o país, este foi amplamente fomentado. Após contato realizado com essa instituição, o Banco Central enviou mais 136 resoluções sobre a cultura cafeeira, (de 1971 a 2001), sendo relativas a financiamentos, refinanciamento de dívidas, fomento de plantio e exportação. Já quanto ao cultivar canavieiro, constatou-se o fomento estatal para exportação de produtos oriundos da cana-de-açúcar, com fixação de alíquotas, crédito para ampliação de lavoura, renegociação de dívidas e por último, em 2009, financiamento para indústria canavieira (BC, 2010).

Um fato que colabora na compreensão da repercussão destas normativas junto aos cultivares é a resolução 3.814, de 26 de novembro de 2009, que “Condiciona o crédito agroindustrial para expansão da produção e industrialização da cana-de-açúcar ao Zoneamento Agroecológico e veda o financiamento da expansão do plantio nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras” (BC, 2010). Nesse caso, a repercussão ocorreu na quantidade de usinas, ou seja, de duas indústrias em implantação no estado do Paraná, passou-se para seis indústrias em implantação, em 2010 (UDOP, 2010).

A equidade entre os fomentos não é verificada, pois ora há muitas normativas para fomento para um cultivar pouco para outro, ficando mais agravado ainda o cenário e a disparidade, ao levar em consideração os fatos recentes sobre o etanol. Conforme Zapatta (2011), esse produto recebe atenção do governo para tentar regulamentar seu mercado, não deixar faltar o produto e manter o preço

acessível no mercado nacional, entretanto, há também o aumento dos produtos agrícolas concernente ao consumo interno, em crescimento.

Com base em José Graziano da Silva (2010), a partir de informações obtidas em uma palestra, verifica-se que o cenário econômico tende a agravar, pois este autor indica que o Brasil, assim como a América Latina, tem o papel fundamental na alimentação do mundo, e que as importações crescentes do mercado asiático decorrem das exportações do Brasil. Para exemplificar tal situação, o autor se referiu ao caso chinês, que multiplicou por sete sua participação como destino das exportações brasileiras entre 2000-2008.

O quadro da dinâmica agrícola do Norte do Estado do Paraná está assim inserido neste grande contexto histórico, econômico e político, e visando o compreender e qualificar melhor, realizaram-se saídas de campo.

6.4. SAÍDAS DE CAMPO

Primeiras observações

Antes de realizar o levantamento de dados e pesquisar sobre os cultivares, salienta-se que estes estavam presentes no cotidiano do autor desta pesquisa, já que o mesmo morou de 1980 a 2005 na mesorregião do Norte Pioneiro, e observou, no transcorrer do tempo, a mudança da paisagem, saindo de uma completamente preenchida por cafezais e com poucos canaviais, para outra com grandes canaviais em quase toda extensão da mesorregião do Norte Pioneiro. Essa situação é válida também para além do Norte Pioneiro, pois a mesma foi constatada em viagens que foram realizadas em trechos do Norte do estado Paraná, como por exemplo, de Jacarezinho a Londrina (indo à festa do Café e do Frango, que ocorre desde 1994, sendo frequentada algumas vezes pelo autor); de Jacarezinho a Umuarama (viagens que o autor realizou várias vezes); além de percursos pequenos realizados de bicicleta de 1995 a 2004, como ir de Jacarezinho a Ribeirão Claro, ou Jacarezinho a Andirá. Nesses dois últimos casos, pelo fato de ir em um meio de transporte lento, pôde-se observar bem a paisagem e suas transformações. Os cafezais sempre tiveram grande destaque na paisagem (principalmente porque o autor adorava chupar café, fruto avermelhado quando maduro e adocicado),

juntamente com os canaviais (chupar cana também era algo bastante realizado, só que um pouco mais trabalhoso, pelo fato de ter que descascá-la utilizando os próprios dentes ou uma faca).

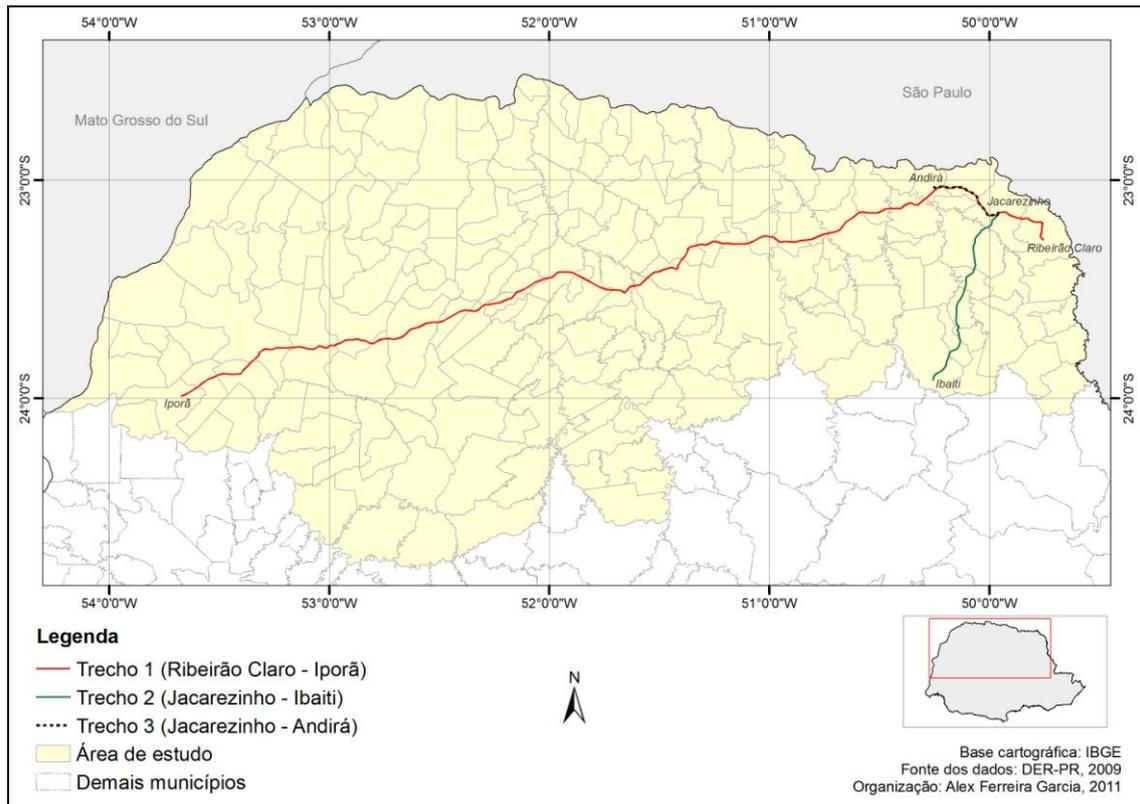
Adentra-se novamente na pesquisa, pois se utilizou um conceito que até então não havia sido usado, o de paisagem. Para compreendê-lo, no estágio em que a pesquisa se encontra, baseou-se somente na quantidade dos cultivos observados ao longo dos trajetos realizados, embora entenda-se que esse conceito é mais amplo, como aborda Teresa Barata Salgueiro (2001), a qual afirma que quando utiliza-se a paisagem como representação e extensão territorial esta não possui diferenciação entre estas já que

(...) todo o espaço geográfico é um produto social, uma espacialidade construída pela acção transformadora dos grupos sociais num processo contínuo que implica avaliação da realidade exterior e em que a retroacção mútua está permanentemente a ser feita (p.50).

Entretanto, o conceito foi utilizado como o visível e comparado com a percepção (construída pelo tempo vivido nesta região e pesquisa teóricas) que o autor detinha da região, já que estava inserido nesta paisagem ao realizar o registro via relato e fotos.

Primeira ida a campo

A primeira ida a campo com visão acadêmica de cunho geográfico ocorreu no dia 04 julho de 2010, antes da tabulação de dados e somente com a perspectiva histórica que já havia se levantado anteriormente. Nesse campo, realizou-se uma viagem de leste a oeste no Norte do Paraná, mais especificamente pelo seguinte roteiro: de Ribeirão Claro para Jacarezinho (pela PR 431), passando por Cambará, onde trafegou-se pela BR-369, passando por Londrina até Arapongas; após, fez-se o trajeto Arapongas a Maringá, onde trafegou-se posteriormente pela PR-323 até a cidade de Iporã, em um total de 497 quilômetros (marcados pelo carro que foi utilizado para realizar a viagem). Pode-se visualizar melhor o trajeto a partir da representação expressa do MAPA 12.



MAPA 12 – TRECHOS PRECORRIDOS EM SAÍDAS DE CAMPO

Infelizmente não pôde-se registrar com fotos o caminho, por falta de máquina fotográfica adequada (a máquina que foi utilizada acabou estragando e não houve como registrar via fotos). Notou-se que a paisagem muda muito neste trajeto, pois em Ribeirão Claro, estava presente na paisagem somente pastagem e plantações de café, fato explicado pelo relevo acidentado (passagem entre planaltos). Em Jacarezinho, há a presença forte da cultura canvieira (entre Jacarezinho e Cambará), que se explica pela existência de duas usinas próximas uma da outra (Usina Dacalda em Jacarezinho e Casquel em Cambará). Além disso, pôde ser constatada a presença na paisagem, ainda que pequena, do plantio de soja e milho, em conjunto com a produção de feijão.

Próximo à cidade de Cambará há o predomínio da cultura canvieira, ficando mais acentuado na porção localizada entre esta cidade e a de Andirá.

De Cambará a Cornélio Procópio há diversificação de cultivares, existindo pequenas áreas de plantio de café, entretanto, com maior presença da cana-de- açúcar juntamente com a soja e o milho.

No percurso entre Londrina e Maringá verificou-se a existência de plantações de café em maior quantidade que nos outros trechos percorridos no

trajeto, entretanto, há também a presença da cana-de-açúcar, principalmente nas áreas próximas às usinas.

No caminho para Iporã havia muita soja e milho, além de cana-de-açúcar, existindo somente pequenas produções de café em propriedades menores.

Por realizar um simples corte na região de estudo perante o trajeto realizado, não se pode generalizar os cultivares observados para todo o norte paranaense. Entretanto, para corroborar o que foi explicitado no decorrer do trabalho, nota-se que o cultivar canavieiro está presente apenas próximo as usinas, em grandes plantações, fato que faz com este predomine na paisagem em trechos do percurso realizado.

Segunda Ida a Campo

A segunda saída de campo foi feita somente na mesorregião do Norte Pioneiro, no trecho de Jacarezinho a Andirá, no dia 03 de janeiro de 2011 e, posteriormente de Jacarezinho a Ibaiti, no dia 05 de janeiro de 2011.

Saindo do Posto de Combustíveis próximo a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA, integrante da Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP) em uma moto com uma máquina fotográfica, pegou-se a BR153 (Transbrasiliana), sentido Santo Antônio da Platina, entrando no trevo e pegando posteriormente a PR 431. Logo após passar pelo local de eventos em que ocorre a FETEXAS (Festa do Texas, em Jacarezinho, que ocorre desde 1989) nota-se que mudou muito a paisagem nesse trecho, pois anteriormente era repleto de cafezais dos dois lados da PR431, e atualmente não há mais nenhum, existindo apenas resquícios dos últimos cafezais, constatado pela presença, na área, de feixes de madeira dos pés de café que foram retirados e as árvores ao fundo que eram utilizadas como barreira natural contra o vento (corta vento) (FOTOGRAFIA 1). Ressalta-se ainda que, dado o conhecimento e o acompanhamento desta área realizado pelo autor, nesta área havia cafezais antigos que foram substituídos por aqueles plantados de forma adensada (todos os pés eram muito próximos, diferindo dos cafezais que existiam nos próximos quilômetros dessa rodovia, no sentido ao município de Cambará.



FOTOGRAFIA 1 – ÁREA EM QUE HAVIA CAFEZAL EM JACAREZINHO

Fonte: O autor (2011)

Por ir sempre de bicicleta de Jacarezinho a Cambará pela PR 431, constatava-se a predominância de cafezais nesta área, principalmente pelo fato de uma das maiores famílias que exportavam café na região ter suas fazendas nesta porção da região, já que o solo é muito fértil, haja vista a ocorrência do latossolo, no Terceiro Planalto. Entre essas famílias podem ser citadas a Setti e a Ferrari, entre outras.

Entretanto, não é mais a regra, já que, conforme pode ser verificado a partir da FOTOGRAFIA 2, não observa-se mais os cafezais, somente plantação de cana, que em alguns trechos, como o exemplificado, tornam-se predominantes na paisagem (até o horizonte), principalmente próximo às usinas. Esse fato é explicável pela relação de custo de transporte e viabilidade de produção, na qual quanto mais próximo da usina menor o custo de transporte, assim sendo, menor o custo de produção, como estudado frente aos lugares centrais realizados por Walter Christaller (DINIZ FILHO, 2009), que no caso da região seriam as usinas.



FOTOGRAFIA 2 - CANAVIAL ENTRE JACAREZINHO E CAMBARÁ (PR 431)
Fonte: O autor (2011)

Nada a se estranhar se analisar as usinas como empresas, que criam espaços de ações com o objetivo de excluir a concorrência, conforme apontado por Claudio Antonio Gonçalves Egler (DINIZ FILHO, 2009). Entretanto, não é nada simples, pois como observado nos gráficos e de acordo com as pesquisas, a mudança de políticas e cenários econômicos faz com que as condições de redução de um cultivar e sua economia sejam abruptas, propiciando a expansão de outros cultivares. No caso da presente pesquisa, mais precisamente, foi a crise da economia cafeeira, em conjunto com a mecanização e o fomento de cultivo canavieiro, via programa governamental, bem como o fomento via mercado de grãos, especificamente da soja, que podem explicar o que ocorreu e ocorre na região de estudo.

Exemplo do indicado acima pode ser visualizado na FOTOGRAFIA 3 que demonstra uma grande área de plantio de soja próxima a uma usina em Jacarezinho, a Dacalda, onde antes estava presente o cultivar cafeeiro, que fora substituído pelo canavieiro e agora está com plantio de soja.



FOTOGRAFIA 3 – PLANTIO DE SOJA PRÓXIMO A USINA DACALDA EM JACAREZINHO

Fonte: O autor (2011)

O fato ocorrido é explicado em decorrência da ocasião em que foi tirada a fotografia, janeiro; sabe-se que no período de junho a fevereiro há a reforma de alguns canaviais depois de um grande período de produção, frente ao plantio, soca e ressoca (MARGARIDO, 2006). E como a soja é um ótimo cultivar para fixar nitrogênio no solo, é utilizada neste período de reforma dos canaviais, repercutindo em ganhos na produção de soja e também na menor adubação e correção do solo para formar o novo canavial (UNÊDA-TREVISOLI *et al*, 2010).

No decorrer do trajeto, observaram-se poucas áreas com plantio de café, como as próximas a cidade de Ibaiti – Paraná, conforme FOTOGRAFIAS 4 e 5, havendo somente pequenas extensões com o cultivar, não existindo mais o predomínio que ocorria em décadas anteriores.



FOTOGRAFIA 4 – PLANTAÇÃO DE CAFÉ NAS PROXIMIDADES DE IBAITI –
PARANÁ
Fonte: O autor (2011)



FOTOGRAFIA 5 – CAFEZAL PRÓXIMO À CIDADE DE IBAITI - PARANÁ
Fonte: O autor (2011)

Mediante a saída de campo e observação de um pequeno transecto da região de análise, observou-se que esta sofreu muitas modificações, com a existência de pequenas áreas de plantio de café, onde, antes, era predominante.

Contrapondo o verificado no campo junto à área de produção, verificou-se que a cana-de-açúcar não detinha as maiores áreas, embora a paisagem desse a percepção de predomínio, em função de ser plantada adensada. Entretanto, esse fato repercute na produção em toneladas, na qual a cana-de-açúcar é praticamente hegemônica, conforme pôde ser observado no GRÁFICO 12; ficando muito além da soja, que mesmo com maior área de plantio, não possui maior produção, como já constatado anteriormente.

Voltando a analisar cenário produtivo e utilizando-se do observado, nota-se que não há continuidade de grandes áreas de plantio de um único cultivar, fato que se entende com o levantamento histórico que foi realizado anteriormente, pois a política de colonização utilizada foi de pequenas propriedades, que em parte se mantiveram, porém, com a modernização há a necessidade de ampliação da área

de plantio, assim, houve a incorporação propriedades pequenas, por outras, conforme indica Serra (2010).

A paisagem observada tende a se modificar com o tempo, fato que pode-se afirmar ao utilizar-se para análise o relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2009), que aponta um cenário econômico diferente a médio prazo, perante a falta de alimentos global, havendo a necessidade do Brasil e da América Latina como um todo, suprir este déficit alimentar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar o levantamento histórico de plantio dos cultivares cafeeiro e canavieiro no Norte do Paraná, observou-se que estes estavam confinados a uma mesma região, a região Norte do Estado do Paraná.

A importância de cada cultura varia conforme o momento histórico, que está relacionado a aspectos econômicos e políticos. No caso do café, o grande volume de exportações obtido com essa cultura, em conjunto com a existência de terras férteis, programas de colonização e agricultores favoráveis a novos investimentos repercutiu na grande ocupação do Norte do estado do Paraná, no decorrer do século XX. As frentes colonizadoras não somente ocuparam essa porção do estado, mas também propiciaram a dinamização econômica da região e sua conexão com outras áreas relevantes economicamente, principalmente São Paulo. A ocupação decorrente da implantação da cultura cafeeira foi tão importante que este produto foi um dos principais no norte paranaense até a década de 1970.

A região Norte do estado do Paraná passou por grandes modificações em sua área de plantio no século XX, desde uma região pouco explorada e habitada (com ressalva dos indígenas que ali habitavam), para uma com políticas de colonização. Posteriormente atravessa uma crise no comércio e na produção da cafeicultura, bem como sofre o adentrar da modernização no campo; fatos que modificaram toda a dinâmica produtiva agrícola das três mesorregiões do Norte Pioneiro, conforme pôde-se constatar pelos gráficos elaborados e análises destes.

Entretanto, nas três recentes décadas, ou seja, pós modernização da agricultura, e com o advento de políticas de fomento à canavicultura para a produção de álcool, a dinâmica se modifica novamente, tanto na área ocupada pelos cultivares, quanto na quantidade produzida. Porém, é importante ressaltar que a cana está relacionada a outro momento histórico, no qual a ocupação já estava consolidada. A ampliação cada vez maior das áreas plantadas foi decorrente de uma política direta de Estado, que visava usar um combustível alternativo à gasolina. As políticas de fomento à produção dessa cultura favoreceram a ampliação das áreas produtivas, e por consequência, da quantidade de toneladas colhidas.

Entre essas duas culturas encontra-se a soja que representou o momento de ruptura com o modelo agrícola existente até meados da década de 1960 e início dos anos 1970. A soja, como indicado por Leão (1989), caracterizou-se como o símbolo

da modernização agrícola no campo, seja pela mecanização, seja pelo pacote tecnológico necessário. É um ponto de ruptura entre o momento histórico de predominância do café e o adentrar massivo da cana e suas estruturas.

As estruturas implantadas no Norte do estado do Paraná, especificamente as usinas de cana-de-açúcar, fomentaram a produção canavieira, próximo as mesmas. Juntamente com a modificação do mercado, ocorreu a expansão do cultivar cana, no Norte do Paraná na atualidade, como indica Serra (2010). A implementação de políticas governamentais de fomento, via resoluções, fez com que as disparidades entre os investimentos fossem intensificadas.

No entanto, o Congresso Nacional Brasileiro ao assinar o Acordo Internacional do Café, em dezembro de 2010, propiciou a retomada do fomento à cafeicultura, formando um novo cenário agrícola e que veio a modificar novamente a dinâmica agrícola do Norte do Paraná. Esse fato agrega-se ao preço expressivo do café no mercado nacional, que por si só já pode fomentar este cultivar, embora este não encontre mais as condições que possuía o Norte do Paraná no início do século XX, pois há a concorrência produtiva de outros cultivares, com grande demanda no mercado interno e externo, tais como a cana-de-açúcar e a soja.

A soma dos fatores elencados anteriormente não se completa somente com esta pequena pesquisa e análise, pois para a compreensão dos cultivares nas antigas áreas de produção cafeeira que formam a Região Norte do estado do Paraná há a necessidade de se elencar diferentes fatores e dinamizá-los (agregando dados e modificando-os a todo momento), para com estas informações estabelecer políticas amplas para toda a agricultura desta região. Entretanto, este trabalho soma as informações relevantes para obter uma visão macro do cenário produtivo da região, com embasamento histórico, econômico e político, faltando o social, que infelizmente não pode ser especificado, por falta de tempo, recursos humanos e financeiros. Entende-se que a inserção da mecanização desagregou os trabalhadores que laboravam nas áreas em que agora são utilizadas máquinas, e que se os empregados não detêm o conhecimento para trabalhar com as mesmas, são dispensados e modificam-se assim todas as relações de trabalho que ocorriam nesta região, sendo de extrema importância compreender esta dinâmica laboral, mas inviável para ser feita por um pesquisador em pouco tempo.

Em resumo, o café, foi um cultivar dominante nas áreas de plantio do Norte do Paraná, ao ponto de até definir o que vem a ser esta região. Entrou em crise em

função das condições climáticas, das geadas e das secas, das condições econômicas, dos preços no mercado internacional, e foi substituído por outros cultivares temporários, sendo que na atualidade há a tendência de retomar a produção desse produto devido a existência de um cenário econômico favorável (preço elevado e acordo internacional firmado para melhorar a qualidade e comercialização). No entanto, o café encontra a expansão de outro produto, a cana-de-açúcar, e a moderna agricultura da soja contrapondo o cenário encontrado na colonização das mesorregiões do Paraná Novo e Novíssimo.

8. REFERÊNCIAS

AGROLINK, **Cotação de produtos agrícolas e histórico de cotações**. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/cotacoes/Default.aspx>>. Acessado em: 16/09/2011.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969

BC - Banco Central do Brasil. **Normativas**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/normativo/prepararPesquisa.do?method=prepararPesquis>>. Acessado em: 02/03/2010

BERNARDES, Lísia Maria Calvanti. **O Problema das “Frentes Pioneiras” no estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Número 15, parte 3. Rio de Janeiro: Julho/Setembro, 1953. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201953%20v15_n3.pdf>. Acessado em: 19/07/2011.

BESKOW, Paulo R. **A Formação da Economia Arrozeira do Rio Grande os Sul**. Porto Alegre: Revista Ensaio FEE (Fundação de Economia e Estatística), 1984. p. 55-84.

BRASIL, Senado Federal. **Senado aprova texto do acordo internacional do Café**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/senado-aprova-texto-do-acordo-internacional-do-cafe.aspx>>. Acessado em: 28/04/2011

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense 1900-1970; estudo de conjunturas**. Tese (doutorado), departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CARLOS COGO CONSULTORIA AGROECONÔMICA, Cana/Açúcar/Álcool: preços firmes no curto e no longo prazo. **JOHN DEERE**. Informações de mercado Disponível em: <http://www.deere.com.br/pt_BR/ag/veja_mais/info_mercado/sugar_cane.html>. Acessado em: 13/09/2011.

CARVALHO, Luiz de. **Linha férrea até Cianorte será reativada, diz ALL**. Matéria do Jornal odiario.com. Maringá, 26 de julho de 2011. Disponível em: <<http://maringa.odiario.com/parana/noticia/453271/all-vai-ativar-linha-ferrea-ate-cianorte/>> . Acessado em: 28/07/2011

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da Safra Brasileira Café**. Safra 2011 terceira estimativa. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Departamento do Café (DCF), 2011. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_09_13_12_12_02_boletim_cafe_-_setembro_-_2011..pdf> Acessado em: 13/09/2011

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. **Atlas do Transporte: malha ferroviária.** Disponível em <<http://www.sistemacnt.org.br/informacoes/pesquisas/atlas/2006/index.htm>> Acessado em 12 de agosto de 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial.** 7ª Edição. 3ª Impressão. Editora Ática. São Paulo. 2003

DELFIM NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DENARDIN, Valmir. **Café adensado representa 55% da área cultivada no Paraná.** Gazeta do Povo/Gazeta do Povo Online - Caderno Caminhos do Campo 23/05/2006. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=7002>>. Acessado em: 12/04/2010

DER/PR – Departamento de Estradas de Rodagem. **Mapa político rodoviário do estado do Paraná 2009.** Disponível em <<http://www.der.pr.gov.br/>> Acessado em 22 de julho de 2009.

DINIZ FILHO, Luis Lopes. **A Dinâmica Espacial da Economia e o Planejamento Regional no Brasil.** Disciplina lecionada pelo professor no primeiro semestre no curso de Pós Graduação de Geografia, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2009

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **AGRICULTURA.** Superfície do Brasil. Área recenseada e área cultivada. In: Recenseamento do Brasil. Recenseamento de 1920 (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias). Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Volume III. Produção agrícola. Produção Florestal. Produção animal. TYP. Da Estatística. Rio de Janeiro. 1924.

DUARTE, Laura M.G. (et alli). **A Territorialização do setor sucroalcooleiro no Brasil - de 1948/49 a 2006/2007.** Apresentado no 1º Congresso Lusófono de Ambiente e Energia e nas 3º Jornadas de Energia de Cascais. Portugal, Setembro de 2009.. Disponível em: <http://professores.cds.unb.br/jnildo/pub/arquivo_ver.cfm?arquivo=281009_9C30CF2A.pdf> Acessado em: 01/11/2009.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EMBRAPA SOJA, **Soja em números (safra 2010/2011).** Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?cod_pai=2&op_page=294>. Acessado em: 13/09/2011.

FAJARDO, Sérgio. **A divisão regional oficial: equívocos e confusões das regionalizações no estado do Paraná.** XVI Semana de Geografia. O mundo em Movimento: cidade, ambiente, migração. ANAIS. Número 5 ISSN 1679-6306. Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava: UNICENTRO, 2008a.

FAJARDO, Sérgio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense.** Guarapuava: UNICENTRO, 2008b.

FAO, Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en América Latina y el Caribe – 2009 Una nueva agenda de políticas públicas para superar la crisis alimentaria.** Oficina Regional para América Latina y el Caribe FAO 2009. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/seguridad/pdf/panorama09.pdf>>. Acessado em: 25/06/2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo, 2008

FERNANDES, António Jorge; PAIS, Cassiano. **A Economia Brasileira na Década de 80: conseqüências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado.** Universidade de Aveiro, Departamento de Economia; Gestão e Engenharia Industrial. INETI, Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. Lisboa – Portugal, 2002 Disponível em: <<http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflama%C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acessado em: 03/07/2011.

FORTUNE, Michael A. KOUSKY, Vernon E. FERREIRA, Nelson J. **Dois Geadas críticas no Brasil: Precursores no Oceano Pacífico e evolução na América do Sul.** Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos. No (INPE-2587-PRE/235), 1983. Disponível em: <<http://www.cbmet.com/cbm-files/16-d2b8ca1dfa341d41c690beaf791b1f47.pdf>>. Acessado em: 03/05/2011

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006

GARCIA, Alex Ferreira. **Competitividade Sistêmica entre o sistema cafeeiro e o sistema canavieiro no estado do Paraná.** Monografia de conclusão de curso de Bacharelado em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

GEORGE, Pierre. **Problemas, doutrinas e método.** In: GEORGE, Pierre. GUGLIELMO, Raymond. LACOSTE, Yves. KAYSER, Bernard. **A Geografia Ativa.** 5ª Edição. São Paulo: DIFEL, 1980.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O conceito de região e sua discussão.** In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf> Acessado em: 20/11/2009.

HAESBAERT, Rogério. **Território e Região, numa “constelação” de conceitos**. In: MENDONÇA, Francisco. LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza. SILVA, Márcia da (organizadores). Espaço e Tempo. Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. etc..., espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. Nº 2(4), VOL. 1, 15 de agosto de 2007, ISSN 1981-3732. Disponível em: < http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_4.pdf>. Acessado em: 12/01/2010

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná. **Cartas climáticas do Paraná: classificação climática segundo Köppen**. Disponível em <<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=597>> Acessado em 23 de julho de 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940) – SÉRIE REGIONAL. PARTE XVIII – PARANÁ. CENSO DEMOGRÁFICO. População e Habitação. CENSOS ECONÔMICOS. Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estado do Paraná. **Censos Demográfico e Econômicos. Recenseamento Geral de 1950**. Série Regional Volume XXVI. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960. Paraná e Santa Catarina**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional Volume II. Tomo XII. 1ª Parte. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1970. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1970. Paraná**. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional Volume III. Tomo XIX.. Serviço Nacional de Recenseamento. Rio de Janeiro, 1975. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário. Paraná**. Série Regional. Volume 1 – Tomo 18 – 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Econômicos de 1980. Censo Agropecuário. Paraná.** Série Regional. Volume 2 – Tomo 3 – 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 22/12/2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acessado em: 14/06/2011.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Norte Pioneiro Paranaense/** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba : IPARDES, 2004 (a). 141p.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregião Geográfica paranaenses: sumário executivo/** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2004 (b). 141p.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Subdivisão, Posse e uso da terra no Paraná.** Curitiba: IPARDES, 1976. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/subdivisao_posse_terra_pr_16_76.pdf>. Acessado em: 10/05/2011.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mapa das mesorregiões geográficas do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.pdf> . Acessado em: 13/05/2011.

KAYSER, Bernard. **A região como objeto de estudo da geografia.** In: GEORGE, P. GUGLIELMO, R. KAYSER, B. LACOSTE, Y. A Geografia Ativa. São Paulo: DIFEL, 1980.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **O Paraná nos anos setenta.** Curitiba: IPARDES, 1989.

LECIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 2003.

MAACK, Reinhard. **Serra do Mar no Estado do Paraná.** Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, 31 (229):1-178, julho/agosto, 1972. Disponível em: <http://411175700458846602-a-1802744773732722657-sites.googlegroups.com/site/ceusneidownloads2/reinhard-maack-2/ReinhardMaack-ASerradoMarnoEstadodoParan%C3%A1-1972.pdf?attachauth=ANoY7crGFMcimsMiOil9ct84UPW0Tjoe9ffc8Yj33Yvlf5-GWo7mi226Btxs2huVr5qpGDo5Rcc-79xaJS0kXVbYATuxHH5uw8HUSjM90k3_5NPkK75itk4HmVH0woOwrpu7za-FITMce8jAPpZVKzCnJvqMfMxGp0RiDbp_v6gUdwSHQ5Amyl1OB4PykEE5H0ebqm9UWXmmMYH->

eSP_nllmr710nDbsPbz26veTt0_pmGAynZTZjTTp7ovxDfQSpH0g1q5H7A-uMbYdWbSaJhPlzJXdO5ygNA%3D%3D&attredirects=0>. Acessado em: 13/12/2010

MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Norte do Paraná**. In: BALHANA, Altiva Pilatti. PINHEIRO MACHADO, Brasil. WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969

MARGARIDO, Fernando B. Planejamento Agrícola em cana-de-açúcar. In: SEGATO, Silvelena Vanzolini (et al). **Atualização em produção de Cana-de-açúcar**. Piracicaba: CP2, 2006. 69 – 78.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Coleção Farol do Saber. Editora Travessa dos Editores. Curitiba. 1995.

MARTINS, Ricardo Silveira. **Caracterização da Infra-estrutura de transportes**. In: Mesorregião Oeste do Paraná: Diagnóstico e Perspectivas. Relatório Final de Pesquisa resultado do Convênio entre Itaipu Binacional e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Colegiado do Curso de Ciências Econômicas – Campi de Cascavel e Toledo. Cascavel, 2002. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/oraculus/PMOP/capitulos/Capitulo_08.pdf> . Acessado em: 13/07/2011

MELO, Fernando Homem de. **Café brasileiro: não a um novo acordo internacional**. Revista de Economia Política, Vol 13 número 4 (52), outubro-dezembro, 1993. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/52-3.pdf>>. Acessado em: 29/07/2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Transporte aquaviário**. Disponível em <<http://www.transportes.gov.br/>> Acessado em 12 de agosto de 2010.

MONBEIG, Pierre. **A zona pioneira do Norte do Paraná**. Boletim Geográfico. número 25 Rio de Janeiro, 1945. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/boletimgeografico/Boletim%20Geografico%201945%20v2%20n25.pdf>>. Acessado em: 19/07/2011.

MORAIS, H.(et al). **Avaliação de métodos de proteção contra geadas em cafezais recém implantados**. Revista Brasileira de Agrometeorologia, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 259-262, 2002. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/Volume%2010.pdf>. Acessado em: 12/05/2011.

MOREIRA, Maurício Alves. RUDORFF, Bernardo F. **Sensoriamento Remoto aplicado à agricultura**. In: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/vcsr/files/capitulo_9.pdf>. Acessado em: 03/05/2011

MOREIRA, Ruy. **SOCIABILIDADE E ESPAÇO (As formas de organização geográfica das sociedades na era da Terceira Revolução Industrial – um estudo de tendências)**. Texto de exposição realizada na mesa-redonda

Perspectivas da Geografia Latino-Americana no Século XXI, como parte da programação do X EGAL (Encontro dos Geógrafos da América Latina), São Paulo-USP, março de 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/moreira_r.pdf>. Acessado em: 12/02/2008.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo.** etc..., espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas N° 1(3), 1° de junho de 2007, ISSN 1981-3732. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf>. Acessado em: 21/01/2010

MORICOCCHI, Luiz. MARTIN, Nelson Batista. **Acordo Internacional e Mercado do Café.** Projeto SPTC 16-012/90. Revista Informações Econômicas, volume 24, número 7. São Paulo, 1994. p. 17-28.

MORICOCCHI, Luiz. ALFONSI, Rogério Remo. OLIVEIRA, Edson Gil de. MONTEIRO, José Luiz Melo. **Geadas e seca de 1994: Perspectivas do mercado cafeeiro.** Trabalho referente ao projeto SPTC 16-012/90. São Paulo: Informações Econômica, Volume 25. número 6 1995. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1113>>. Acessado em: 11/05/2011

MÜLLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná.** Originalmente publicado no Boletim Paulista de Geografia, n 22,p. 55-97, março, 1956. Republicado em: Geografia, Revista do Departamento de Geociências, Volume 10 – Número 1 – Jan/Jun. 2001 p. 89 – 118. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>>. Acessado em: 10/06/2011.

MUNIZ FILHO, Cesar. **Divisão regional do Paraná.** In: Revista Paranaense de Desenvolvimento/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social n.82. Curitiba: IPARDES. 1994 p.149-173.

MUSSULAM, René. **Norte Pioneiro do Paraná. Formação e crescimento através dos censos.** Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Curso de Pós-graduação em História do Brasil. Curitiba, 1974.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Países produtores tem revisado para baixo as suas estimativas.** Publicado em 13 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/cafe/67382-condicoes-climaticas-afetam-safra-mundial-de-cafe.html>>. Acessado em: 12/12/2010.

NOVAIS, F. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 6ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1995

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ (OIC), **Acordo Internacional do Café de 2007.** Londres, 2007. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/media/LEG_aic2007.pdf>. Acessado em: 29/04/2011

OSWALDO, Vivian. **Governo revê plano para etanol.** Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2011/7/23/governo-reve-plano-para-etanol/>>. Acessado em: 26/08/2011.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** Original apresentado como tese de doutoramento à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1970. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

PENHA, Eli Alves. **A Criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/ColecaoMemorialInstitucional/04-A%20Criacao%20do%20IBGE.pdf>>. Acessado em: 23/12/2010.

PIAZZA, Walter Fernando. **Santa Catarina : sua historia.** Florianópolis : Ed. da UFSC : Lunardelli, 1983.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** Atualizada em 1970, post-scriptum em 1976. 48ª Reimpressão São Paulo: Brasiliense, 2008.
FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** 13ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo, 2008

RIBEIRO, Vitor Hugo; ENDLICH, Ângela Maria. **O SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO DO PARANÁ - DOS ENGENHOS ÀS USINAS.** Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho_24.pdf>. Acessado em: 20/10/2010

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia. **Finisterra**, Lisboa, XXXVI, 72, 2001. p. 37-53. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_04.pdf> Acessado em: 25/05/2011.

SALZANO, Francisco M. **As origens extracontinentais dos primeiros americanos: as evidências dos sistemas genéticos clássicos.** Revista USP, São Paulo. Junho/Agosto de 1997. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/34/04-francisco.pdf>>. Acessado em: 12/03/2010.

SAMUELSON, Paul A. NORDHAUS, William D. **Economia.** Traducción María Guadalupe Cevallos Almada (et alli). México: Mc Graw Hill, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos. teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/6945842/Tecnica-Espaco-Tempomilton-Santos>>. Acessado em: 21/07/2011

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível

em:

<http://xa.yimg.com/kq/groups/1624466/523463827/name/SANTOS,_Milton_A_Natur_eza_do_Espa%25C3%25A7o.pdf>. Acessado em: 12/02/2010.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 1ª Edição de 1978. 6ª Edição. 1ª reimpressão. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

SANTOS, Marcos Roberto dos. **Estudo de viabilidade técnico-econômica da interação cana soja/amendoim**. Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo – EESP – FGV, à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e à Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz” - ESALQ/USP. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8284/65080100023.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 13/07/2011.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES/PR. **Aeroportos do Paraná**. Disponível em <<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acessado em: 10/07/2010.

SERRA, Elpídio. **Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, volume 5, número 9, p.89-111, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11958/6984>>. Acessado em: 28/12/2010

SHIKIDA, Pery Francisico Assis. BACHA, Carlos José Caetano. **Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995**. Revista Brasileira de Economia 53 (1). Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/746/1740>>. Acessado em: 12/05/2011

SILVA, José Graziano da. **Um projeto Agrícola para a América Latina: Potencial frente à nova Economia**. Palestra para a Cátedra Agronegócio na América Latina: Desafios e Oportunidades, promovida pelo Memorial da América Latina, juntamente com as universidades: USP, UNICAMP e UNESP. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.memorial.sp.gov.br/memorial/RssNoticiaDetalhe.do?noticiald=1725>>. Acessado em: 25/06/2010

SILVA NETO, Antônio Virgílio da. SERRA, Maurício Aguiar. **As políticas de transporte no Paraná: uma análise do governo Lerner – 1995 – 2002**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Número 113. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/32/31>> . Acessado em: 13/07/2011.

SOUZA, Fernando Rocha. Impacto do preço do Petróleo na Política Energética Mundial. Dissertação em Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de

Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ppe.ufrj.br/ppe/production/tesis/souzafr.pdf>>. Acessado em: 14/07/2011.

STECA, Lucinéia Cunha. FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná: do século XVI à década de 1950**. Londrina: Ed. UEL, 2002.

STONIER, A. W. , HAGUE, D. C.. *Teoria econômica*. Tradução e pref. de Cassio Fonseca. Rio de Janeiro: Zahar, 1959

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Pesquisa de Campo em Geografia**. Texto apresentado em Belo Horizonte durante o IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, de 22 a 28 de julho de 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/78>>. Acessado em: 23/04/2011

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: uma perspectiva da experiência**. Trad. de Livia de Oliveira. Editora DIFEL. São Paulo, 1983.

UDOP, União dos Produtores de Bionergia. **Usinas no estado do Paraná**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php?item=unidades®iao=CS&estado=PR>>. Acessado em: 02/03/2010

UNÊDA-TREVISOLI, Sandra Helena *et al.* Avaliação de cultivares de soja precoces para cultivo em áreas de reforma de cana-de-açúcar. **Ciência & Tecnologia**.. FATEC-JB .Jaboticabal, v.1, n.1, p. 50-57, 2010. Disponível em: <http://www.fatecjab.edu.br/revista/2010_v01_n01/artigo06.pdf>. Acessado em: 16/06/2011

VASCONCELLOS, Zacarias de Góes e. **Relatorio do presidente da provincia do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curityba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/614/index.html>>. Acessado em: 23/09/2009

WAIBEL, Léo H. **As zonas pioneiras do Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, número 17, parte 4. Rio de Janeiro, outubro/dezembro, 1955. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/RBG/RBG%201955%20v17_n4.pdf>. Acessado em: 19/07/2011.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 2ª edição. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. BUENO, Viviane do Nascimento. **A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS**. Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/361.pdf>>. Acessado em: 19/07/2011.

ZAPATTA, Mauro. **Governo age no etanol, mas patina nos alimentos.** Jornal Valor Econômico. Do dia 06 de julho de 2011. Acessado em: < <http://www.valor.com.br/arquivo/896945/governo-age-no-etanol-mas-patina-nos-alimentos>>. Disponível em: 08/07/2011.

9. ANEXOS

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Alto Paraíso	Norte Novíssimo
Alto Paraná	Norte Novíssimo
Alto Piquiri	Norte Novíssimo
Altônia	Norte Novíssimo
Amaporã	Norte Novíssimo
Araruna	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Barbosa Ferraz	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Boa Esperança	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Brasilândia do Sul	Norte Novíssimo
Cafezal do Sul	Norte Novíssimo
Campina da Lagoa	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Campo Mourão	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Cianorte	Norte Novíssimo
Cidade Gaúcha	Norte Novíssimo
Corumbataí do Sul	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Cruzeiro do Oeste	Norte Novíssimo
Cruzeiro do Sul	Norte Novíssimo
Diamante do Norte	Norte Novíssimo
Douradina	Norte Novíssimo
Engenheiro Beltrão	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Esperança Nova	Norte Novíssimo
Farol	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Fênix	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Francisco Alves	Norte Novíssimo
Goioerê	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Guairaçá	Norte Novíssimo
Guaporema	Norte Novíssimo
Icaraíma	Norte Novíssimo
Inajá	Norte Novíssimo
Indianópolis	Norte Novíssimo
Iporã	Norte Novíssimo
Iretama	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Itaúna do Sul	Norte Novíssimo
Ivaté	Norte Novíssimo
Janiópolis	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Japurá	Norte Novíssimo
Jardim Olinda	Norte Novíssimo
Juranda	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Jussara	Norte Novíssimo
Loanda	Norte Novíssimo
Luiziana	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Mamborê	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Maria Helena	Norte Novíssimo
Marilena	Norte Novíssimo

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Mariluz	Norte Novíssimo
Mirador	Norte Novíssimo
Moreira Sales	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Nova Aliança do Ivaí	Norte Novíssimo
Nova Cantu	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Nova Londrina	Norte Novíssimo
Nova Olímpia	Norte Novíssimo
Paraíso do Norte	Norte Novíssimo
Paranacity	Norte Novíssimo
Paranapoema	Norte Novíssimo
Paranavaí	Norte Novíssimo
Peabiru	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Perobal	Norte Novíssimo
Pérola	Norte Novíssimo
Planaltina do Paraná	Norte Novíssimo
Porto Rico	Norte Novíssimo
Quarto Centenário	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Querência do Norte	Norte Novíssimo
Quinta do Sol	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Rancho Alegre D'Oeste	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Roncador	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Rondon	Norte Novíssimo
Santa Cruz de Monte Castelo	Norte Novíssimo
Santa Isabel do Ivaí	Norte Novíssimo
Santa Mônica	Norte Novíssimo
Santo Antônio do Caiuá	Norte Novíssimo
São Carlos do Ivaí	Norte Novíssimo
São João do Caiuá	Norte Novíssimo
São Jorge do Patrocínio	Norte Novíssimo
São Manoel do Paraná	Norte Novíssimo
São Pedro do Paraná	Norte Novíssimo
São Tomé	Norte Novíssimo
Tamboara	Norte Novíssimo
Tapejara	Norte Novíssimo
Tapira	Norte Novíssimo
Terra Boa	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Terra Rica	Norte Novíssimo
Tuneiras do Oeste	Norte Novíssimo
Ubiratã	Norte Novíssimo ou Centro Ocidental Noroeste
Umuarama	Norte Novíssimo
Xambê	Norte Novíssimo

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Alvorada do Sul	Região Norte Novo do Paraná
Ângulo	Região Norte Novo do Paraná
Apucarana	Região Norte Novo do Paraná
Arapongas	Região Norte Novo do Paraná
Arapuã	Região Norte Novo do Paraná
Ariranha do Ivaí	Região Norte Novo do Paraná
Astorga	Região Norte Novo do Paraná
Atalaia	Região Norte Novo do Paraná
Bela Vista do Paraíso	Região Norte Novo do Paraná
Bom Sucesso	Região Norte Novo do Paraná
Borrazópolis	Região Norte Novo do Paraná
Cafeara	Região Norte Novo do Paraná
Califórnia	Região Norte Novo do Paraná
Cambé	Região Norte Novo do Paraná
Cambira	Região Norte Novo do Paraná
Centenário do Sul	Região Norte Novo do Paraná
Colorado	Região Norte Novo do Paraná
Cruzmaltina	Região Norte Novo do Paraná
Doutor Camargo	Região Norte Novo do Paraná
Faxinal	Região Norte Novo do Paraná
Floraí	Região Norte Novo do Paraná
Floresta	Região Norte Novo do Paraná
Florestópolis	Região Norte Novo do Paraná
Flórida	Região Norte Novo do Paraná
Godoy Moreira	Região Norte Novo do Paraná
Guaraci	Região Norte Novo do Paraná
Ibiporã	Região Norte Novo do Paraná
Iguaraçu	Região Norte Novo do Paraná
Itaguajé	Região Norte Novo do Paraná
Itambé	Região Norte Novo do Paraná
Ivaiporã	Região Norte Novo do Paraná
Ivatuba	Região Norte Novo do Paraná
Jaguapitã	Região Norte Novo do Paraná
Jandaia do Sul	Região Norte Novo do Paraná
Jardim Alegre	Região Norte Novo do Paraná
Kaloré	Região Norte Novo do Paraná
Lidianópolis	Região Norte Novo do Paraná
Lobato	Região Norte Novo do Paraná
Londrina	Região Norte Novo do Paraná
Lunardelli	Região Norte Novo do Paraná

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Lupionópolis	Região Norte Novo do Paraná
Mandaguaçu	Região Norte Novo do Paraná
Mandaguari	Região Norte Novo do Paraná
Manoel Ribas	Região Norte Novo do Paraná
Marialva	Região Norte Novo do Paraná
Marilândia do Sul	Região Norte Novo do Paraná
Maringá	Região Norte Novo do Paraná
Marumbi	Região Norte Novo do Paraná
Mauá da Serra	Região Norte Novo do Paraná
Miraselva	Região Norte Novo do Paraná
Munhoz de Melo	Região Norte Novo do Paraná
Nossa Senhora das Graças	Região Norte Novo do Paraná
Nova Esperança	Região Norte Novo do Paraná
Novo Itacolomi	Região Norte Novo do Paraná
Ourizona	Região Norte Novo do Paraná
Paiçandu	Região Norte Novo do Paraná
Pitangueiras	Região Norte Novo do Paraná
Porecatu	Região Norte Novo do Paraná
Prado Ferreira	Região Norte Novo do Paraná
Presidente Castelo Branco	Região Norte Novo do Paraná
Primeiro de Maio	Região Norte Novo do Paraná
Rio Bom	Região Norte Novo do Paraná
Rolândia	Região Norte Novo do Paraná
Sabáudia	Região Norte Novo do Paraná
Santa Fé	Região Norte Novo do Paraná
Santa Inês	Região Norte Novo do Paraná
Santo Inácio	Região Norte Novo do Paraná
São João do Ivaí	Região Norte Novo do Paraná
São Jorge do Ivaí	Região Norte Novo do Paraná
São Pedro do Ivaí	Região Norte Novo do Paraná
Sarandi	Região Norte Novo do Paraná
Sertanópolis	Região Norte Novo do Paraná
Tamarana	Região Norte Novo do Paraná
Uniflor	Região Norte Novo do Paraná

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Abatiá	Região Norte Pioneiro do Paraná
Andirá	Região Norte Pioneiro do Paraná
Assaí	Região Norte Pioneiro do Paraná
Bandeirantes	Região Norte Pioneiro do Paraná
Barra do Jacaré	Região Norte Pioneiro do Paraná
Cambará	Região Norte Pioneiro do Paraná
Carlópolis	Região Norte Pioneiro do Paraná
Congonhinhas	Região Norte Pioneiro do Paraná
Conselheiro Mairinck	Região Norte Pioneiro do Paraná
Cornélio Procópio	Região Norte Pioneiro do Paraná
Guapirama	Região Norte Pioneiro do Paraná
Ibaiti	Região Norte Pioneiro do Paraná
Itambaracá	Região Norte Pioneiro do Paraná
Jaboti	Região Norte Pioneiro do Paraná
Jacarezinho	Região Norte Pioneiro do Paraná
Japira	Região Norte Pioneiro do Paraná
Jataizinho	Região Norte Pioneiro do Paraná
Joaquim Távora	Região Norte Pioneiro do Paraná
Jundiá do Sul	Região Norte Pioneiro do Paraná
Leópolis	Região Norte Pioneiro do Paraná
Nova América da Colina	Região Norte Pioneiro do Paraná
Nova Fátima	Região Norte Pioneiro do Paraná
Nova Santa Bárbara	Região Norte Pioneiro do Paraná
Pinhalão	Região Norte Pioneiro do Paraná
Quatiguá	Região Norte Pioneiro do Paraná
Rancho Alegre	Região Norte Pioneiro do Paraná
Ribeirão Claro	Região Norte Pioneiro do Paraná
Ribeirão do Pinhal	Região Norte Pioneiro do Paraná
Salto do Itararé	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santa Amélia	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santa Cecília do Pavão	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santa Mariana	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santana do Itararé	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santo Antônio da Platina	Região Norte Pioneiro do Paraná
Santo Antônio do Paraíso	Região Norte Pioneiro do Paraná
São Jerônimo da Serra	Região Norte Pioneiro do Paraná
São José da Boa Vista	Região Norte Pioneiro do Paraná
São Sebastião da Amoreira	Região Norte Pioneiro do Paraná
Sapopema	Região Norte Pioneiro do Paraná
Sertaneja	Região Norte Pioneiro do Paraná

LOCALIDADE	REGIÃO INTEGRANTE
Siqueira Campos	Região Norte Pioneiro do Paraná
Tomazina	Região Norte Pioneiro do Paraná
Uraí	Região Norte Pioneiro do Paraná
Wenceslau Braz	Região Norte Pioneiro do Paraná